

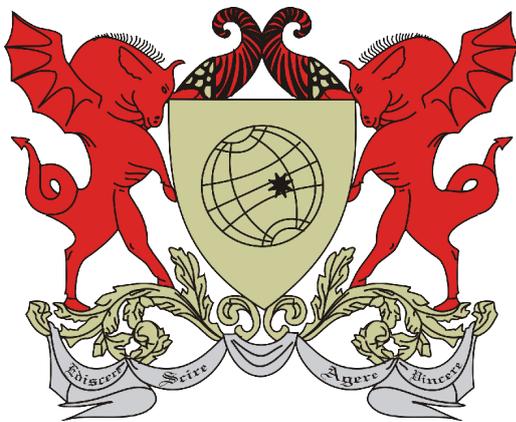
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA II

Patrícia Vargas Lopes de Araújo
Thiago Henrique Mota Silva



Curso de Licenciatura
em História





Universidade Federal de Viçosa

Reitora

Nilda de Fátima Ferreira Soares

Vice-Reitor

Demetrius David da Silva



cead

Coordenadoria de
Educação Aberta e a Distância

Diretor

Frederico Vieira Passos

*Prédio CEE, Avenida PH Rolfs s/n
Campus Universitário, 36570-000, Viçosa/MG
Telefone: (31) 3899 2858 | Fax: (31) 3899 3352*



ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de - **História Contemporânea II**. Viçosa, 2013.

Layout: Diogo Rodrigues

Editoração Eletrônica: Diogo Rodrigues

Capa: Diogo Rodrigues

Revisão Final: João Batista Mota



SUMÁRIO

- 6 APRESENTAÇÃO**
- 7 A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL**
- 15 REVOLUÇÃO RUSSA**
- 23 CRISE DO CAPITALISMO LIBERAL**
- 37 SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**
- 46 Os ANOS DOURADOS**
- 54 A GUERRA FRIA**
- 62 DESCOLONIZAÇÃO**
- 70 EXPANSÃO E CRISE DO SOCIALISMO**
- 81 GLOBALIZAÇÃO E O FIM DAS UTOPIAS**
- 88 SUGESTÕES DE FILMES SOBRE TEMAS DO SÉCULO XX**



Apresentação

Prezado estudante, saudações!

Apresentamos a vocês a apostila do curso de História Contemporânea II, que tem como finalidade servir de material de apoio às discussões realizadas em nosso curso, ministrado na graduação em História a distância, oferecida pelo Departamento de História da Universidade Federal de Viçosa. Trata-se de onze capítulos temáticos, nos quais se desenvolvem reflexões bastante específicas sobre os textos de leitura obrigatória no decorrer do curso. A seleção dos temas e textos pautou-se na discussão do mundo europeu e suas relações globais a partir do século XX. Para tanto, nossa apostila está organizada em duas partes: a primeira, referente aos seis primeiros capítulos, trata do mundo europeu ocidental, com ênfase em países aderentes ao sistema capitalista de produção. A segunda discute as relações destes últimos com o bloco socialista, no tocante à Guerra Fria, expansão e crise do socialismo, além de apontar os desenvolvimentos do então chamado Terceiro Mundo, recém-emancipado, e o fim das utopias esquerdistas.

Como dissemos, a primeira parte é composta por seis capítulos, que abordam a Primeira Guerra Mundial, suas causas diretas, desenvolvimentos e resultados; a Revolução Russa e o contexto de transformação social vivenciado por aquele país; a Crise do capitalismo liberal na crise de 1929; a emergência dos regimes fascistas no pós-primeira guerra; a gênese, desenvolvimento e resultados da Segunda Guerra; e, por fim, os Anos Dourados: o novo progresso instaurado no pós-Segunda Guerra, a ascensão das esquerdas e sua crise, na década de 1970.

Na segunda parte, discutiremos a Guerra Fria, seu contexto e relações entre os blocos capitalista e comunista, além daqueles referentes ao chamado Terceiro Mundo. As descolonizações africana e asiática também serão discutidas nesta seção. Junto a esses temas, a expansão, desenvolvimento e crise do socialismo também serão abordados. Fecharemos nossa apostila trazendo à discussão os efeitos da globalização no final do século XX e o fim das utopias: o fracasso do modelo comunista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a falta de referenciais teóricos e práticos à gestão política das esquerdas.

Lembre-se: nas páginas seguintes, você encontrará um **material de apoio** às aulas e às leituras obrigatórias e recomendadas ao longo do curso. Trata-se de notas acerca dos textos discutidos, que visam auxiliar o entendimento dos principais conceitos, temas e problemas tratados pelos autores. Lembre-se de que, aqui, apresentamos apenas uma coletânea de informações para consultas rápidas, que não substitui, em hipótese alguma, a leitura da bibliografia do curso. Este material de apoio irá auxiliá-lo em seu aprendizado e acompanhá-lo no entendimento das questões propostas nas aulas e na análise da bibliografia do curso. Portanto, para que contemplemos nossos objetivos, é preciso que você leia os textos, assista às aulas e busque outras referências em livros e revistas. Muitos periódicos acadêmicos são encontrados na *internet* e têm fácil acesso, deixando a informação e o conhecimento palpáveis a todos.

Ao final de nossa apostila, há uma lista com indicações de filmes e obras literárias que abordam os temas discutidos neste curso, os quais podem auxiliar no entendimento dos temas e aprofundamento nas questões. Esperamos seu ótimo desempenho neste curso! Vamos compreender melhor o mundo em que vivemos?!

A Primeira Guerra Mundial

Texto de referência: MOTTA, Márcia Maria Menendes. *A Primeira Grande Guerra*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (org.). *O Século XX. Vol. 01: O tempo das certezas. Da formação do capitalismo à Primeira Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 232-251.

O início do século XX foi um momento de grande otimismo e superação no mundo europeu. O crescimento das indústrias e do consumo, a expansão das cidades, o desenvolvimento de novas fontes de energia e novos remédios contribuíam com a crença na infundável capacidade humana de criar e transformar a vida. Uma era de progresso se anunciava no horizonte e o período ficou conhecido como *Belle Époque*. Contudo, sob a bela fachada, escondiam-se processos de intensa concorrência entre as principais potências europeias, em busca de mercados e matérias primas, alimentadas pelo sentimento de nacionalismo e, em alguns casos, de revanchismo. A certeza da paz duradoura deu lugar a um conflito de proporções desconhecidas até o período. Em 1914, o caldeirão transbordou: começava a Primeira Guerra Mundial.

Neste capítulo, discutiremos os eventos que deram início ao conflito bélico que atingiu grande parte da Europa, antes de 1914, seus desdobramentos e resoluções posteriores, após o encerramento da guerra, em 1918. Nossa principal referência bibliográfica é o artigo “A Primeira Grande Guerra”, de autoria de Márcia Maria Menendes Motta, graduada e mestra em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente, Márcia Motta é professora de História Contemporânea na UFF. O texto em questão faz parte do primeiro volume da coletânea *O Século XX*, organizada por Daniel Aarão Reis Filho, Jorge Ferreira e Celeste Zenha, que objetiva trazer ao público acadêmico e leigo textos informativos sobre grandes eventos da história política e cultural do século XX.

1. Antecedentes

Márcia Motta inicia sua discussão afirmando que, embora vários países tenham se envolvido no confronto ocorrido entre 1914-1918, as principais potências em combate eram a França, Inglaterra, Rússia e Alemanha. A Primeira Grande Guerra é compreendida pela autora como uma guerra imperialista, na qual “rivalidades políticas expressavam a competição econômica das potências em conflito”¹. Para compreender a gênese do evento, Motta recorre à análise do processo de industrialização europeia, iniciado nas últimas décadas do século XVIII, e associa-o ao desenvolvimento do capitalismo.

1 MOTTA, Márcia Maria Menendes. *A Primeira Grande Guerra*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (org.). *O Século XX. Vol. 01: O tempo das certezas. Da formação do capitalismo à Primeira Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.233.



Amparando-se nas análises do historiador britânico Eric Hobsbawm, Motta acredita que o desenvolvimento industrial gerou necessidades de mercado (para exportação de produtos e importação de matérias primas) e contribuiu com a expansão imperialista europeia pelo mundo. A corrida imperialista de finais do século XIX foi acompanhada pela exacerbação dos nacionalismos europeus e fomento às rivalidades nacionais. Destes embates, surgiram conflitos de interesses que culminaram na guerra. Analisemos as trajetórias de industrialização dos principais países envolvidos no confronto para que possamos perceber os arranjos políticos que possibilitaram a emergência desta “guerra imperialista”.

A Inglaterra foi a primeira nação a se industrializar. A Revolução Industrial, iniciada no século XVIII, revolucionou os processos produtivos então conhecidos e possibilitou novas formas de organização social, com forte desenvolvimento das cidades e esvaziamento dos campos. A política de fechamento dos campos, iniciada no século XVII, para produção de ovelhas, com o intuito de oferecer maior quantidade de lã ao setor têxtil, causou a expulsão dos camponeses das terras em que viviam. Diante desse quadro, homens e mulheres saíram dos campos e foram para as cidades, que então se desenvolviam, em busca de oportunidades de trabalho, sobretudo no setor industrial têxtil, contribuindo com seu crescimento. Somado a estes fatores, havia um mercado interno consolidado e as amplas redes comerciais ultramarinas inglesas garantiam acesso a importantes mercados no exterior, muitas vezes conquistados por meio de guerras e colonização.

O pioneirismo inglês mostrou aos demais países as possibilidades e limitações do desenvolvimento industrial. Ao contar com uma experiência prévia na qual se inspiravam, estes Estados não precisavam passar por todas as etapas vivenciadas pela Inglaterra, podendo mobilizar esforços para ingressar em estágios específicos e desejados de industrialização. A continuidade industrial desenvolvida por outros Estados europeus deixava a tecnologia inglesa em posição de obsolescência.

A Alemanha foi um dos países que aprendeu com o desenvolvimento inglês e buscou superá-lo. Em poucos anos, os alemães construíram uma base tecnológica avançada, resultante da manutenção de estruturas políticas arcaicas, uma vez que o Estado se apoiava nos grandes proprietários de terras e, a partir deles, impulsionava a industrialização. Motta argumenta que a associação entre capital industrial e bancário era muito forte na Alemanha e aponta que a formação do mercado interno decorreu, em grande parte, da expansão das estradas de ferro, que interligaram o país. Além disso, o fortalecimento da indústria alemã deu-se pelo estímulo à cartelização, como forma de vencer a concorrência, e forte investimento do Estado em educação científica e tecnológica, a fim de gerar homens qualificados para gerir o progresso científico e tecnológico alemão.

O terceiro caso abordado é o francês. No começo do século XIX, a França era um país agrário e ruralizado, com pouco desenvolvimento urbano e sem um mercado interno significativo. As poucas indústrias existentes competiam com os produtos ingleses e supriam as necessidades da pequena população que vivia nas cidades. Ao contrário da Inglaterra, que investiu na produção de bens de consumo, como a indústria têxtil, a França optou por produzir bens de maior sofisticação. O desenvolvimento das indústrias em terras gaulesas associou o apoio do Estado a capitais ingleses que, investindo na construção de vias férreas, possibilitava a criação de um mercado interno para os produtos industriais. Apesar de tais esforços, é preciso notar que a França ainda se mantinha fortemente ruralizada. A autora relata que isso talvez decorra do modelo de industrialização



promovido, visto que preservou a sociedade camponesa e impôs menores rupturas sociais.

A quarta potência abordada é a Rússia. Embora esse país possuísse um setor industrial tecnologicamente eficiente avançado, ele era diminuto, comparado aos 79% da população que residiam no meio rural, em situação de miséria. Dependente do capital estrangeiro, o processo industrial russo construiu-se pela intermediação proposta pelo Estado entre o capital externo e a indústria local. Do ponto de vista político, o Estado russo caracterizava-se pelo seu militarismo e autoritarismo, cuja função de promover a paz social significava impedir revoltas de operários e camponeses que se levantavam contra a miséria que assolava o país.

Com cenários internos tão diversificados, esses quatro países iniciaram o século XX em crescente processo de desenvolvimento industrial e econômico, cuja competição estimulava antigas rivalidades. A possibilidade de confronto, apesar de desacreditada, estava no horizonte, sobretudo se atentarmos para o constante desenvolvimento da indústria bélica, na “criação de novas tecnologias para a morte”², além da imposição do alistamento militar obrigatório, com vistas à formação de exércitos.

2. Rivalidades europeias

O desenvolvimento de políticas de alianças e a formação de blocos atendia à necessidade dos países de se protegerem diante das possibilidades de investidas de outros. Paralelo a essa aproximação entre os países surgia uma educação pública incumbida de fazer cumprir a nação: o ensino da língua pátria e da História nacional objetivava criar um sentimento de pertencimento a unidade nacional, inflamando o orgulho pátrio e lidando com a História como divulgação da força e da união de determinado povo. Nesse ponto, o estímulo ao nacionalismo e à xenofobia podem ser notados, sobretudo na retomada do revanchismo franco-alemão. Como aponta Márcia Motta, “a unificação da Alemanha em 1871 ocorreu no interior da Guerra Franco-Prussiana, que significou para a França não somente a derrota, como também a perda das regiões da Alsácia e da Lorena (ricas em ferro e carvão)”³. Os ingleses também se incomodavam com o desenvolvimento da Alemanha, que via a possibilidade de tornar-se a maior potência da Europa.



Figura 1: Região da Alsácia e da Lorena, na fronteira sul entre França e Espanha.

2 *Ibid.*, p.236.

3 *Ibid.*, p.237.



No leste europeu e nos Bálcãs, os interesses do Império Austro-Húngaro, Rússia e Império Turco se chocavam diante do desejo de posse dos territórios ocupados por minorias étnicas. Interessada na manutenção de suas relações com a Áustria-Hungria, a Alemanha formou uma aliança com este Império, da qual também participava a Itália: tratava-se da Tríplice Aliança. Já o esforço franco-ínglês pela superação de suas rivalidades e estabelecimento de áreas coloniais na Europa culminou na formação da Entente Cordiale, que logo se tornou uma aliança estratégia contra a expansão alemã que, posteriormente, veio a contar com a adesão da Rússia, que estava interessada em expandir sua influência nos Bálcãs e firmou acordo com França e Inglaterra em busca de capitais para sua indústria.

Nesse cenário multifacetado e repleto de interesses antagônicos, aconteceu um evento que foi o estopim para o acionamento das alianças e eclosão da Guerra: o assassinato do príncipe herdeiro do trono austríaco, Francisco Ferdinando. Em viagem a Sarajevo, cidade integrada ao Império Austro-Húngaro, em 1914, o príncipe divulgava seu projeto de constituir uma monarquia tripla, composta pela Áustria, Hungria e pelos povos eslavos residentes no leste europeu. Contudo, tal projeto encontrava concorrência na proposta da Sérvia, que pretendia formar a Grande Sérvia pela união entre todos os povos eslavos da região.



Figura 2: Política de alianças, com destaque para a região dos Bálcãs, na área circulado em amarelo.

A viagem de Francisco Ferdinando culminou em sua morte, no atentado executado pela sociedade secreta chamada Mão Negra, gerando sério conflito diplomático nos Bálcãs. A Áustria-Hungria, apoiada pela Alemanha, exigiu imediata apuração do episódio. Como nada aconteceu, foi declarada guerra à Sérvia, que contava com apoio da Rússia. Nesse momento, as alianças de outrora foram acionadas: ao lado da Sérvia, envolveram-se a Rússia, Inglaterra e França. Em apoio ao Império Austro-Húngaro, estava a Alemanha. Começa a primeira grande guerra.



3. A Guerra acontece

A Alemanha logo se engaja na guerra, na crença de que o conflito seria breve. Acreditando em sua vitória, os alemães traçaram o Plano Schlieffen, que previa o ataque à Bélgica e ao noroeste francês, antes de investidas contra a Rússia. Certos de que a primeira frente de batalha seria superada em no máximo 40 dias, os alemães logo partiram para o leste europeu, para atacar a Rússia, abrindo duas frentes de batalha logo no início da guerra. Apesar das previsões, a guerra foi cruel, longa e com muitos gastos e perdas. No *front* russo, os alemães tinham grande dificuldade diante da extensão do exército do czar. Entretanto, a Rússia logo se viu às voltas com outro problema: o Império Turco havia declarado guerra a este país (o que fez com que França, Grã-Bretanha, Sérvia e Bélgica declarassem guerra aos turcos).

Uma das grandes novidades da primeira Grande Guerra na história das guerras foi o entrenchamento do conflito. Márcia Motta explica que

O domínio da artilharia e a incapacidade de vencer decisivamente o inimigo dariam um caráter estático à guerra, sem a possibilidade de avanço real de nenhuma das partes envolvidas. De temporárias, as trincheiras passaram a ser então definitivas. Desde o Mar do Norte até Verdun, os soldados permaneciam entrenchados e milhares de homens ali morreram sem que uma das partes alcançasse a vitória.⁴

O sistema de trincheiras foi responsável pela morte de milhares de homens. Ao se tornarem palco principal das guerras, estes locais eram habitados por indivíduos que, durante dias, não tinham a possibilidade de se locomover, convivendo com ratos e piolhos e sem auxílio médico. Além das mortes pelo conflito, muitos vieram a falecer por doenças várias e os cadáveres ficavam expostos, ao lado dos vivos, contribuindo com a intensa insalubridade do local.

O desfecho do conflito era imprevisível. Ora o lado germânico/austro-húngaro/turco alcançava vitórias importantes, como a batalha de Tannenberg, dos alemães contra os russos, ou a Campanha de Gallipoli, pelos turcos. Ora as tecnologias bélicas faziam tremer seus adversários, como a inauguração do tanque de guerra, promovida pelo exército inglês, ou a utilização de armas químicas, como o famoso gás de mostarda – “a mais temida de todas as armas químicas da Primeira Guerra Mundial”, que queimava qualquer parte do corpo exposta a seus efeitos⁵. Nos céus, a aviação de guerra era um terror no imaginário das populações, embora tal recurso tenha sido pouco utilizado no conflito de 1914-1918. No mar, cruzadores, encouraçados e submarinos foram responsáveis por uma das faces mais terríveis da guerra: a morte de civis pela fome. Ao afundar navios mercantes, eles impediam a chegada de alimentos às populações das nações beligerantes, contribuindo com sua morte por inanição⁶.

Em maio de 1915, a Itália tomou partido no conflito e declarou guerra à Áustria, aliando-se no lado da Entente Cordiale, em detrimento da antiga aliança formada com Alemanha e Império Austro-Húngaro.

Em 1917, a Alemanha impôs bloqueio continental à Inglaterra e França, ameaçando afundar qualquer navio que fizesse comércio com esses países. Essa atitude determinou o envolvimento dos Estados Unidos na guerra, visto que este país era parceiro da Entente Cordiale e estava abastecendo tais países com ar-

4 *Ibid.*, p.239.

5 *Ibid.*, p.244.

6 *Ibid.*, p.245.



mas a alimentos. Outro evento importante de 1917 foi a saída da Rússia do conflito, por questões internas que discutiremos no próximo capítulo. Por ora, basta lembrar que, naquele ano, o czarismo foi derrubado e implantou-se um Governo Provisório que, entretanto, não atendeu aos anseios populares: a saída da Rússia do conflito e a redução da miséria vivida pela população. Em outubro do mesmo ano o partido Bolchevique tomou o poder, sob a liderança de Lênin. Em março de 1918, a assinatura do tratado de Brest-Litovsk garantiu a saída dos russos do conflito bélico.

A entrada dos Estados Unidos, a utilização da aviação militar, artilharia pesada e a criação de um comando único de guerra, como esforço pela organização racional da ofensiva da Entente Cordiale, fez com que a vitória se aproximasse. De fato, a partir de junho e julho de 1918, as vitórias contra os austro-húngaros se tornaram sucessivas e, em novembro daquele ano, a guerra chegava ao fim, por meio da assinatura do armistício pela Alemanha.

Os impactos sociais e psicológicos da guerra foram enormes. Estima-se que parte significativa da população economicamente ativa tenha morrido nos confrontos. Márcia Motta diz que, na Inglaterra, “um quarto dos alunos das importantes universidades de Oxford e Cambridge com menos de 25 anos morreu em combate”⁷. Inúmeras mulheres ficaram viúvas e tiveram de prover seu próprio sustento, além do sustento de seus filhos, ingressando assim no mercado de trabalho. Junto às “Viúvas de Guerra”, muitos órfãos, chamados “Pupilos da Nação”, nunca chegaram a conhecer seus pais.

A guerra chegava ao fim. Era preciso reconstruir a Europa. O mundo anterior a 1914 estava eternamente perdido.

4. Fim da Guerra e Acordos de Paz

A Rússia saiu da guerra no início de 1918, sob um tratado humilhante de paz. A estratégia adotada por Leon Trotsky para alcançar a paz – a declaração de que a Rússia não assinaria acordos anexionistas de paz e a crença de que os soldados e operários alemães se aliariam ao operariado russo e aos princípios da revolução de 1917 – falhou e o antigo país do czar apenas conseguiu ver-se livre dos conflitos europeus após o Tratado de Brest-Litovsk. Esse acordo significava, para os russos, a perda da Finlândia, Polônia russa, Ucrânia, Estônia, Letônia e Lituânia.

Nos Estados Unidos, o início de 1918 foi palco da elaboração de uma proposta de finalização da guerra. O presidente estadunidense Thomas Woodrow Wilson apresentou ao Congresso de seu país “um plano de paz, que pretendia ser uma solução justa para fim da guerra”⁸. Esperava-se que os 14 pontos de Wilson precipitassem a paz e se tornassem um fundamento para as futuras negociações com os alemães. O plano estabelecia:

1. Abolição da diplomacia secreta e implantação da diplomacia pública;
2. Plena liberdade de navegação, tanto em período de guerra quanto de paz;
3. Eliminação das barreiras econômicas entre as nações e estabelecimento de igualdade de condições comerciais;
4. Redução dos armamentos nacionais;
5. Redefinição da política colonialista, considerando-se também os interesses dos colonizados;

7 HOBBSAWM, *apud* MOTTA, M. *Op. cit.*, p.242.

8 *Ibid.*, p.247.



6. Ajuda à Rússia, para que este país pudesse ter oportunidade desimpedida e desembaraçada para a determinação independente de seu desenvolvimento político;
7. Restauração da independência da Bélgica;
8. Devolução da Alsácia-Lorena à França;
9. Reajuste das fronteiras nacionais italianas;
10. Autonomia dos povos da Áustria-Hungria;
11. Restauração da Romênia, Montenegro e Sérvia, assegurando o acesso ao mar aos sérvios;
12. Autonomia dos povos até então submetidos aos turcos;
13. Criação de uma Polônia independente;
14. Criação de uma Sociedade ou Liga das Nações⁹.

Norteados pelo princípio de que todos os povos e nações, fortes ou fracos, tinham direito à justiça e à vida em liberdade e segurança encontrou resistência por parte de França e Inglaterra: os franceses exigiam reparações por parte da Alemanha, visto que seu território foi campo de grande parte dos conflitos; os ingleses não estavam nada interessados na defesa da livre navegação pelos mares. Essas nações acreditavam que era necessário impedir a todo custo que a Alemanha pudesse voltar a ameaçá-los, aplicando-lhe duras penas. Com este intuito, foi realizada a Conferência de Paris, em 19 de janeiro de 1919, na qual estavam representantes da França, Inglaterra e Estados Unidos. Nesse evento foram discutidos os termos da paz, impostos aos países vencidos.

Tratava-se do Tratado de Versalhes, que determinava duras penas à Alemanha, como:

- Restituir à França a região da Alsácia-Lorena;
- Entregar a bacia carbonífera do Sarre à França, por 15 anos (depois desse período, a população optaria pela nacionalidade francesa ou alemã);
- Entregar os territórios de Eupen e Malmedy à Bélgica, a maior parte de Schleswig à Dinamarca, de Memel à Lituânia, de grande parte da Prússia Oriental à Polônia, incluindo a bacia carbonífera da Alta Silésia;
- Estabelecer uma faixa de terra, entre a Prússia Oriental e a Alemanha, para garantir à Polônia uma saída para o mar – o “corredor polonês”;
- Tornar a cidade de Dantzig uma cidade livre, sob o controle da Liga das Nações;
- Dividir todo o império colonial alemão entre as nações vencedoras, sobretudo França e Inglaterra;
- Pagar 132 bilhões de marcos-ouro, divididos em quotas num prazo de 30 anos;
- Confiscar todos os bens e investimentos, nacionais ou privados de alemães, no estrangeiro;
- Entregar, anualmente, 40 milhões de toneladas de carvão aos aliados europeus, anualmente, durante 10 anos;
- Admitir sua inteira responsabilidade pela deflagração da guerra;
- Desmilitarizar seu exército e tornar o engajamento voluntário, por 12 anos;
- Reduzir a frota da marinha;
- Proibir submarinos, canhões pesados, aviões militares e artilharia antiaérea.

9 *Idem.*



Os aliados alemães também foram punidos. Os Tratados de Saint Germain (setembro de 1919) e Trianon (maio de 1920) extinguiram o Império Austro-Húngaro, dando lugar à Áustria, Hungria, Checoslováquia, Iugoslávia e Polônia. Já o Tratado de Sèvres dava fim ao Império Turco-Otomano, do qual surgiam Iraque, Síria, Líbano, Palestina, Transjordânia e Turquia. A Bulgária perdeu todas as suas costas no Mar Egeu para os gregos, após o Tratado de Neuilly, novembro de 1919.

Após a guerra, sobrava uma Europa arrasada e envelhecida, econômica e socialmente desorganizada, faminta, inflacionada e endividada diante dos empréstimos fornecidos pelos Estados Unidos. A Alemanha, derrotada e humilhada, lidava com desemprego e desesperança, até que o surgimento de uma nova ideologia deu novas utopias ao povo inferiorizado pela Europa: o nazismo. Nesse período de extrema fragilidade, o gérmen da guerra continuava a florescer nas nações europeias: a identificação nacionalista extremada, a manutenção das rivalidades e o desejo de revanche. Dias melhores não estavam no horizonte. A Segunda Guerra não tardaria.

Bibliografia Complementar

BEST, Nicholas. *O Maior Dia da História - Como a Primeira Guerra Mundial Realmente Terminou*. Editora: Paz e Terra, 2009.

BRENER, Jayme. *A Primeira Guerra Mundial*. Editora: Ática, 2008.

FERRO, Marc. *A Grande Guerra - 1914-1918*. Editora: Edições 70, 1969.

RÉMOND, René. *O Século XX. De 1914 aos nossos dias*. 9ª ed. São Paulo: Cultrix, 1993. VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Primeira Guerra Mundial. Relações internacionais do século 20. Primeira parte*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1996. (Síntese Universitária, 47).

A Revolução Russa

Texto de referência: REIS FILHO, Daniel Aarão. *As Revoluções Russas*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (org.). *O. O Século XX. Vol. 02: O tempo das certezas. Da formação do capitalismo à Primeira Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 35-60.

No capítulo anterior, discutimos os eventos anteriores à Primeira Guerra Mundial e sua importância na gênese do conflito. Em seguida, analisamos o desenrolar da guerra e, por fim, apontamos seus resultados, no plano político e social. Certamente, você se lembra que dissemos que a Rússia abandonou os campos beligerantes em março de 1918, depois da assinatura do Tratado de Brest-Litovsk. Esse país estava vivendo um intenso processo de transformação de sua estrutura social, política e econômica: as revoluções russas. Trata-se de um acontecimento plural: entre 1905 e 1922, a Rússia czarista deixaria de existir e, em seu lugar, um novo modelo de Estado emergiria: a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Uma sucessão de movimentos e revoluções fez com que esses 17 anos transformassem profundamente a história russa e efetivasse um novo modelo de organização política e econômica capaz de influenciar todo o planeta. Trata-se da Revolução de 1905, Revolução de 1917, Revolução de Outubro de 1917 e Revolução de Kronstadt.

Neste capítulo, discutiremos as inquietações da população, a influência dos ideais marxistas e da social democracia alemã e as grandes dicotomias internas da Rússia que deram origem às revoluções. Abordaremos o papel dos camponeses e do operariado urbano, a instabilidade política durante as revoluções e sua posterior “tomada de rumos”, a partir de 1921. Nosso texto de referência é o artigo “As Revoluções Russas”, de Daniel Aarão Reis Filhos, presente no segundo volume da coletânea *O Século XX*, organizada pelo próprio autor em parceria com Jorge Ferreira e Celeste Zenha. Reis Filho é graduado e mestre em História pela Universidade de Paris VII e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Atualmente, é professor titular de História Contemporânea na Universidade Federal Fluminense, onde estuda as relações entre literatura e história russa e História das Esquerdas no Brasil.

1. Antecedentes

Daniel Aarão Reis Filho inicia sua abordagem tratando dos contrastes que caracterizavam a sociedade e o Estado russo. Por um lado, eles eram marcados pela impressão de imutabilidade, solidez permanente; por outro, havia uma crônica instabilidade, alimentada pela inadequação do Estado e da sociedade às novas demandas surgidas com as transformações acumuladas ao longo do tempo.

No tocante ao primeiro aspecto, destacamos poderosas tradições e estruturas políticas e sociais sobre as quais o Estado czarista se assentava. O *nexo rural* era um dos pilares da sociedade russa. Os campos não eram possuídos pelos camponeses (os *mujiques*), que lavravam a terra diretamente, com tecnologias precárias, baixa produtividade, altas taxas de exploração, miséria e fome. Os pro-



prietários rurais eram homens endividados, que viviam de glórias do passado e parasitavam em torno da alta sociedade que se formava. Juntos, esses dois tipos de personagens compunham 80% da população russa, fortemente ruralizada.

Outro pilar desta sociedade era a religião. O cristianismo ortodoxo misturava-se à religiosidade popular. Embora houvesse uma enorme distância cultural entre a Igreja Ortodoxa e as crenças populares, esses espaços eram preenchidos por outras formas de pertencimento social: as nacionalidades. A Rússia era um império, mas não era uma nação: várias nacionalidades compunham a Rússia do início do século XX, com suas culturas, modos de vida e idioma próprios.

Por fim, o endeusamento da figura do czar, visto como representante de Deus na Terra – tal qual os reis absolutistas do ocidente europeu – a quem se devia completa obediência, contribuía com a formação de um cenário de suposta perenidade. A presença personalista do czar fazia-se por todo o império “em retratos e santinhos, em quadros, medalhas e estátuas, na memória e nos corações das gentes”¹⁰. Além de ocupar espaço privilegiado no imaginário, o czar se fazia sentir através de intensa burocracia administrativa, marcada por intensa corrupção, e pela polícia política, eficaz no controle das oposições que, por ventura, se levantassem contra o regime. Unanimidade e imobilidade eram os principais objetivos da administração czarista, cuja dinastia estava no trono havia 300 anos.

Por outro lado, a sociedade se transformava. Os três principais pontos de clivagens abordados pelo autor são: expansão demográfica, expansão territorial e transformações políticas e industrialização. Entre 1870 e 1914, a população russa teve aumento, em média, de 2,4 milhões de pessoas por ano. Esse crescimento demandava modificações no regime político vigente. Afinal, como alimentar tantas pessoas, inseri-las na sociedade e maximizar o uso dos recursos disponíveis sem modificações estruturais?

A expansão territorial deu-se por meio de investidas bélicas, ao sul, oeste e leste do território russo, englobando povos e nações nos limites do império do czar. Seguindo o modelo asiático de integração política, os russos exigiam submissão política e militar dos povos conquistados, mas permitiam sua autonomia cultural – embora precisemos destacar a existência surtos de russificação, com o intuito de criar homogeneidade cultural no extensíssimo império.

Por fim, a modernização industrial de base capitalista seria outra das grandes transformações sofridas pela Rússia antes de 1905. A primeira ofensiva modernizante ocorreu em 1861, quando a servidão foi abolida e várias reformas foram implantadas nas forças armadas, educação, justiça e administração central, entre outras. Contudo, os resultados ficaram aquém do desejado. A partir da década de 1890, a iniciativa estatal impulsionou o desenvolvimento capitalista, através da construção de uma rede de estradas de ferro. Setores de ponta da economia internacional, como metalurgia, siderurgia, petróleo e carvão puxavam a economia nacional, embora sem acompanhamento da agricultura e indústria leve. Barreiras alfandegárias, estímulos fiscais, encomendas do Estado, moeda forte e capital estrangeiro foram elementos de forte impacto no desenvolvimento da economia russa, sobretudo nos períodos entre 1892-1903 e 1906-1911.

Esse dinamismo também teve suas contradições: a indústria de ponta era operada por trabalhadores que viviam nas condições mais precárias, com alta taxa de exploração. Essa massa trabalhadora dava sinais de impaciência com a

10 REIS FILHO, Daniel Aarão. As Revoluções Russas. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (org.). O. O Século XX. Vol. 02: O tempo das certezas. Da formação do capitalismo à Primeira Grande Guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.38.



lentidão da melhora nos padrões de vida. Greves nas fábricas eclodiam desde os anos 1880. Nos campos, a insatisfação também era grande. Desses desdobramentos sociais, surgiriam as propostas que encabeçariam as revoluções russas do início do século XX.

2. Socialismo rural e social democracia russa

Duas propostas revolucionárias estavam em formação na Rússia dos primeiros anos dos novecentos: os defensores do socialismo rural e aqueles que acreditavam nas propostas socialdemocráticas.

De um lado, estava o socialismo rural. Conforme apresenta Reis Filho, essa proposta pregava a “nacionalização e distribuição equitativa das terras, sob o controle dos camponeses. A ideia básica era fazer com que a Comuna Rural (...) se constituísse como o organismo de base de uma sociedade nova e revolucionada”¹¹. Tal proposta era sustentada por dois grupos de tendências. O primeiro acreditava num trabalho prolongado de propaganda, que buscava angariar adeptos à causa por meio da conscientização de suas demandas. O segundo era favorável à ação direta, ao enfrentamento e abatimento das lideranças do regime czarista, buscando desestabilizá-lo e dar início às ondas revolucionárias.

De outro, estavam os defensores da socialdemocracia russa. Filiada à Internacional Socialista de 1889, essa vertente foi formada em volta do pensamento da social democracia alemã e sua compreensão das ideias de Karl Marx. Em suas reflexões, o principal personagem histórico da revolução era o proletário, e não o camponês, que mostraria sua força na segunda etapa da revolução: depois que a burguesia tomasse o poder. A socialdemocracia russa acreditava que o capitalismo era uma realidade incontornável e, diante da desestabilização social vigente, era preciso que a burguesia cumprisse suas tarefas naquele tempo histórico: implantasse a república democrática, a reforma agrária e a soberania nacional. Depois dessa primeira revolução, o operariado urbano-fábrica entraria em ação, trazendo a república socialista.

Embora esses pontos gerais fossem consensuais na socialdemocracia russa, havia um desentendimento entre os bolcheviques (majoritários) e mencheviques (minoritários) no tocante à organização partidária a ser adotada, em 1903. Os primeiros queriam um partido revolucionário centralizado, como um exército; os segundos defendiam um partido mais aberto e flexível, como os partidos socialdemocratas europeus. Embora pequenas perto dos objetivos consensuais, essas diferenças foram suficientes para minar a socialdemocracia russa às vésperas de 1905. O partido estava enfraquecido e repleto de dissensões internas.

3. A Revolução de 1905

Os movimentos sociais que eclodiram na Rússia de 1905 aconteceram de forma bastante imprevisível. Seu início esteve ligado a uma expedição militar enviada pelo czar para o extremo oriente do império, no nordeste chinês, onde havia uma área de influência russa, com controle do porto de Port Arthur. Em 1904, oposições entre interesses russos e japoneses na Manchúria foram o estopim para uma guerra, iniciada pelo Japão, contra os homens do czar. O conflito consumiu vastos esforços, sobretudo humanos, e deixou a população assustada



e, mais que isso, extremamente desinformada. Em busca de melhor compreender o que acontecia, homens, mulheres e crianças da Rússia foram para as ruas, em 9 de janeiro de 1905, em São Petersburgo, para propor diálogos com as autoridades. Em clima de insatisfações e protestos, a população buscava o diálogo. Contudo, foi recebida a tiros de metralhadoras.

Conhecido como *Domingo Sangrento*, esse episódio deu início a ondas de protestos e greves de operários, que se solidarizavam com as vítimas do homicídio cometido pelo Estado e reivindicavam direitos trabalhistas. Suas demandas eram análogas àquelas já conquistadas pelos operários europeus, como: “liberdade de organização sindical, direito de greve, jornada de trabalho de 8 horas, férias, previdência social, etc”¹². A república era um ideal distante e defendido pelos mais radicais. Em geral, os moderados pretendiam substituir o tzarismo por uma monarquia constitucional.

As formas de luta adotadas pela população organizada foram as grandes novidades do movimento: a greve política de massas, na qual as pessoas se negavam a trabalhar como forma de protesto político e a criação de conselhos de representantes para debater e deliberar as pautas – os soviets. Reis Filho explica que, por ser “ágil, flexível, colado aos sentimentos e aspirações da base dos eleitores, sem mandatos fixos, nem remunerações especiais, conjugando aspectos políticos e sindicais, o soviete adquiriu rapidamente projeção em todo o império”¹³.

Além do operariado urbano, vários grupos sociais se mobilizaram e aderiram às manifestações. As **camadas médias** se organizaram em associações e uniões profissionais e defenderam seus ideais liberal-democráticos. As nações **não-russas** defendiam sua soberania e autonomia. Os **soldados e marinheiros** reivindicavam melhores condições de trabalho. Os **camponeses** exigiam a nacionalização das terras e eleição de uma Assembleia Constituinte. No plano externo, a Rússia continuava a sofrer os impactos das vitórias japonesas em conflitos localizados. Diante de intensa desagregação a resposta do tzar foi a negociação e a proposta de criação de um parlamento – a Duma Imperial – que abrandou os ânimos das manifestações.

A grande contribuição desse momento revolucionário foi a exposição de temas que passaram à agenda mundial, como a organização das greves políticas dos soviets e as demandas pela nacionalização das terras, melhores condições de trabalho dos setores militares, movimentos nacionais no interior do império, as ambiguidades liberais, as relações entre guerra e revolução.

Por outro lado, a prática revolucionária trouxe a necessidade de compreensão/rearranjos teóricos nas concepções marxistas da social democracia. Por que a burguesia liberal não tomou o papel que lhe cabia? Foram os burgueses excessivamente moderados? Será que a burguesia lideraria uma revolução republicana? Como os revolucionários deveriam proceder, já que a revolução russa dependeria do despertar da burguesia? Por outro lado, a enfática inclinação revolucionária dos camponeses recolou a questão de seu papel na revolução. Seriam eles uma força aliada? Seria o caso de desfazer-se do desejo de aliar liberais e operários, juntar esses últimos e os camponeses? Mas e a luta deles pela nacionalização da terra? Outro ponto: como associar os nacionalismos presentes na Rússia com o projeto internacionalista do socialismo? Eram os problemas reais ocupando espaço diferente daquele imaginado pela teoria. Em outras palavras, os intelectuais russos questionavam a autonomia russa na concepção ideológica

12 *Ibid.*, p.43-44.

13 *Ibid.*, p.44



do processo em curso: “Seria possível fazer um socialismo russo rural, autônomo e oposto à Europa Ocidental?”¹⁴

Diante dessas questões, dois grandes ideólogos do socialismo russo, Leon Trotsky e Vladimir Lênin, concordavam, cada qual à sua maneira, que a luta pela república democrática deveria encadear-se com a busca pelo socialismo, sem o intermédio de um Estado burguês, como previsto pela cartilha marxista de socialdemocracia alemã. Desse modo, Lênin enfatizava a necessidade de buscar apoio junto aos camponeses, aceitando a nacionalização das terras, e as nações não-russas, mesmo que causasse a desagregação do império.

Nos anos seguintes, o regime tzarista se reconstituiu, mesmo com a existência da Duma. Novas reivindicações sindicais não puderam abalá-lo da mesma maneira que em 1905. Repressão e exílio eram as medidas para conter os protestos e desarticular a socialdemocracia russa que, por sua vez, encontrava novas dissidências internas, incluindo a ruptura dos bolcheviques. A proclamação da guerra, em 1914, fazia o sonho da revolução ficar mais distante: a população era quase unânime no apoio ao tzar diante do conflito europeu. Todos acreditavam em um conflito curto. Mas não foi bem assim...

4. A Primeira Guerra Mundial e a Revolução de 1917

A guerra foi mais longa do que o esperado, com enormes perdas materiais e humanas. Em 1915, descontente com o prolongamento do conflito e inabilidade do governo, o parlamento e a sociedade se mobilizaram, buscando um governo mais eficaz ou assumindo suas competências, como a federação das assembleias e as coordenações entre organizações tradicionais, cooperativas e associações.

Em 1916, a desconfiança em relação ao governo aumentou, o movimento grevista reapareceu e a radicalização das tensões culminou nas *jornadas de fevereiro*: cinco dias de intensos movimentos sociais, que derrubaram a dinastia de três séculos. Todos os setores da esquerda política e todos os grupos sociais descontentes com a gestão do tzar aliaram-se pela sua queda. Diante do inesperado, um governo provisório foi estabelecido pelos partidos da Duma Imperial (o parlamento russo) e, em Petrogrado (São Petersburgo, cujo nome havia sido mudado para algo mais russificado), formava-se o soviete de operários e soldados, inspirado na organização de 1905. A queda do governo também derrubou a censura, fazendo vir à tona uma gama de insatisfações.

De modo geral, Reis Filho afirma que foram retomadas as propostas apresentadas em 1905: trabalhadores urbanos queriam legislação social e trabalhista, camponeses queriam a nacionalização das terras, soldados derrubaram a hierarquia e disciplina nas forças armadas, nações não russas buscavam reconhecimento e algumas pleiteavam independência. Contudo, neste cenário propício a transformações, o governo provisório seguia mais interessado na vitória na guerra que na solução dos problemas internos e não ouvia os clamores dos movimentos populares. Como resultado, crises se sucederam.

Em abril daquele ano, uma declaração infeliz do Ministro das Relações Exteriores levou à sua queda, que contribuiu com a entrada de membros do soviete de Petrogrado no governo. Em maio, a demanda dos camponeses pela posse da terra aumentou, bem como os clamores mais radicais que defendiam “todo poder aos sovietes”. Em julho, uma ofensiva militar desastrosa, conduzida pelo governo provisório, levou à ira dos marinheiros, que exigiam sua deposição. Gerou-

14 *Ibid.*, p.45



-se conflito, repreendido pelo governo, que culpou os bolcheviques, e precisou ser recomposto. Em agosto, foi a vez de setores de direita tentarem um golpe no governo, novamente repreendido, demandando terceira coalizão.

Os camponeses, organizados em comitês agrários, levaram adiante o processo de nacionalização das terras, distribuindo-as segundo as necessidades (“bocas a alimentar”) e possibilidades (“braços disponíveis para o trabalho”). A partir da distribuição, a terra não podia ser comprada ou vendida e o trabalho assalariado no campo estava proibido. Cada camponês deveria trabalhar somente com suas mãos e instrumentos, contando apenas com a ajuda de sua família. Diante dessas transformações, muitos soldados desertaram dos campos de batalha, buscando participar da distribuição das terras.

Nas cidades, comitês de fábricas e milícias operárias se formavam, ao passo que nações não russas ampliavam sua demanda por soberania. Nesse contexto próximo do caos, aconteceu a Revolução de Outubro.

5. A Revolução de Outubro de 1917

Reis Filho argumenta que, ao contrário das *Jornadas de Fevereiro*, a *Revolução de Outubro* teve uma coluna cervical bem estabelecida: a base era o partido Bolchevique, que a decidiu previamente; o corpo articulador eram as instituições ligadas ao partido, sobretudo os soviets; a coordenação cabia a Lênin. A proposta leninista era que o partido Bolchevique deveria dar um golpe e tomar o poder do governo provisório para, em seguida, passá-lo aos soviets. Através de legislação, esse governo revolucionário deveria reconhecer as reivindicações dos movimentos sociais e oferecer uma saída para a crise que assolava o país.

Sob o comando de Trotsky, o golpe proposto por Lênin foi executado num momento ideal – quando o governo provisório ordenou o fechamento da imprensa bolchevique e prendeu alguns membros do partido. Alegando defesa e legalidade revolucionária, o comitê militar do soviete de Petrogrado tomou o poder, com o apoio de grande parte da população: o dia 25 de outubro amanheceu com os soviets no poder.

A continuidade da revolução se deu pela formação de um governo revolucionário soviético, através do Conselho de Comissários do Povo, formado pelos Bolcheviques e pela parte radicalizada à esquerda, entre os socialistas revolucionários. As demandas seguintes foram o **Decreto da Terra**, que legalizou a nacionalização da terra; o **Decreto da Paz**, que estabeleceu o armistício imediato e o início das negociações para a saída da Rússia da guerra; o **Decreto sobre o Controle Operário**, que incorporava as reivindicações dos comitês de fábricas, e o **Decreto dos Povos da Rússia**, que proclamava a igualdade entre as nações e seu direito de constituir Estado nacional próprio. A expropriação do capital estrangeiro e das posses da Igreja, abolição das dívidas contraídas pelo czar e reorganização da administração do país foram temas em pauta noutros decretos.

Contudo, desgastes logo se impuseram na face deste novo governo.

6. A Guerra Civil e a Revolução de Kronstadt

Embates com outras correntes de pensamento socialista foram feridas que logo se abriram, após a Revolução de Outubro. Em 1918, o governo revolucionário fechou uma Assembleia Constituinte, que havia sido eleita em novembro de



1917, porque a maioria dos deputados era composta por socialistas moderados, ao contrário dos radicais que realizaram a revolução.

Outro elemento de desgaste foi a assinatura do Tratado de Brest-Litovsk, em março de 1918. Os revolucionários defendiam o fim da guerra para os russos sem anexações e sem indenizações. Entretanto, o acordo firmado com os alemães previa que os territórios conquistados pelos germânicos ficariam sob a guarda deles e, ainda, que a Rússia deveria pagar reparações de guerra. Essa medida causou a ira dos socialistas radicais, que abandonaram o governo bolchevique, deixando-os isolados no poder. Como sua base de apoio era o operariado urbano e suas alianças fracassavam, os bolcheviques tentaram aproximar-se dos camponeses, sem sucesso. Em mais um momento de crise, eclodiu uma guerra civil.

De um lado, estavam *exércitos brancos*, apoiados por capitais estrangeiros que viam com extremos maus olhos o desenrolar dos fatos políticos na Rússia. De outro, estava o *exército vermelho*, organizado pelos bolcheviques. A terceira via era formada por forças alternativas ao capital estrangeiro e aos bolcheviques: socialistas revolucionários, mencheviques, anarquistas...

A guerra foi devastadora, levando a quedas gigantescas na produção industrial (redução de cerca de 80%) e na produção de energia elétrica (queda de mais de 75%), além de milhares de mortes e brutalização das relações sociais. A moeda desapareceu, os empreendimentos privados e excedentes dos camponeses foram expropriados e criou-se um *comunismo de guerra*: o conceito que deveria significar a comunização da abundância era utilizado para equalizar a escassez. Apesar de tudo, os bolcheviques venceram.

Findada a guerra civil, as convulsões sociais voltaram: greves operárias, reivindicações sindicais, protestos urbanos, revoltas camponesas. Em março de 1921, os marinheiros de Kronstadt declararam apoio ao movimento grevista e reivindicaram "liberdade de manifestação para todas as correntes políticas, libertação de todos os presos políticos e formação de uma comissão independente para investigar as denúncias sobre a organização de campos de trabalho forçado"¹⁵. Também demandavam eleições com voto universal e secreto, pluripartidárias e independentes do Estado, para renovação da estrutura soviética.

Diante dessas questões, o governo bolchevique atendeu a algumas demandas e impôs um ultimato aos marinheiros: em 72 horas, ou se rendiam, ou seriam aniquilados. Como não houve rendição, o governo bombardeou a base militar, transformando o evento numa terceira revolução, "contra o regime burguês, já enterrado, e contra o regime do Partido Comunista e sua polícia política, associada ao capitalismo de Estado"¹⁶. A estratégia dos bolcheviques foi apresentar os marinheiros à população como agentes contrarrevolucionários ligados ao capital estrangeiro – tática utilizada, posteriormente, contra qualquer voz que se colocasse contra o Partido. Os marinheiros foram destroçados e os bolcheviques venceram a guerra.

Os vencedores precisavam reconsiderar alguns dos temas levantados pelos vencidos e, ao final, a política de requisições e expropriações foi revogada e a Comunal Rural saiu vitoriosa, com o restabelecimento das relações mercantis. O respeito à aliança feita com os camponeses voltou à cena política, o comunismo de guerra e a militarização do trabalho chegaram ao fim. Aos poucos, uma economia renovada se construía, sob o controle total dos bolcheviques, que não abriram mão do poder político.

15 *Ibid.*, p.57.

16 *Idem.*



7. Resultados e debates

Contra todos os prognósticos e enfrentando vários inimigos, a revolução vingara. Embora sua vocação inicial fosse internacionalista, foi incapaz de expandir-se, ficando isolada na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Comprometida com a abundância de recursos (conforme a ideologia comunista), teve que lidar com a comunização da precariedade, numa sociedade faminta e miserável. A democracia sonhada tornou-se uma ditadura de partido único. O respeito à autodeterminação dos povos não-russos desapareceu. A guerra civil levou ao esfacelamento da indústria e redução traumática da classe operária. Por fim, o triunfo foi do setor camponês, que alcançou suas demandas, na execução do socialismo rural, conforme as primeiras tendências desejavam.

Na historiografia, várias questões são colocadas diante deste grande e importante evento da História Mundial. Uma delas é: foi um Golpe ou uma Revolução?

A Revolução de Outubro de 1917 é compreendida por Daniel Aarão Reis Filho como uma *revolução* introduzida por um *golpe*. Os bolcheviques arquitetaram o golpe sem consulta prévia à única instituição que poderia deliberar sobre ele: os soviets. Após a tomada do poder, este foi instituído nestes últimos, que deram continuidade ao processo que, em 1922, foi oficialmente reconhecido com a república dos soviets, ou União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Conforme palavras do autor, o golpe deu certo. Contudo, não foi “vitorioso pela arte com que ele foi conduzido, mas porque soube comprometer-se com uma revolução social em andamento”¹⁷.

Após a guerra civil, a revolução tão sonhada desfez muito de suas bases originais, mantendo apenas o forte laço agrário que, aliás, nunca fora objetivo dos bolcheviques, comprometidos com o proletariado urbano-industrial. Estabeleceu-se uma ditadura de partido único, agressiva com as nacionalidades não russas. Como sobreviventes de um período turbulento, os bolcheviques não foram capazes de manter o traçado inicial do roteiro escolhido. Após os resultados da guerra civil e da estabilização interna, os recursos disponíveis ao novo governo não permitiam as melhores esperanças, em desacordo com as teorias socialdemocratas alemãs e com aquelas autóctones dos russos. Somente ao futuro saberia o destino do país dos soviets.

Bibliografia Complementar

- FERRO, Marc. *A Revolução Russa de 1917*. 2 ed., São Paulo: Perspectiva, 1988.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *Rússia (1917-1921): anos vermelhos*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Tudo é História).
- RÉMOND, René. *O Século XX. De 1914 aos nossos dias*. 9ª ed. São Paulo: Cultrix, 1993.
- TROTSKY, Leon. *A história da Revolução Russa*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977. 3 vols.
- VIZENTINI, Paulo G. F. (org.). *A revolução soviética. 1905-45: O socialismo num só país*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

Crise do capitalismo liberal

Texto de referência: ARRUDA, José Jobson de Andrade. *A crise do capitalismo liberal*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (org.). *O século XX. Vol. 02: O tempo das crises: Revoluções, fascismos e guerras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 11-34.

Nos capítulos anteriores, discutimos as condições de desenvolvimento da Primeira Grande Guerra, seu desenrolar e o rearranjo dos poderes políticos e do território europeu. Em seguida, analisamos as várias etapas das Revoluções Russas, iniciadas antes do grande conflito acontecido na Europa e concluída com a criação oficial da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1922. Agora, iremos apontar as transformações vivenciadas pelo mundo ocidental no pós-guerra, acentuadamente nos Estados Unidos da América (EUA). Tal país esteve neutro na Grande Guerra até 1918, quando a Alemanha decretou o bloqueio marítimo à França e Inglaterra, ameaçando afundar qualquer navio que mantivesse contatos com essas nações, independente de sua procedência. Como os EUA eram grandes fornecedores de alimentos, armas e demais produtos aos países beligerantes, seu direito de navegação fora violado, conduzindo-o ao conflito.

Após a vitória da Entente Cordiale, formada por Inglaterra, França e Rússia (que saiu da guerra antes do fim), em cujo lado os EUA ingressaram, duras medidas foram impostas aos alemães, além do esfacelamento do Império Austro-Húngaro e do Império Turco. Na Europa, mesmo os países vencedores estavam arrasados e necessitavam ser reconstruídos. O grande vitorioso com a Guerra foi o parceiro americano: os Estados Unidos da América passaram da condição de devedor dos europeus para seu grande credor. Foi o dinheiro emprestado pelo governo estadunidense que reconstruiu a Europa e, por meio do qual, esse país americano pode vivenciar uma das mais esplendorosas (e, no fim, mais catastróficas) experiências do capitalismo liberal. Após a guerra, o modelo liberal viveu seu apogeu. No final da década de 1920, estava declarada sua falência e crise.

Nossa referência bibliográfica é o artigo “A crise do capitalismo liberal”, de autoria de José Jobson de Andrade Arruda, graduado em História e doutor em História Econômica, ambos pela Universidade de São Paulo, onde atualmente é professor sênior, além de professor titular aposentado do Instituto de Economia da Unicamp.

1. A prosperidade americana no Pós-Guerra e seus subterrâneos

Após a Primeira Grande Guerra, os Estados Unidos assumiram a hegemonia econômica mundial, emprestando dinheiro aos países europeus para se reconstruírem e fomentando as exportações de sua produção por meio de tal recurso. Os 14 pontos apresentados pelo presidente Wilson haviam sido questionados pelos europeus e, no início da década de 1920, os próprios americanos repudiavam a perspectiva internacionalizante defendida por aquele presidente. Valorizava-se o isolamento estadunidense diante das questões europeias, na crença



de que este país bastava a si próprio, moldada pela grande prosperidade material vivida: baixo desemprego, crescimento dos salários e expansão da produção e do consumo. O mercado interno era protegido das turbulências internacionais por meio de altas taxas alfandegárias, que garantiam um mercado de consumo para a indústria dos Estados Unidos.

Após a guerra, a população americana buscava “o retorno à normalidade”, que se configurava em torno de ideais isolacionistas, conservadores e comprometidos com a prosperidade material. Preocupados com sua política, mercado e condições de vida internas, governantes e população dos Estados Unidos buscavam afastar-se da Europa, sem abrir seus mercados aos produtos europeus, embora fazendo concessões de crédito aos países daquele continente, para que pudessem se reconstruir e consumir produtos estadunidenses. Formava-se um caráter conservador na sociedade, organizada sobre bases racistas e com intensa discriminação social, além de buscar a imposição de valores morais, alimentando-se de intolerâncias política, racial e social.

Contudo, os índices de crescimento econômico registravam sucesso. Entre 1921 e 1929, a renda *per capita* cresceu 25%, acompanhada da expansão da construção civil, que verticalizava as cidades e transformava as paisagens urbanas, e do amplo consumo de bens duráveis, como automóveis, geladeiras, fogões, rádios e outros eletrodomésticos. A expansão do consumo acompanhava a dinamização do parque industrial e elevada produção. Assim, a dinâmica do consumo de massa era caracterizada por três pontos: ritmo crescente dos salários; baixas taxas de desemprego e expansão do crédito. A publicidade desenvolvida através do rádio também desempenhou seu papel nessa transformação: responsável pela vulgarização da sociedade de consumo, aliava entretenimento, informação e propaganda, criando necessidades e estimulando as compras. A facilidade de acesso aos produtos, pelas políticas de crédito, tornavam tudo mais fácil.

É preciso lembrar que estamos tratando de um país cuja economia funcionava sobre bases liberais. Os salários, preços e créditos eram fornecidos pelo setor privado, com pouca atuação do Estado. Este, em muitos casos, garantia segurança aos investidores cobrindo riscos para dinamizar a economia, sempre gerida pela ótica da iniciativa privada. Ao Estado, cabia regular e proteger. Aqui, o isolacionismo pode ser compreendido no fomento a investimentos no mercado interno, através do protecionismo alfandegário, com altas taxas. Cabe perceber que a cartilha do liberalismo divulgada pelos Estados Unidos tinha dois pesos e duas medidas. O Estado era liberal no tocante à gestão interna de sua economia e ao mercado interno. Da perspectiva internacional, defendiam a redução das barreiras alfandegárias para maior circulação de sua produção, mas mantinham suas altas taxas, com o fito de impedir a entrada de concorrentes estrangeiros que pudessem prejudicar a indústria nacional.

A população estadunidense acreditava que estava vivendo uma era de prosperidade inigualável e interminável. Em sua crença (compartilhada pelo governo, financistas e economistas), nada poderia ameaçar tal estado de felicidade e progresso e, em seu curso natural, em breve os Estados Unidos erradicariam a pobreza e produziram o mais pleno bem estar. Entretanto, essa crença, assim como a economia norte-americana, era oca: formada sob bases especulativas e sobrevalorizada, sem verdadeiras dimensões da realidade circundante.

A prosperidade tinha seus subterrâneos. A prosperidade dos bens materiais escondia o desenvolvimento de uma sociedade racista, protestante conservadora (que inibia, por exemplo, o ensino da teoria evolucionista nas aulas de biologia), antissemita, anticatólica e xenófoba diante de valores políticos de esquerda



radical, como o comunismo e o anarquismo. A retomada da Ku Klux Klan, com 5 milhões de adeptos, ilustra o enrijecimento vivido pela sociedade dos Estados Unidos. Intolerância é o conceito ideal para descrever este cenário, no qual os brancos, protestantes ortodoxos e integrados ao mercado de consumo são os cidadãos perfeitos, os viventes do *american way of life*, a serem seguidos pelo restante das pessoas. Aqueles que não se ajustassem à fórmula da “plena felicidade” poderiam ser perseguidos.

O crescimento das desigualdades sociais também foi uma marca dos anos 1920, uma vez que “análise minuciosa do quadro social revela que (...) cerca de 60% das famílias americanas viviam com rendas anuais abaixo de 2 mil dólares, ou seja, num patamar baixo de subsistência, segundo os parâmetros vigentes nessa sociedade”¹⁸. A fragilização se abatia, principalmente, sobre a população rural. A produção de alimentos mantivera-se constante e não acompanhou a política de reconversão do pós-guerra, levando à queda dos preços agrícolas e escassez das rendas da população rural, instalando pobreza e subnutrição nos campos.

Construído por imigrantes e conhecido até então por seu caráter hospitaleiro, os Estados Unidos transformaram-se. A Lei de 1917, que proibia qualquer restrição aos imigrantes, foi substituída pela Lei de Imigração, de 1921, que obstaculizava a entrada de novos estrangeiros, impondo restrições cada vez mais severas. Essa transformação parecia se justificar pelo medo das ideias radicais de esquerda que chegavam com os imigrantes europeus, como comunismo e anarquismo. Arruda destaca ainda “o exemplo nocivo dado pelos gângsteres nos Estados Unidos, na sua maioria italianos, irlandeses ou judeus (...)”¹⁹.

Apesar da crença no imperativo moral do sistema capitalista e incorruptibilidade, a realidade era menos romântica. A corrupção estava presente em todos os níveis do governo republicano, desde a venda de permissões para comercialização de bebidas proibidas a escândalos com arrendamento de reservas petrolíferas públicas em troca de propinas. A especulação imobiliária era alta, incorrendo sobrevalorizações inconcebíveis de imóveis, como ocorrido na Flórida, antes de 1925. Foram necessários dois furacões para escancarar os riscos que os investimentos inspirados em valor especulativo, em detrimento de valor real, poderiam causar: a quebra do mercado imobiliário na região.

A criminalidade também crescia. Em nome da defesa da moral e dos bons costumes, o ano de 1920 deu lugar à aprovação da Lei Seca: legislação que proibia a produção e comercialização de bebidas alcoólicas nos Estados Unidos. Com o apoio da União das Mulheres pela Temperança Cristã, objetivou-se extinguir os bares e implantar uma limpeza moral. O argumento de José Jobson Arruda é que, no fundo, a Lei Seca buscava conter a liberalização dos costumes nos centros urbanos, “a última tentativa de supremacia do país rural e provinciano sobre o crescente poder das cidades”²⁰.

Sob a legenda proibitiva da Lei Seca, instaurou-se a formação das máfias nos Estados Unidos. O crime organizado gerido pelos gângsteres envolveu-se diretamente com o tráfico de bebidas, instalação de destilarias clandestinas, contrabando, subordinação de autoridades, corrupção em todos os níveis. A criminalidade era responsável pelo surgimento de fortunas, da noite para o dia, e muitos eram os gângsteres envolvidos em tais negócios. A publicidade dada aos

18 ARRUDA, José Jobson de Andrade. A crise do capitalismo liberal. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (org.). *O século XX*. Vol. 02: O tempo das crises: Revoluções, fascismos e guerras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.17.

19 *Ibid.*, p.18.

20 *Ibid.*, p.19.



criminosos – com seus carros, mansões, grandes doações para caridade e cortejos públicos, quando de suas mortes – incentivava a integração da juventude desamparada nas malhas deste sistema que, por vezes, dava forma a cidades sem lei: como Chicago. Somente a Grande Depressão seria capaz de parar o sub-mundo do crime.

A criminalidade e a liberalização dos costumes eram os principais alvos a serem combatidos pelos movimentos de defesa dos valores tradicionais. Contudo, os anos 1920 viram forte desenvolvimento da indústria cultural, entendida por Arruda como forma de escapismo diante do presente frenético. Os festivais de dança, as revistas com forte apelo sexual, o cinema e novo modo de se vestir feminino – “costas desnudas, cintura baixa e seios represados”²¹, somados ao cabelo curto e à substituição dos trajes de banho de duas peças pelo sensual maiô – geraram manifestações em apoio à moral e aos bons costumes.

O cinema era o grande filão da indústria cultural. Além de captar e traduzir emoções, estimulando a fantasia e oferecendo a possibilidade de fuga da realidade, a sétima arte atuou na superação de fortes tabus no tocante ao relacionamento entre homens e mulheres: no escurinho do cinema, na última fila, os namoros encontraram seu lugar. Hollywood era a grande fábrica de sonhos – mitos sintéticos – gerando astros, estrelas e estereótipos a serem seguidos pela sociedade: o homem vencedor e a mulher sedutora. As transformações dessa arte acompanham a sociedade, mas não com o fito de reproduzi-la: antes, pretende oferecer alternativas a ela, complementando-a com emoções. Para isso, o cinema falado era imbatível na capacidade de emocionar.

Após a Grande Guerra, o período compreendido entre 1919 e 1924-28 foi marcado pelo esforço de retomada europeia, liquidando os vestígios da guerra e restabelecendo as condições econômicas anteriores ao conflito. Os empréstimos oferecidos pelos Estados Unidos possibilitaram a reconstrução europeia, em grande parte amparada nas importações que os países de lá faziam das indústrias do parceiro americano. Entre 1924 e 1931-32, houve um grande surto de prosperidade, particularmente vivido nos Estados Unidos, em cujo seio habitavam os elementos da crise de 1929. Já o período entre 1932-33 e 1939 foi caracterizado pela tentativa de superação da crise e forte intervenção do Estado na economia.

Nos Estados Unidos, a produção industrial e o consumo cresciam em ritmo acelerado. O consumo era estimulado por: 1) aumento dos salários, 2) destruição do espírito de poupança, 3) ampliação da assistência social, 4) ampliação do crédito para consumo, 5) baixa dos preços agrícolas e 6) atuação da publicidade. A produção era estimulada pelo consumo e pela proteção alfandegária instalada pelo governo. O aumento da capacidade produtiva através da concentração industrial e racionalização da produção – como o desenvolvimento da administração científica – era acompanhado por fortes investimentos, que ampliavam a produção e reduziam os preços dos produtos, favorecendo o consumo.

Em 1929, os Estados Unidos eram responsáveis por 44,8% da produção industrial mundial. Conglomerados de empresas formadas por controle acionário (os *holdings*) expandiam sua participação no mercado e tornavam-se multinacionais, através de acordos econômicos. A queda no preço dos produtos agrícolas e a constância dos produtos industriais significou o aumento do poder de compra da população dos Estados Unidos. Por isso:

21 *ibid.*, p.20.



A forma típica de vida dos americanos passou a ser considerada como exemplo da moderna civilização ocidental: a construção de altíssimos edifícios, a multiplicação das residências, dos carros, dos aparelhos domésticos. Esse estilo de vida atenuava as diferenças sociais: o crédito permitia a todos adquirirem um carro ou uma casa. O rádio e o cinema, bem como as diversões públicas, tiveram grande desenvolvimento.²²

Contudo, era na grandeza dessa nação americana que vivia seu ponto fraco. A manutenção de um ritmo frenético de produção do período da guerra e imediatamente posterior, quando os empréstimos oferecidos pelos Estados Unidos à Europa eram créditos para importações feitas por aquele continente dos produtos destes norte americanos, foi mantido. Contudo, a partir de meados dos anos 1920, a Europa estava ligeiramente melhor estruturada e sua indústria se desenvolvia, reduzindo as importações americanas. A expressividade da produção atrelada à redução internacional do consumo – apegada ao mercado interno que, neste momento, já não tinha condições de absorver toda a produção, foi um dos estopins da Grande Crise de 1929.

2. A Crise de 1929

Superprodução e subconsumo estiveram no centro da Crise de 1929, associados à especulação e liberalismo. Após a guerra, os Estados Unidos continuaram produzindo no mesmo ritmo adotado durante o conflito. Contudo, paulatinamente a Europa se reerguia e a demanda por produtos estadunidenses caía. Como o mercado americano estava fechado por barreiras alfandegárias, a produção europeia não escoava para a margem oeste do Atlântico Norte, reduzindo suas possibilidades e interesses na importação de produtos deste parceiro. Resultado: o mercado americano viu-se abarrotado de produtos.

O governo liberal não cogitava intervenção e os empresários não queriam reduzir seus lucros no curto prazo, reduzindo a produção para conter a crescente oferta diante da redução da demanda. A saída encontrada foi conceder créditos: os capitais excedentes nos Estados Unidos foram emprestados a países com poucas reservas financeiras, com o intuito de estimulá-los a importar a produção americana. Porém, estes Estados importaram máquinas e equipamentos tecnológicos e, assim, reequiparam suas indústrias, diminuindo a demanda pelos produtos americanos. Outra parte dos capitais excedentes foi investida na expansão do consumo interno, também por meio da política de créditos. Por fim, para conter a queda do preço dos produtos agrícolas, investiu-se em estocagem, cujas altas despesas obrigaram os fazendeiros a hipotecarem muitas propriedades. Caso despejassem sua produção no mercado, o preço sofria uma queda brusca, levando muitos empresários à falência.

Com a redução do poder de compra dos agricultores, somada ao aumento dos salários urbanos próximo a 12% e o aumento de 60% da produção, chegou-se a um cenário de intensa especulação: o crédito disponibilizado era incompatível com a riqueza existente e, num momento de busca por liquidez, o sistema oco ruiria.

Além dessas causas diretas, José Jobson Arruda afirma que havia outras, mais profundas, decorrentes da própria natureza do capitalismo monopolista. Na análise do autor, destaca-se a seguinte equação: a estabilidade dos salários estimula a produção e garante aumento dos lucros. Com maior rentabilidade, os



empresários tinham mais recursos para investir na produção, até chegar o momento em que não houvesse mais onde investir. Nesse momento, haveria a redução do lucro e estagnação da acumulação. No capitalismo monopolista, essa seria a estabilidade do mercado, entendida como crise, já que aponta a redução dos lucros. Na crise, a paralisação da produção gera desemprego – embora mantenha a margem de lucro. O desemprego leva à redução do poder de compra e, então, à contração do mercado e redução dos investimentos e das possibilidades de lucro. Nesse cenário, a busca por capitais ocupa o lugar antes destinado à especulação e chega-se a uma crise de liquidez: as pessoas acham mais seguro ter dinheiro na mão que ter investimentos improváveis.

Foi isso que aconteceu em 1929. Diante da iminência da crise, o governo dos Estados Unidos suspendeu as garantias dadas aos investidores americanos que empregaram seus capitais no exterior. Imediatamente, esses homens buscaram repatriar seu capital, diante da incerteza do empreendimento. Essa medida refletiu diretamente na queda das exportações americanas, já que os países compradores estavam descapitalizados. O retorno da Inglaterra e da França ao comércio internacional também minou a atuação estadunidense. Somados, esses motivos levaram à falência de muitos fazendeiros, com seus produtos empacados. A queda no consumo deste setor diminuiu o mercado, levando à redução da produção industrial, que gerou desemprego, que gerou queda no consumo, reduzindo ainda mais a produção e gerando mais desemprego... sucessivamente.

Diante da desvalorização real de muitas empresas e da queda na especulação, houve uma busca alucinada por capitais – liquidez. Muitos possuidores de ações queriam vender seu quinhão, mas poucos queriam comprar. Resultado: o preço despencou e, em 24 de outubro de 1929, a *quinta-feira negra*, a baixa chegou a limites catastróficos. Em 29 de outubro, a *Black Tuesday* via a quebra da bolsa de Nova York. Tentando conter as quedas e buscando aproveitar-se do momento, um grupo de banqueiros de Nova York se propôs a comprar muitas das ações que estavam à venda para, depois, revendê-las em preços melhores. Contudo, no “depois” já não havia mais compradores. Os papéis não valiam mais nada.

A quebra da bolsa de Nova York repercutiu em grande parte do mundo: a exceção foi a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que, com sua economia planificada, não estava vulnerável às flutuações do mercado internacional. Bancos, empresas e fazendas declararam falência nos Estados Unidos, na França, na Inglaterra, na Alemanha... o desemprego cresceu enquanto a produção decaía. A Inglaterra teve queda de 70% em suas exportações. A França, como havia recebido menos investimentos estrangeiros (e a busca por liquidez levou à intensa fuga de capitais repatriados) conseguiu manter certo equilíbrio, com o inconveniente de suas reservas monetárias estarem em libras.

Países não desenvolvidos, como o Brasil, sofreram brusca queda nas exportações de matérias primas, como borracha, café, minérios e outros. No Brasil, o café era o principal produto de exportação na balança comercial, cuja produção era altíssima, capaz de atender a todo o mercado mundial. Com a falência dos bancos, a política de estocagem foi posta abaixo, pois não havia quem a financiasse. Muito café foi queimado, mas a maior parte foi colocada no mercado, causando uma expressiva queda no seu preço. A queda do café foi acompanhada de todos os produtos ligados a ele, como as fazendas produtoras de alimentos e a produção de sacos de linhagem. Mas nem tudo foram perdas.

A fuga de capitais do café e o aumento significativo do preço das importações favoreceram a formação da indústria nacional, por meio do encarecimento dos produtos estrangeiros e a preferência por aqueles produzidos internamen-



te, mais baratos. No plano político, o autor entende que a Crise de 1929 foi um motivo imediato para a ocorrência da Revolução de 1930. No mundo, a resposta política à crise foi o crescimento dos partidos socialistas – que defendiam a propriedade coletiva dos bens de produção – e fascistas – antiliberais e antidemocráticos, que defendiam governos autoritários capazes de manter o controle das massas.

3. *New Deal* – o combate à crise

No momento em que a crise estourou nos Estados Unidos, a postura do governo de Herbert Hoover foi passiva, de acordo com a cartilha liberal em vigência. Muitos acreditavam que se tratava de um evento passageiro e que logo a prosperidade seria retomada. Contudo, a realidade foi avessa. A crise não era passageira e seria necessário abandonar o capitalismo liberal para solucioná-la. Era preciso a intervenção do Estado.

Nos Estados Unidos, a Crise de 1929 representou uma fratura no governo Republicano, que não conseguiu se reeleger. Os democratas tomaram o poder e, com o presidente Franklin Delano Roosevelt, um novo plano econômico foi criado. Baseado nas ideias do economista inglês John Maynard Keynes, foi lançado o *New Deal*. O projeto tinha três direções estratégicas: estabelecer medidas financeiras, combater o desemprego e incentivar política agrícola, industrial e de comércio exterior. Tratava-se de intervenção efetiva do Estado na economia.

Primeiro, foi concedido aos bancos crédito ilimitado para que descontassem os títulos neles depositados, esperando um aumento da inflação. O padrão-ouro foi abandonado (retornou em 1934) e foi criado um órgão do governo para gerenciar a concessão de empréstimos no país. Aos investidores, foi dada total garantia, criando-se um fundo para resguardar os depósitos populares. Também foi criado um banco para financiar as exportações, com o objetivo de oferecer crédito a outros países. Aos fazendeiros, foi criada uma linha especial de crédito, para que pudessem retomar suas atividades nas terras anteriormente hipotecadas.

Combatendo o desemprego, foram criados subsídios para cobrir o seguro desemprego, além de regularizar o salário mínimo e a jornada máxima de trabalho. O trabalho infantil foi proibido e os sindicatos foram legalizados. A previdência social foi ampliada e passou a ser responsabilidade direta do governo. Além disso, um grande programa de obras públicas foi criado em novembro de 1933, com o objetivo de absorver parte dos desempregados e reinseri-los no mercado: barragens, estradas, casas, sistemas de irrigação foram o produto desta atividade.

As políticas ligadas à agricultura, indústria e comércio exterior também foram inovadoras. O governo estimulou a redução da produtividade agrícola e o controle dos excedentes, para conter o preço, por meio de indenizações oferecidas a fazendeiros que aceitassem abandonar 30% das terras cultivadas. Na indústria, o setor de eletricidade passou a ser controlado pelo Estado de forma mais próxima. Várias empresas que prestavam serviços caros foram fechadas. Por fim, no tocante ao comércio exterior, o governo investiu na abertura de novos mercados para os produtos americanos através da política da reciprocidade: os Estados Unidos abatiam suas tarifas alfandegárias em 50% para os produtos daqueles países que fizessem o mesmo para os produtos americanos.



Os resultados do *New Deal* logo estavam visíveis:

No plano econômico, o número de desempregados reduziu-se de 14 milhões para 7,5 milhões entre 1933 e 1937; os preços subiram 31%, a produção industrial 64%, a renda nacional 70% e as exportações 30%. No plano social, o sindicalismo foi reforçado, passando de 2 milhões para 10 milhões de filiados entre 1932 e 1941. Em 1936, foi construída uma central sindical nova, de caráter bastante agressivo, que agrupava os sindicatos por ramos industriais. No plano político ficaram garantidas as responsabilidades econômicas e sociais do governo federal, em detrimento dos estados ou das empresas.²³

Nesse tempo de crises, a única indústria que não parou de crescer foi a máquina de sonhos de Hollywood, nutrindo-se da própria crise. Com temas encorajadores e comoventes, o novo momento vivido pela sociedade era objeto de análise e respostas: riqueza não é tudo, a simplicidade pode ser a razão da felicidade. Na sala fechada e escura, as amarguras da vida real davam lugar às expectativas de um futuro melhor. O contraponto a essa visão mitificada era dado por Charles Chaplin, em filmes como *Em busca do ouro*, de 1925, ou *O grande ditador*, de 1936, nos quais os problemas dos períodos foram estampados na tela. O primeiro abordava a mágica destruidora do capitalismo liberal – o sonho de deitar pobre e amanhecer rico, sem trabalho, só com especulações e “investimentos”. Já o segundo, apontava a crise política que veio na esteira de 1929: a emergência dos fascismos, tema a ser discutido no próximo capítulo.

Bibliografia Complementar

- ARON, Raymond. *República imperial*. Os Estados Unidos no mundo de pós-guerra. Rio de Janeiro: Zahar, 1975
- BRENER, Jayme. *1929 – A Crise que mudou o mundo*. São Paulo: Atica, 1998.
- PEREIRA, Wagner Pinheiro. *24 de Outubro de 1929 – A Queda da Bolsa de Valores de Nova York*. São Paulo: Nacional, 2006.

Fascismos

Texto de referência: KONDER, Leandro. *O conceito de fascismo. In: Introdução ao fascismo. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 23-58.*

Neste capítulo, analisaremos a formação dos fascismos na Europa, no período intermediário às duas Grandes Guerras. Já discutimos os eventos que deram origem à Primeira Grande Guerra e seu impacto no mundo europeu pós-1918. Uma das transformações significativas nesse período foram as revoluções russas, que, embora não sejam exatamente um resultado da guerra, tiveram desenrolar contemporâneo à gênese e realização deste evento. Logo após, discutimos, no terceiro capítulo, a crise do capitalismo liberal, no final da década de 1920 e durante os anos 1930, decorrente da alta especulação, superprodução e subconsumo. No capítulo presente, faremos alguns apontamentos sobre o conceito de fascismo e o surgimento de movimentos políticos europeus que ele caracteriza.

O Tratado de Versalhes, como já discutimos, impôs penas duríssimas à Alemanha, considerando-a como grande culpada da tragédia social e política que foi a Primeira Grande Guerra. Entre os alemães, crescia o sentimento de que estavam sendo explorados pelos demais Estados europeus, que sua nação estava sendo desrespeitada. Em torno desse sentimento de orgulho ferido e balança econômica em baixa, formou-se o nacional-socialismo alemão. Mas e os italianos? A Itália não ficou do lado daqueles que venceram a guerra? A resposta a essa pergunta é fundamental à compressão do conceito fascismo. Guarde a dúvida que já voltaremos a ela.

Nossa referência de hoje é o primeiro capítulo, intitulado “O conceito de fascismo”, do livro *Introdução ao fascismo*, de Leandro Konder. Professor Konder é graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 1958, e doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1987. Atualmente, é professor na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, lotado no Departamento de Educação. Sua exposição auxiliar-nos-á na compreensão desse que foi “um dos fenômenos políticos mais significativos do século XX”²⁴.

1. Fascismo: formação teórica do conceito

Leandro Konder inicia sua argumentação questionando-se (e a nós também) sobre o que é fascismo e, embora repudie a formação social e política que o conceito caracteriza, aponta tratar-se de um dos fenômenos políticos mais significativos do século XX. O tema foi abordado por extensa bibliografia, muitas vezes caracterizada por ser contraditória, uma verdadeira batalha teórica. Bibliografias produzidas por pesquisadores de tendências liberais ou mesmo alguns socialistas realizaram leituras socialmente engajadas do fenômeno, impedindo sua compreensão e dificultando a formação de oposições sólidas ao fascismo. Diante desse duelo acadêmico e historiográfico, o objetivo de Konder, neste texto, é “facilitar a participação do público brasileiro na importante batalha teórica que vem sendo travada há várias décadas no interior da literatura sobre o fascismo”²⁵

24 KONDER, Leandro. *O conceito de fascismo. In: Introdução ao fascismo. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p.23.*

25 *Ibid.*, p.24.



Da esquerda, muitas interpretações acadêmicas operam o conceito de forma a atacar os agentes de direita (como na expressão, o objetivo é ofender o agente oponente: “seu fascista!”). O tom agitado dado ao conceito esvazia-o de seu significado real, inviabilizando sua análise realista e diferenciada. Konder afirma que o conceito de fascismo não pode ser reduzido aos conceitos de ditadura ou autoritarismo, já que nem todo movimento reacionário ou repressivo, conforme palavras do autor, é fascista. Como exemplo, o autor explica que François Duvalier instalou um regime de perversidade no Haiti que superava o nazismo alemão e o fascismo italiano. Contudo, tal movimento não se organizou sob bases contemporâneas, estando mais próximo do despotismo reacionário do Antigo Regime, que subsiste apenas em regiões periféricas do mundo contemporâneo. Assim, o autor acredita que o fascismo seja uma nova concepção, no século XX, de direita política.

A desmobilização ideológica dos conceitos “direita” e “esquerda” para compreender o cenário político é uma característica dos últimos tempos. Contudo, conforme aponta Konder, as críticas ao uso desses conceitos nunca partem da esquerda. Por uma razão: em muitos casos, trata-se da pretensão universalista da direita, que se coloca como voz da nação, como se seu discurso estivesse acima dos questionamentos e fosse superior a ideologias, fosse uma verdade imanente. Contudo, o conceito de direita (na dialética política, oposto à esquerda) é fundamental ao entendimento do fascismo.

O autor acredita que o fascismo é uma espécie dentro de gênero mais: a direita. Ou seja, há várias espécimes de ideologias e fenômenos políticos de direita. O fascismo é um deles: não resume todos, mas integra uma família conceitual essencialmente conservadora, defensora de privilégios de classe, casta, grupos sociais. O objetivo da direita em geral e do fascismo em particular é manter os sistemas socioeconômicos e a posse e controle de privilégios que beneficiem as forças direitistas atuantes. Portanto, a direita política tem seus oponentes muito bem definidos e demanda ações práticas, objetivas e fortes para resistir às transformações objetivadas pelas esquerdas. E aqui vive sua grande contradição.

Konder argumenta que a busca pela universalização dos objetivos da direita corrompe o pragmatismo particularista que sustenta tal grupo. Isso porque a efetivação do controle dos privilégios demanda efeitos práticos e repressões materiais objetivas, em detrimento de esforços lógicos ou doutrinários. Contudo, a unidade das direitas é apenas virtual: diante de um inimigo comum (as esquerdas), os grupos direitistas são capazes de se aglutinar. Ao superar a adversidade, não há solidariedade profunda entre eles, visto que a pretensa universalidade filosófica é incapaz de superar o pragmatismo real. Num sistema cujo centro é a competição obsessiva pelo lucro privado, cada grupo mobiliza todos os seus esforços para alcançar seus objetivos, a revelia das posturas dos congêneres.

Diante dessas questões, o autor aponta que o esforço universalista afasta as ideologias da direita do pragmatismo da realidade que ela busca manter. Seu particularismo é enfraquecido pelo crescimento universalista proposto por seus ideólogos, cujo engajamento na prática política é praticamente nulo. O autor cita Nietzsche, Schopenhauer e Bergson, afirmando que, embora fossem os teóricos da direita melhor instrumentalizados, não assumiam funções na direção de organizações conservadoras políticas. Ao contrário, os pensadores de esquerda, como Marx, Engels e Lenin, tinham atuação efetiva no cenário político em que viveram.

Como a direita se nutre da objetividade da realidade, para conservação dos privilégios, o pragmatismo em suas posturas é uma constante. Diante da pulveri-



zação das direitas e das teorizações que esfacelavam a objetividade, surge o fascismo: conforme defende o autor, trata-se do pragmatismo radical, para superar as teorias da direita e instaurar um controle efetivo sobre a sociedade. Trata-se de “teoria na prática”, que deslegitimava as teorias em geral.

A formulação teórica do fascismo decorre de uma apropriação de ideologias de esquerda empreendidas pela direita que, assustada com a expansão do movimento proletário, internacionalista e desestabilizador da ordem vigente, pôs-se a defender-se. Os conservadores investiram em conhecer concepções da esquerda, apropriando-se de conceitos marxistas e desligando-os dos seus contextos de elaboração. Tratava-se desqualificar o marxismo, tornando-o útil a objetivos conservadores. Essa tarefa foi empreendida com a ajuda de ex-marxistas desertados, como Benito Mussolini. O grande homem do fascismo italiano foi um ex-agitador do partido socialista, que “mudou de lado” e usou suas armas teóricas de esquerda (ou de sua concepção sobre a esquerda) a favor da direita.

Mussolini acreditava que Marx havia compreendido a real dimensão da história, amparada na luta de classes. Contudo, para o italiano, Marx tinha sido ingênuo ao acreditar no fim da luta de classe, o qual *Il Duce* acredita nunca acabar. Como esse motor da história nunca acabaria, Mussolini defende a necessidade da existência de um Estado forte e disposto a disciplinar essa luta. Por esse *insight*, o fascista italiano acreditava ter superado Marx e contribuído com a aplicação de sua filosofia, através da nacionalização do marxismo.

Você se lembra da pergunta que fizemos no começo? Se a Itália ficou do lado vencedor depois da Primeira Guerra, por que o fascismo se formou naquele país? Expliquemos.

Mussolini acreditava que a luta de classes devia ser dirigida pelo Estado, visto que essa entidade seria superior às classes. Mais que classes proletárias e classes dominantes, o italiano pensava haver nações proletárias e nações dominantes. Nesse caso, a Itália se encontraria no primeiro caso, já que, embora situada do lado vencedor da guerra, não participou da distribuição do botim e não comungava das possessões, industrialização e expansão econômica vivida por outros Estados europeus. Essa reflexão ofereceu a Mussolini o apoio tanto de parte da massa operária quanto da burguesia italiana, interessada na superação econômica da Itália sobre as nações capitalistas.

Além de subverter a concepção marxista acerca da luta de classes, Mussolini subverteu também o conceito de ideologia. Conforme Marx, toda teoria está ligada a condições materiais de existência, mas não se dedica apenas a instrumentalizar a realização da própria realidade. Teoria e prática se completam, mas não se reduzem uma a outra. Já Mussolini fez da teoria a prática, ou seja, reduziu uma a outra, transformando a teoria em instrumento para realização da prática, sem a faculdade de ir além e “observar a realidade por cima”.

Por meio de tais ajustes teóricos, Mussolini criou um regime político baseado em teorias que, embora possibilitassem flexibilidade ideológica, de forma alguma abriam mão do engajamento sólido dos indivíduos em seus objetivos. O mito que se colocava no horizonte político era a pátria, a grandeza da nação.

2. Fascismo: aplicação prática do conceito

Mussolini defendia o fascismo como movimento super-relativista que, entretanto, não abria mão de indicar a seus liderados o caminho a seguir: a busca pela grandeza da pátria. Na prática, o fascismo caracterizou-se como movimento



ultranacionalista que, organizado em torno do mito da nação, buscou apagar a percepção de todos os conflitos internos – dentre os quais, a luta de classes – em favor do consenso e da homogeneidade nacional. Na Itália, embora a nação fosse uma realidade, a abstração estava na concepção ideal de que ela era um corpo único, integrado, coerente e coeso. Noutras palavras, o fascismo criou a ideia de uma pátria homogênea: a Itália-proletária, em que o sentimento de pertencimento à nação italiana suprimiria as diferenças de classes e seria capaz de unir a população na luta contra as demais nações que a explorava.

Na Itália fascista, a luta política era entre Nação e Antinação. Esse binômio levava à absorção do social pelo nacional, como se ambos fossem diretamente coincidentes. Na Alemanha, ocorria o mesmo: a concepção de Hitler, ainda em 1922, era que os conceitos nacional e social eram idênticos. Por esse recurso, fascistas e nazistas estabeleciam críticas ao universalismo socialista, afirmando que a união internacional do proletariado, através do recurso à luta de classes, fragilizava a nacionalidade, Itália e Alemanha proletárias, e favorecia as nações dominadoras e exploradoras. Como se pode perceber, os regimes fascistas apropriaram-se do conceito marxista de proletário e aplicaram-no em favor de regimes nacionalistas. Desse modo, na Itália e na Alemanha, verificou-se a união entre trabalhadores e empresários (liquidando a luta de classes) contra o sistema de exploração internacional.

Konder argumenta que o mito da nação só foi possível no capitalismo imperialista. A fusão entre capital bancário e industrial gerou o capital financeiro, exigindo dos capitalistas a exportação de capitais e acentuando a competição em torno da exploração colonialista. Aqueles países que não conseguiram acompanhar esse processo desenvolveriam “ressentimentos nacionais”, semelhantes às mágoas daqueles que eram, efetivamente, explorados. Contudo, tais sentimentos e a organização provocada por eles eram diferentes.

O nacionalismo dos oprimidos tinha tendências democráticas e sua ênfase estava na complexidade, da base ao topo da pirâmide social, visto que eram sentimentos que partiam de classes. A postura dos oprimidos caracterizava-se mais como defensiva, na luta por resguardar seus direitos, e menos como ofensiva. Embora o nacionalismo dos oprimidos pudesse ser xenófobo, ele não chegava a questionar a humanidade de seus oponentes.

No nacionalismo fascista havia manipulação das massas, que tinham limitada participação na vida política. Ênfase era dada na homogeneidade ou unidade nacional, como forma de combater o marxismo universalizante, através de imposições diretivas de cima para baixo. A vertente fascista nutria-se da aversão aos estrangeiros, concebendo-os como inferiores à nacionalidade dos fascistas, fossem italianos ou alemães. Além disso, esse tipo de nacionalismo era agressivo e vazio de sustentabilidade: construía-se sobre o ataque a outras nações e povos, destacando seu caráter antisemita, racista e xenófobo.

Diante de sua força e habilidade em lidar com o sentimento coletivo, pregando a superioridade dos povos que adotaram o fascismo diante daqueles que os exploravam, esse regime foi muito eficiente. O mito da nação foi capaz de aglutinar adeptos de todas as classes sociais, através do recurso a alguns aparelhos/metodologias.

No plano cultural, os fascismos fizeram fortes ataques ao liberalismo, à democracia e à confiança das massas populares. Ao deixar as massas incrédulas de potencial criativo – e, portanto, legitimando a necessidade do líder que as conduzisse – o fascismo desestabilizou as bases de onde poderiam partir as resistências ao regime. No plano econômico e no político, o individualismo gerado pelo



sistema capitalista e a busca dos homens e mulheres por pertencimento a uma comunidade que lhes permitisse prolongar-se além de seu próprio corpo e que os completasse foram bases para recepção das tendências fascistas. Tratava-se de um esforço pela instauração da solidariedade entre os indivíduos, integrantes de uma mesma (e grande) comunidade: a Itália proletária, a Alemanha explorada pelos vencedores da Primeira Grande Guerra.

A classe operária envolveu-se menos com a demagogia “nacionalista” dos fascistas. O público principal desse conceito/categoria foram as camadas médias e a pequena burguesia. Ainda assim, o autor frisa que alguns trabalhadores também se encantaram com a ideia de fazer parte de uma comunidade popular. Por todo o exposto até aqui, esperamos que esteja claro que o culto à nacionalidade é uma característica essencial a qualquer fascismo, embora a unificação tardia da Itália e Alemanha tenha maximizado essa característica. Valorizando sua própria pátria em detrimento daquelas estrangeiras, os movimentos fascistas tiraram vantagem de críticas bem fundamentadas aos imperialismos rivais, expondo, por exemplo, a exploração inglesa sobre outros povos.

Além dessas características, é preciso apontar desdobramentos contemporâneos às décadas de 1920 e 1930 que influenciaram no movimento. O fascismo foi o primeiro movimento político conservador a utilizar métodos modernos de propaganda, explorando cada possibilidade oferecida pelas sociedades de massas e consumo dirigido. Novas técnicas, como a valorização da vitalidade e da força no cenário político, em detrimento do conservantismo aristocrático, associadas a novos meios de comunicação, como o uso de rádio, apontaram novas possibilidades políticas, de acesso às massas e de meios de influenciá-las em suas decisões. Contudo, a nova roupagem nada mais era do que um disfarce: o conteúdo conservador do fascismo era disfarçado no destaque dado às suas potencialidades conservadoras.

Diante de todos esses pontos, Konder chega a uma questão importante: quem financiava os regimes fascistas? Apesar da fugacidade do tipo de informação desejado, o autor consegue perceber que Mussolini obteve apoio de grandes industriais italianos. Os capitalistas estavam mais interessados no governo fascista que na coalizão centrista-conservadora que se formava em oposição a este regime, preferindo enviar seu financiamento à causa defendida por Mussolini. Do mesmo modo, Hitler era apoiado por industriais e banqueiros, de onde se percebe a íntima vinculação existente entre o nazismo e o capital financeiro.

A interpretação de Konder aponta que o capitalismo monopolista, oriundo da supremacia do capital financeiro, necessitava de interdependência junto a um Estado forte, que pudesse levá-lo a diante. Nesse ponto, Mussolini e Hitler foram muito eficientes: o primeiro foi um tanto reticente, no início dos anos 1920, no tocante à intervenção do Estado na economia, mas depois transformou sua concepção e passou a atuar em busca do Estado forte intervencionista. Já o segundo foi incisivo na implantação do capitalismo monopolista de Estado, conforme percepção do autor.

3. Fascismo: o conceito proposto

Após todas essas considerações, o autor retorna à questão inicial, no esforço de conceituar fascismo. Embora seja extenso, trata-se de um trecho que vale ser citado na íntegra.



Conforme Konder:

O fascismo é uma tendência que surge na fase imperialista do capitalismo, o qual procura se fortalecer nas condições de implantação do capitalismo monopolista de Estado, exprimindo-se através de uma política favorável à crescente concentração do capital; é um movimento político de conteúdo social conservador, que se disfarça sob uma máscara “modernizadora”, guiado pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se de mitos irracionais e conciliando-os com os procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório. O fascismo é um movimento chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antissocialista, antioperário. Seu crescimento num país pressupõe condições históricas especiais, pressupõe uma preparação reacionária que tenha sido capaz de minar as bases das forças potencialmente antifascistas (enfraquecendo-lhes as influências junto às massas); e pressupõe também as condições da chamada sociedade de massas de consumo dirigido, bem como a existência nele de um certo nível de fusão do capital bancário, isto é, a existência do capital financeiro²⁶.

Portanto, Konder concebe o movimento fascista através das bases materiais do capitalismo de Estado, monopolista e com tendências à concentração do capital em capital financeiro (bancários somados aos industriais). Com base social conservadora, utiliza os modernos meios de comunicação para dar nova roupagem a velhos conceitos e centralizar a nação em suas demandas, em detrimento das classes e grupos sociais em conflitos, como se tratasse da nação numa totalidade ou homogeneidade. Antiliberal (intervencionista), antidemocrático (formado por um Estado forte, centralizado e totalitário), antissocialista (preza a manutenção das desigualdades sociais internas em nome da complementaridade de interesses da nação) e antioperário (percebe o internacionalismo da causa operária como ameaça à nação).

As sociedades de consumo de massa, a popularização de novas mídias de comunicação, como o rádio à época, e a existência de um contexto histórico específico, como o orgulho ferido, somam-se aos fatores ideológicos e materiais discutidos, na formação desse regime político, econômico e social de amplas proporções ao longo do século XX. Suas tendências expansivas logo culminariam em mais um grande e sangrento conflito. A Segunda Guerra Mundial.

Bibliografia Complementar

ARENDDT, Hannah. *O Sistema totalitário*. Lisboa: Dom Quixote, 1978. (Coleção Universidade Moderna 60).

FELICE, Renzo. *Explicar o fascismo*. Lisboa: Edições 70, 1976.

GAY, Peter. *A Cultura de Weimar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

HOBBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos. O breve século XX. 1914-1991*. 2ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

Segunda Guerra Mundial

Texto de referência: GONÇALVES, Williams da Silva. *A Segunda Guerra Mundial*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (org.). *O século XX. Vol. 02: O tempo das crises: Revoluções, fascismos e guerras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 11-34.

Neste capítulo, discutiremos alguns aspectos da Segunda Grande Guerra, iniciada em território europeu, em 1939, mas que se tornou mundial com a entrada do Japão, dos Estados Unidos, e ataques às colônias europeias na África e na Ásia. O conflito chegou ao fim em 1945. No capítulo anterior, analisamos a formação dos fascismos, apontando as especificidades do conceito e sua aplicação política na Itália e Alemanha da primeira metade do século XX. Agora, traremos ao cenário histórico os desdobramentos da política expansionista da Alemanha nazista e seu impacto sobre o mundo europeu e, posteriormente, todo o globo.

Nosso texto de referência é o capítulo “A Segunda Guerra Mundial”, de Williams da Silva Gonçalves, presente no segundo volume da coletânea *O Século XX*, organizada por Daniel Aarão Reis Filho, Jorge Ferreira e Celeste Zenha. Williams da Silva Gonçalves é graduado em História pela Universidade Federal Fluminense, mestre em Filosofia pela Universidade Católica do Rio de Janeiro e doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Atualmente, é professor Associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, professor de cursos de pós-graduação no Brasil e no exterior e aposentado como Professor Associado da Universidade Federal Fluminense.

1. Primórdios

Williams da Silva Gonçalves inicia sua discussão apresentando as razões da guerra e seu contexto imediatamente anterior. Conforme o autor, até o final da década de 1950 havia grande consenso na historiografia acerca das causas da Segunda Guerra Mundial: era culpa de Hitler. O chanceler alemão, que chegara ao poder em janeiro de 1933 e, em julho, declarou a transformação do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (cuja abreviatura em alemão é Nazis) em Estado, liquidando o parlamento e centralizando o poder político em suas mãos, através da dissolução das câmaras e consequente redução da autonomia das províncias. Através de um Estado forte – lembra-se da definição de fascismos, discutida no capítulo anterior? – Hitler almejava a Grande Alemanha, impondo a soberania germânica sobre todo o continente europeu e demais partes do mundo, sob o argumento da superioridade da raça ariana.

Na historiografia do pós-Segunda Guerra, Hitler foi apontado como seu responsável direito – A guerra de Adolf Hitler, um austríaco que, depois de servir ao exército alemão, criar o partido Nazis e tentar dar um golpe de Estado, em 1923, foi preso. Em 1933, pelas vias democráticas, alcançou a chancelaria alemã e, sete meses depois, liquidou o Estado democrático em favor do totalitarismo nazista. O próximo passo seria ocupar a Europa, submetê-la e ampliar o poderio alemão sobre o restante do mundo. Por isso, a guerra foi vista como responsabilidade desse homem, de forma direta e pessoal. Nessa concepção, liberais e marxistas



concordavam, embora com bases em diferentes pressupostos. Para liberais, Hitler representava o delírio totalitário, o esfacelamento das liberdades individuais. Para marxista, ele incorporava “a face mais agressiva e impiedosa do imperialismo capitalista”²⁷. Para ambos, Hitler era a anti-humanidade, a barbárie e o culpado por todo o caos e sofrimento decorrente do conflito.

Contudo, em 1961, uma voz destoou do coro. Tratava-se do historiador inglês A. J. P. Taylor, cuja tese afirmava que Hitler e os demais estadistas europeus (vistos como corresponsáveis pela guerra pela historiografia então vigente, devido à sua fraqueza em conter Hitler no momento certo) defendiam interesses nacionais, amparados em tradições e perspectivas políticas internas que os precediam. Gonçalves afirma que, para Taylor, Hitler deu continuidade a uma estratégia política expansionista forjada no século XIX, por Bismarck e Guilherme II. Da mesma forma, a atuação do Primeiro Ministro inglês Chamberlain seguia a tradição do estadista inglês do final dos Oitocentos, William Gladstone, e a política stalinista pouco se diferia daquela expansionista levada a cabo pela dinastia Romanov, que reinou na Rússia por três séculos antes das revoluções, que estudamos no Capítulo 3 desta apostila.

A brecha interpretativa aberta por Taylor apontou a possibilidade analítica de se investigar a diversidade de causas das quais decorreu o conflito. Conforme Gonçalves, a pergunta sobre o porquê da guerra continua a ser feita nos dias de hoje. Para ele, a crise de 1929 é um dos principais fenômenos ligados à gênese da guerra, uma vez que, devido à grande disfunção econômica emergente de 1929, superprodução e subconsumo viveram lado a lado, formando um quadro paradoxal. Junto à queima e destruição de alimentos e bens manufaturados, em busca da manutenção dos preços, havia um montante enorme de pessoas passando fome e desempregadas, sem as condições mínimas de vida. O rastro de destruição deixado pela crise despertou ressentimentos e ativou a luta pelo poder político e econômico.

Os nacionalismos foram reforçados, em busca da defesa das economias internas através do comércio protecionista e da instalação de Estados fortes. Força, determinação e ação passaram a ser elementos desejáveis no plano político-ideológico, em busca da autossuficiência econômica e da eficiência política, através da superação, por um Estado forte e autoritário, das instabilidades próprias aos regimes democráticos e parlamentares. Na Alemanha, as cicatrizes impostas pelo Tratado de Versalhes, no final da Primeira Guerra, vieram à tona, despertando o inconformismo da população com as restrições impostas, que se somaram aos distúrbios provocados pela crise econômica.

Na Alemanha, o partido Nazista foi o que melhor conseguiu canalizar a comoção social a seu favor, integrando as massas na atribuição de culpa pelo caos econômico e social a um conjunto de inimigos contra os quais se deveriam lutar: os socialdemocratas, vistos como responsáveis pela fraqueza do Estado; os comunistas, pelo seu internacionalismo que dividia a nação em classes e a impedia de se realizar, além de pregar a distribuição da renda, que contrariava as elites políticas; judeus, banqueiros e grandes empresários, vistos como responsáveis pela exploração da Alemanha pelo capital estrangeiro; e os países vizinhos, que impediam a realização da expansão alemã e sua transformação numa grande nação. Essas causas conseguiram cooptar os clamores populares, fortalecendo o partido nazista e sua principal liderança, Hitler, que alcançou o posto de chanceler em 1933 para, logo em seguida, instituir o Estado Nazista.



Naquele mesmo ano, Hitler iniciou sua política externa, através da retirada da Alemanha da Conferência de Genebra, sobre desarmamento e, em seguida, da Liga das Nações. Em 1935, restabeleceu o serviço militar obrigatório e buscou aproximação política junto à Itália de Mussolini, após este invadir a Etiópia. Ainda em 1935, a Grã-Bretanha reconheceu o direito alemão de possuir uma marinha com 35% de sua capacidade total e mesmo número de submarino. Em 1936, Hitler atacou o Tratado de Versalhes e reintroduziu forças armadas alemãs na margem esquerda do Reno, além de apoiar o General Francisco Franco na Guerra Civil Espanhola, arrasando a cidade basca de Guernica. Ainda em 1936, a Alemanha articulou-se com outros dois países interessados na luta contra o poder hegemônico do ocidente europeu: a Itália, através do eixo Roma-Berlim, e o Japão, por meio do Pacto Anti-Komintern. Diante de toda essa transformação na Alemanha, ainda na vigência do Tratado de Versalhes, Inglaterra e França assistiram ao processo sem opor resistência.

A França optara por estratégia militar exclusivamente defensiva e encontrava-se em grande dependência diante da orientação política inglesa. Já os ingleses, sobretudo os conservadores, entendiam as ações alemãs e acreditavam ser uma insensatez imaginar que eles aceitariam de bom grado as duras cláusulas do Tratado de Versalhes. Ademais, o crescimento de poderio e influência alemã era visto com bons olhos pelos britânicos, visto que ajudaria a contrabalancear os arranjos de poder no continente europeu, reduzindo a hegemonia francesa. Somado a tudo isso, o ódio nutrido por Hitler a todos os comunistas era compartilhado pelos ingleses, que percebiam a oposição alemã à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Tais interesses particulares da Inglaterra conduziram à Política de Apaziguamento, cujo auge foi a Conferência de Munique, realizada em 29 de setembro de 1938.

Nesse evento, representantes da França (Daladier), Itália (Mussolini), Inglaterra (Chamberlain) e Alemanha (Hitler) reuniram-se e os três primeiros aceitaram as reivindicações alemãs sobre os Sudetos, uma região da Tchecoslováquia onde viviam três milhões de alemães. Acreditando que essa medida inibiria as do expansionismo de Berlim, os três Estados “cederam” a Tchecoslováquia a Hitler. Diante disso, Stalin acreditava que o Ocidente estava investindo num confronto entre Alemanha e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Defendendo seu quinhão, o comunista aproximou-se de Hitler e ambos assinaram um acordo – o Pacto Molotov-Ribbentrop – que previa não agressão. Além desse acordo, os dois estadistas fizeram um pacto secreto, no qual dividiam a Polônia em áreas de influência, cabendo aos soviéticos as repúblicas bálticas e a Bessarábia.

Do ponto de vista geoestratégico, a medida de Stalin foi bem vista e proveitosa. Já na perspectiva política, criou um grande problema ao comunismo internacional, pois: como era possível que a URSS firmasse acordos com a Alemanha Nazista, declaradamente anticomunista? Como os Partidos Comunistas do mundo organizariam forças políticas para lutar contra os fascismos diante da desmoralização imposta por tal acordo? O problema resolveu-se apenas em junho de 1941, quando Hitler declarou guerra à União Soviética. Mas a Segunda Grande Guerra começara dois anos antes, em 1 de setembro de 1939.

2. A Segunda Guerra

Sem prévia declaração formal de guerra, os alemães invadiram a Polônia no dia 1 de setembro de 1939, forjando um incidente que servisse de pretexto para o ato agressivo. Logo, as forças militares polonesas foram dominadas, sem terem



muito tempo para reação diante da surpresa da ocupação pelos exércitos nazistas. França e Inglaterra, embora tivessem compromissos com a Polônia, não reagiram imediatamente. Antes, tentaram negociar com Hitler, oferecendo o Corredor Polonês e a cidade de Dantzig, que a Alemanha perdeu no Tratado de Versalhes. Mas Hitler tinha outros planos e, dentre eles, não estava negociar. Diante do silêncio de Hitler após o ultimato dado pelos britânicos, esses últimos declararam guerra à Alemanha, em 3 de setembro de 1939.

Williams da Silva Gonçalves afirma que o início da guerra foi tomado pela inação. A “Guerra Esquisita” caracterizava-se por estratégia militar defensiva por parte de Inglaterra e França e pela crença de que a Alemanha poderia ser derrotada por meio de bloqueio econômico. Assim, os franceses permaneceram estáticos atrás de suas fortificações, a Linha Maginot, e os ingleses, através das Leis de Poderes e Emergência, concediam amplos poderes aos governantes, ao passo que se preparavam para possíveis ataques aéreos nas principais cidades. Medidas de segurança foram tomadas, mas logo abrandadas diante da paralisação geral do conflito. Os únicos combates sérios, naquele momento, aconteceram no mar, através de navio de guerra e submarinos alemães que afundaram nove cargueiros britânicos no Atlântico Sul, até que o navio *Graf Spee* foi cercado e afundado por seu próprio comandante.

O objetivo de Hitler era destruir os Estados europeus que se opunham à Alemanha e garantir a realização desta em uma grande e hegemônica nação. A guerra e a propaganda ideológica eram instrumentos utilizados pelo III Reich para garantir a exequibilidade das propostas de Hitler na dominação da Europa e do restante do mundo. Diante da expansão alemã, a URSS sentiu-se acuada diante da vulnerabilidade da cidade de Leningrado. Portanto, optou por agir sobre os países bálticos – Estônia, Letônia e Lituânia – e Finlândia, buscando proteger-se. Com os países bálticos, Stalin conseguiu acordos de cooperação mútua. Com a Finlândia, a guerra foi a alternativa, vencida pelos soviéticos. Guerra longa, acontecida no inverno de 1939-1940. Ao custo de 68 mil mortos, os soviéticos conseguiram atingir seu objetivo e proteger Leningrado.

Neste momento, o pensamento geoestratégico era prioridade entre os beligerantes. França e Inglaterra sabiam que o ferro que abastecia a Alemanha era proveniente da Suécia e cogitaram ocupar o porto de Narvik, na Noruega, por onde o metal escoava durante o inverno. Contudo, Hitler foi mais rápido e colocou em prática o Plano Weserübung, ocupando a Dinamarca e invadindo a Noruega, em busca do controle das rotas do ferro, em 9 de abril de 1940. Os dois países caíram no controle alemão no início de junho de 1940. Na Dinamarca, não houve mudanças políticas; na Noruega, o rei fugiu para organizar governo no exílio e foi substituído por um fascista norueguês chamado Vidkun Quisling.

Em 10 de maio, os exércitos alemães atacam frontalmente os países centrais do ocidente. Hitler invadiu a Bélgica e Luxemburgo e, através destes, atacou a França, nas colinas arborizadas de Ardenas. A região escolhida pelo alemão surpreendeu os franceses, que imaginavam tratar-se de área com muita vegetação e, portanto, intransponível para tanques de guerra. Embora a capacidade bélica alemã fosse menor que a francesa, os generais dos exércitos nazistas utilizaram como estratégia a atitude ofensiva, em detrimento da defensiva adotada pela França, a velocidade dos ataques e grandes concentrações de recursos. Paraquedistas e planadores alemães dispersaram a atuação francesa, enquanto o exército cruzava fronteiras pela Bélgica e atingia o território da França. Naquele mesmo momento, na Inglaterra, o governo de Chamberlain chegava ao fim e o novo primeiro ministro, Churchill, alcançava o poder.



Na França, a guerra conviveu com uma crise política. O primeiro ministro Daladier pediu demissão e foi substituído por Paul Reynaud. A invasão alemã e a dispersão das tropas francesas causou pânico generalizado entre a população civil, aumentando a crise política. Diante do avanço dos tanques alemães, o governo francês passou a transferir a capital, em fuga: de Paris para Tours, de Tours para Bordeaux, emitindo desesperados apelos aos Estados Unidos, em busca de ajuda para barrar o avanço alemão. Em 10 de junho, a Itália declarou guerra à França, piorando a situação e fortalecendo a comoção nacional em favor de um armistício, ainda que este fosse contrário ao desejo inglês para a França. A última saída do presidente francês, Albert Lebrun, era transferir a capital para alguma colônia no norte da África e organizar a resistência de lá. Contudo, pressões internas levaram-no a assinar a rendição aos alemães, em 22 de junho de 1940.

Após a rendição, Hitler exigiu que toda a parte norte da França, incluindo Paris e toda a costa Atlântica, seriam ocupadas pelos alemães. Um governo francês seria responsável pela administração de todo o país e deveria cooperar com as forças alemãs, além de pagar-lhes os custos de manutenção naquele território. As tropas francesas seriam desmobilizadas e a frota nacional ficaria no porto de Toulon. Já as possessões coloniais ficariam intactas. Após a rendição, o governo francês foi instalado na cidade de Vichy e o país encontrava-se politicamente dividido: por um lado, os partidários da República de Vichy e colaboracionistas com os interesses alemães. De outro, a resistência francesa à ocupação e seus partidários, cuja sede estava no norte da África, sob o comando do general Charles de Gaulle, que obtinha apoio da Inglaterra de Churchill.

Diante da possibilidade de uso, pelos nazistas, da frota naval francesa, Churchill tomou a decisão de aprisionar os navios franceses presentes nos portos britânicos e afundar aqueles presentes no porto de Mers-el-Kebir, na Argélia. Após a conquista da França, a Alemanha havia dominado o continente europeu e mantivera a Inglaterra isolada. Entre esses dois adversários, havia o Canal da Mancha, tornando as forças aéreas e navais mais importantes que os exércitos. Por isso, a Inglaterra impôs bloqueio econômico à Itália e Alemanha nos mares, ao que a Alemanha respondeu com ataques de submarinos aos navios ingleses e ataques à Inglaterra pelo ar, na chamada Batalha da Inglaterra, que durou entre agosto de 1940 e junho de 1941, resultando em dezenas de milhares de mortos e feridos. Diante da persistência alemã, Churchill declarou que os ingleses não iriam desistir nem se entregar. Enfrentariam os homens de Hitler até o fim, de sua ilha ou das partes do Império Britânico. Também clamava ajuda dos Estados Unidos, conclamando o “novo mundo”, com toda sua força e poderio, a socorrer e libertar o “velho”.

Em março de 1941, o presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt, firmou a Lei de Ajuda às Democracias, que previa o abastecimento dos países democráticos beligerantes, com a segurança do pagamento após a guerra. Após o ataque alemão à URSS, Roosevelt estendeu a Lei a este país. Em agosto de 1941, na Carta do Atlântico, assinada por Roosevelt e Churchill, em Terra Nova, os Estados Unidos expressavam claramente sua inserção no cenário internacional, retomando os 14 pontos de Wilson (discutidos no capítulo 01). Essa carta assinalava o fim da política isolacionista americana e seu envolvimento na reorganização do sistema internacional do pós-guerra, liquidando anexações coloniais e imperialismos.

Na segunda metade do ano de 1942, a guerra, que estava restrita ao território europeu, tornou-se mundial devido a dois acontecimentos marcantes: a Operação Barbarosa, e o ataque a Pearl Harbor. A primeira foi colocada em prá-



tica pelos nazistas em 23 de junho de 1941 e consistia no ataque direto à URSS. A Alemanha pretendia alcançar as cidades de Leningrado, Moscou e chegar à Ucrânia. Seu objetivo era conquistar as duas principais cidades soviéticas e ter acesso a regiões produtoras de trigo, carvão e petróleo, que, em caso de sucesso, tornariam a Alemanha uma potência imbatível. Já o ataque japonês à base naval estadunidense de Pearl Harbor, no Hawaii, ocorreu em 7 de dezembro do mesmo ano. Ao destruir as forças militares estadunidenses presentes na ilha, os japoneses conseguiram total controle sobre o oceano Pacífico, uma vez que, em maio daquele ano, já haviam tomado “Malásia, Cingapura, Birmânia, Hong Kong, as Índias Orientais Holandesas, as Filipinas e duas possessões americanas: Guam e a ilha de Wake”²⁸.

Embora Stalin tivesse sido avisado sobre o ataque a ser realizado por Hitler, ele não acreditou, confiante no Pacto Molotov-Ribbentrop, assinado anos antes. Contudo, o alemão descumpriu-o, levando sua força militar às terras soviéticas, onde os exércitos estavam fragilizados, espalhados pelas regiões recém-incorporadas à URSS e, também, em decorrência dos “expurgos políticos havidos na cúpula das forças armadas desde 1936”²⁹. Apesar da superioridade bélica dos alemães, os russos contaram com um fenômeno natural que, no século XIX, já havia barrado o avanço napoleônico por suas terras: o inverno. À medida que época das chuvas chegava e, junto com ela, o frio, a movimentação dos tanques alemães tornava-se mais difícil. O frio inutilizava os equipamentos nazistas, que não foram produzidos para temperaturas tão baixas. Os soviéticos transferiram as plantas industriais da região oeste para os Urais e Sibéria, a fim de atender às demandas da guerra e, em 05 de dezembro, lançaram um contra-ataque partindo de Moscou, barrando o avanço alemão.

Os estranhamentos entre japoneses e americanos no Pacífico vinham desde o período posterior à Primeira Grande Guerra. Na Conferência de Washington, em 1921-22, EUA e Grã-Bretanha buscavam restringir os interesses japoneses no Pacífico, limitando seu programa de expansão naval. Em 1934, o Japão exigiu paridade naval com os EUA, proposta que foi negada e, por isso, os japoneses se retiraram da Conferência Naval de Londres, em 1936. Depois disso, a “Co-Prosperidade da Grande Ásia Oriental”, a “Doutrina Monroe Japonesa”, passou a ser divulgada mais abertamente pelos dirigentes do país do sol nascente.

Gonçalves explica que a expansão japonesa começou em 1895, quando venceu a China e passou a exercer tutela sobre a Coreia. Projetando-se sobre a Ásia continental, o Japão passou a ter atritos com a Rússia e China. Já a ocupação da Manchúria, em 1931, da China, em 1937, e os interesses no Pacífico causaram desacordos com os Estados Unidos. A expansão imperialista japonesa seguiu o rastro da Crise de 1929, quando vários países tomaram medidas protecionistas e nacionalistas. O Japão tomou a decisão de formar um espaço econômico autárquico, submetendo as regiões próximas, produtoras de matérias primas, ao seu controle, fossem elas Estados autônomos ou colônias dos países europeus. Tal medida buscava suprir as necessidades da indústria japonesa, o que foi mal visto pelos Estados Unidos, que impôs restrições ao Japão. Entre aceitar a superioridade americana e negociar nos termos deste país ou desafiá-lo, desencadeando uma guerra, Gonçalves afirma: “o Japão optou pela segunda alternativa”³⁰.

Após o ataque a Pearl Harbor, Hitler declarou guerra aos Estados Unidos, forçando-o a envolver-se diretamente no conflito europeu. Como os EUA já haviam

28 p.178.

29 p.179.

30 p.180.



firmado laços com as democracias europeias e com a URSS, foi bastante rápida a formação da Grande (ou Estranha) Aliança, cujo documento principal foi assinado em Washington, em 01 de janeiro de 1942: a Declaração das Nações Unidas, que retomava a Carta do Atlântico, acrescentava o direito à liberdade de religião e exigia dos signatários o compromisso de permanecerem unidos até o final da guerra. Embora aliados, é preciso destacar que os três grandes da aliança tinham posturas diversas: Stalin estava interessado na segurança das fronteiras soviéticas, Churchill buscava a manutenção do império britânico e Roosevelt defendia o liberalismo e o fim das colonizações europeias. Contudo, todos tinham um inimigo comum: Hitler.

A construção do Grande Estado Germânico, objetivo dos nazistas na guerra, nunca foi muito bem definida, consistindo, basicamente, em campos de exploração nos quais homens e mulheres eram submetidos a trabalhos em favor dos alemães. A partir de estranho critério racial, os nazistas definiam quem seriam os escravos (os homens do Leste europeu, que deveriam trabalhar até a exaustão) e quem eram aqueles que deveriam ser exterminados (os judeus). Não havia muita sofisticação ou propostas de integração neste programa. Conforme Gonçalves, sua estrutura era improvisada e brutal.

Já na área de dominação japonesa, a doutrina da Co-prosperidade da Grande Ásia Oriental trouxe aos países submetidos ao imperialismo europeu uma leve esperança em dias melhores. Contudo, o tratamento japonês revelou-se mais duro do que aquele dispensado por ingleses, franceses e outros. Diante da opressão nipônica, as populações das áreas submetidas ao seu controle desenvolveram forte consciência nacional, resistindo a ambos os imperialismos que lhe faziam frente: o europeu e o japonês. A resistência à dominação também se manifestou na Europa, nas regiões ocupadas pelos nazistas. A população civil se manifestou de duas maneiras: 1) ligando-se aos governos, no exílio; 2) de forma independente, com tendências esquerdistas, como os Partidos Comunistas de vários países. Em ambos os casos, praticavam espionagem, sabotagem e contrainformação, buscando enfraquecer o domínio alemão e favorecer as forças aliadas.

Até 1943, a Alemanha nazista mantinha o ritmo de anexações e bom desempenho na guerra. Contudo, no início daquele ano a guerra começou a mudar. A vitória americana sobre o Japão, em junho de 1942, na ilha de Midway, estancou a progressão nipônica. No final de 1942, os britânicos venceram os alemães no Egito, dando início à retomada do norte da África e à conquista estratégica da margem sul do Mediterrâneo, com a possibilidade de manutenção de seu império colonial. Já o avanço soviético sobre os alemães no inverno de 1942 resultou em vitória na Batalha de Stalingrado, concluída em fevereiro de 1943, dando início à contraofensiva em direção a Berlim. Esta última talvez tenha sido o maior golpe sofrido pelo III Reich até então, do ponto de vista psicológico e econômico. Em julho do mesmo ano, a Itália caía sob o domínio dos Estados Unidos e Inglaterra, após desembarque dos Aliados na Sicília. A guerra caminhava para o fim e um novo problema se apresentava aos membros da Grande Aliança: como estabelecer a Nova Ordem Mundial, assim que o Eixo fosse vencido?

3. A era das conferências, o rearranjo internacional e o fim da guerra

Com a chegada da guerra em seus últimos instantes, o problema político da reorganização do mundo superava o problema militar em curso. Como já vimos,



os interesses de Churchill, Roosevelt e Stalin eram divergentes e, em busca do consenso, uma série de conferências foram realizadas, nas quais os líderes das potências aliadas discutiriam o mundo do pós-guerra. Williams da Silva Gonçalves destaca quatro delas:

- A Conferência de Teerã (novembro de 1943);
- A Conferência de Bretton Woods (julho de 1944);
- A Conferência de Yalta (fevereiro de 1945);
- A Conferência de Potsdam (julho/agosto de 1945).

Em Teerã, decidiu-se a continuidade das discussões em torno da criação da Organização das Nações Unidas (efetuadas em 1944) e a definição do Dia D, quando aconteceria o desembarque dos aliados na Normandia, abrindo uma segunda frente de batalha na Europa, para finalizar o nazismo. Em Bretton Woods, estiveram reunidas delegações de 44 países, com o intuito de produzir a arquitetura do capitalismo internacional do pós-guerra. Entre seus resultados, listam-se a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e criação do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, logo conhecido como Banco Mundial). Pouco depois da conferência, foi firmado o General Agreement on Tariffs and Trade (GATT), que previa estabilidade nos preços, mercados internos flexíveis e comércio exterior livre, vigorando até 1971.

Em Yalta, os Aliados dividiram a Europa em zonas de influência, embora a União Soviética já houvesse conquistado o território polonês e se firmado por lá. Em Potsdam, a guerra na Europa já havia acabado (30 de abril de 1944), Roosevelt tinha morrido e Churchill não era mais Primeiro Ministro Britânico, apenas Stalin continuava no poder. O cenário político tinha mudado. O resultado final desta conferência foi a divisão da Alemanha entre os Aliados e a França, além da definição das fronteiras da Polônia, na qual Stalin conseguiu garantir vantagens para URSS.

Em 6 de junho de 1944, o Dia D, houve o desembarque de 3,5 milhões de soldados aliados, “1,2 mil navios de guerra, 1,6 mil navios mercantes, 13 mil aviões e 4 mil veículos de assalto”³¹ na Normandia, um dos pontos não fortificados pelos alemães (que construíram a Muralha do Atlântico, fortificando todos os pontos que, acreditavam, eram passíveis de serem utilizados para desembarque de tropas pelos Aliados). Em 15 de agosto, novas tropas americanas e francesas desembarcaram no sul da França, resultando, em 25 de agosto, na retomada de Paris. Os exércitos aliados, pelo norte, sul e oeste da Europa, seguiam vencendo e se encontraram a poucos quilômetros de Berlim. Diante desse avanço, a última esperança de Hitler era que Harry Truman, então presidente dos Estados Unidos, percebesse que, ao aniquilar a Alemanha, estaria fortalecendo o poderio da URSS. Contudo, a disposição de Truman em seguir a política de Roosevelt não ofereceu alternativa a Hitler, que optou pelo suicídio em detrimento da exposição vexatória a que foi submetido Mussolini: fuzilado e exposto em praça pública, de cabeça para baixo, junto a sua amante, após ser capturado em tentativa de fuga para Suíça.

No Pacífico, o Japão era uma “pedra no sapato” de todos os Aliados. A URSS pretendia aniquilá-lo para expandir sua área de influência pela Ásia. Inglaterra, França e Holanda pretendiam acabar com o poderio japonês da forma mais rápida e que possibilitasse a retomada de suas colônias na Ásia, antes do desenvolvimento de levantes nacionalistas. Contudo, já era tarde. Os ingleses logo



perceberam a impossibilidade de declarar guerra aos movimentos nacionalistas e buscou desarticulá-los, aproximando-se das vertentes mais conservadoras na tentativa de integrar as ex-colônias na *Commonwealth*. A Holanda perdeu a Indonésia, a França perdeu a Indochina, onde ocorreu longa guerra com os Estados Unidos, durando até a década de 1970, quando estes últimos foram derrotados.

No caso do Japão, os Estados Unidos queriam acabar com o inimigo que causara sua entrada na guerra, mostrando para o mundo seu novo recurso bélico: a bomba atômica. A opção pela utilização da guerra foi política e não militar, uma vez que o Japão há havia iniciado manobras diplomáticas com o esforço de negociar a paz com os EUA. Conforme Gonçalves, “a decisão, fortemente contestada por parte do corpo de cientistas que participou da pesquisa nuclear, visava demonstrar ao Japão e a todos os demais Estados a capacidade de destruição da nova arma”³², além de excluir a participação da União Soviética na derrota do Japão.

Após a destruição causada pelas duas bombas, uma lançada sobre a cidade de Hiroshima, em 6 de agosto de 1945, e outra em Nagasaki, no dia 9 do mesmo mês, o Japão se rendeu, no dia 14, colocando um ponto final definitivo na Segunda Guerra Mundial.

Bibliografia Complementar

ARNAUT, Luiz; MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *A Segunda Grande Guerra - Do nazifascismo à guerra fria*. São Paulo: Atual, 1994.

COGGIOLA, Osvaldo (Org.) *Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico*. São Paulo: Xamã, 1995.

FERRO, Marc. *História da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Ática, 1995.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos. O breve século XX. 1914-1991*. 2ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

SCHREIBER, Gerhard. *A Segunda Guerra Mundial*. Alfragide/PT: Texto Editores, 2010.

TAYLOR, A.R.J. *As Origens da II Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *A Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1996.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Segunda guerra mundial. História e relações internacionais, 1931-1945*. 3ª ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1989.

Os Anos Dourados

Texto de referência: HOBBSAWM, Eric. *Os anos dourados*. In: *Era dos Extremos – O breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 253-281.

Neste capítulo, abordaremos *Os anos dourados*, ou seja, o período posterior à Segunda Guerra Mundial, até o início da década de 1970. Nesse período, o mundo ocidental, sobretudo os países centrais, viveu intensa prosperidade, com avanços tecnológicos, transformações políticas, econômicas e sociais em escala mundial. Pela primeira vez na história da humanidade, a unidade básica na economia do planeta passara a ser todo o globo. Processos de integração por meio de tecnologias de transporte e comunicações permitiram que as grandes empresas se descentralizassem e que o capital se tornasse sem fronteiras, articulando produção de diferentes peças, montagens de produtos e vendas a consumidores finais e lugares distintos do planeta. Tudo isso em busca das melhores condições econômicas e fugindo dos controles fiscais instalados nas economias do centro capitalista, que viviam o Estado de bem estar social.

Nosso texto de referência nesta discussão é o capítulo intitulado “Os anos dourados”, integrante do livro *Era dos Extremos – O breve século XX*, de Eric Hobsbawm. O autor, historiador inglês nascido em Alexandria, no Egito, no tempo do domínio britânico, formou-se em História em Cambridge na década de 1930, quando iniciou suas leituras acerca do pensamento marxista (embora já nutrisse simpatias pelo comunismo). Em seguida, participou da Segunda Guerra Mundial, atuando no serviço de inteligência do exército britânico. Terminada a guerra, voltou a Cambridge, doutorou-se em História e iniciou, com outros historiadores, o grupo de História do Partido Comunista. Durante sua vida, Hobsbawm dedicou-se a estudar história política, econômica e social nos séculos XIX e XX através de orientação marxista revisionista, decorrente das decepções com o regime stalinista.

Autor de extensa obra, seus livros mais famosos são as “Eras”: *A era das revoluções*, *A era do capital*, *A era dos impérios* e *A era dos extremos*. Neste capítulo, analisaremos um dos capítulos deste último livro, no qual o autor dedica-se a estudar “o curto século XX”.

1. Novas necessidades, progresso econômico e degradação ambiental

Eric Hobsbawm afirma que o período entre 1950 e 1970 foi uma época de grande prosperidade internacional. A internacionalização da economia possibilitou maior integração entre os países do globo, tanto os desenvolvidos quanto os em desenvolvimento, a produção de alimentos aumentou, gerando melhor qualidades de vida. As contribuições da indústria química e farmacêutica ofereceram novos medicamentos, contribuindo com a expansão da longevidade humana. Foram *anos dourados* que, entretanto, só em retrospectiva, puderam ser percebidos através do curso da experiência histórica vivida.

Nessa era, o suprimento a grande parte das necessidades básicas das populações dos países desenvolvidos criou um novo nicho de mercado: a produ-



ção de necessidades. Pessoas famintas e desempregadas não possuem muitas opções no tocante ao emprego de seus rendimentos: a sobrevivência fala mais alto. Contudo, num modelo social de pleno emprego, com estoques de alimentos disponíveis e em crescimento e inflação relativamente controlada, os homens e mulheres podem escolher novos produtos que, no correr dos anos e do uso social estabelecido, transformam-se em novas necessidades, além daquelas puramente fisiológicas.

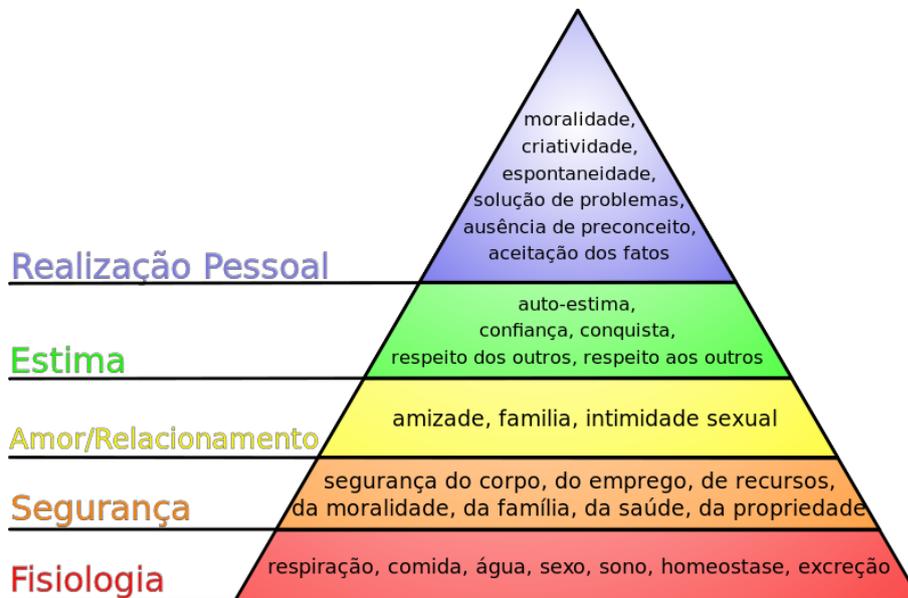


Figura 3: Hierarquia das Necessidades, proposta pelo psicólogo norte-americano Abraham Maslow em 1943, representando o percurso dos indivíduos no suprimento de suas necessidades e busca pela felicidade³³.

O crescimento econômico foi global, embora suas taxas variassem entre um país e outro. Nos Estados Unidos da América (EUA), essa expansão econômica foi inferior àquela observada nos demais países do primeiro mundo (capitalistas desenvolvidos) e, até mesmo, inferior à sua própria, noutros momentos de sua história (na década de 1920, por exemplo). Isso aconteceu por duas razões: primeiro porque este país manteve seu nível de prosperidade no correr da Segunda Grande Guerra, enquanto a Europa e o Japão vivenciaram grandes perdas; segundo porque, no pós-guerra, as demais economias de primeiro mundo se reestruturavam, reduzindo as taxas de crescimento estadunidenses. Esses países buscavam níveis de prosperidade do passado, continuando velhas tendências para reestabelecer a economia de antes da guerra sem, obviamente, restaurar o contexto de crise vivenciado pós-1929. Nesse contexto, houve o crescimento do modelo fordista de produção, massificado e verticalizado, em vários setores além da indústria pesada, como na rede de lanchonetes McDonald's – um caso de sucesso do pós-guerra.

A insegurança vivenciada no período entre guerras, decorrente da grande euforia desenvolvimentista anterior a 1929 e a subsequente catástrofe econômico-social, inibiu a imediata conscientização da prosperidade vivenciada. Assim, conforme Hobsbawm, só a partir de 1960 a prosperidade foi dada como certa. O crescente desenvolvimento, acompanhado de melhoria na distribuição da renda e do pleno emprego (ou muito próximo disso) conduziam os economistas de

33 MASLOW, Abraham. A Theory of Human Motivation. In.: *Psychological Review*, 50, 370-396. 1943.



finais dos anos 1960 e nos anos iniciais da década seguinte à crença de que, a partir daquele momento, não havia o que pudesse inibir a progressão vivida: instaurou-se expectativa de crescimento eterno, prejudicada, em 1973, com a crise do petróleo.

Na década de 1950, o comunismo parecia avançar mais que o capitalismo, na industrialização e distribuição de renda. Já nos anos 1960, viu-se que o desenvolvimento econômico e tecnológico promovido pelo capitalismo era maior. Contudo, é preciso destacar que, embora os países capitalistas vivenciassem este momento áureo, maior parte da população pobre, residente nos rincões do terceiro mundo – ou seja, nos países que não faziam parte do núcleo capitalista desenvolvido nem ao mundo comunista capitaneado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) – permaneceu pobre. Ainda assim, Hobsbawm apresenta-nos a Era do Ouro como fenômeno mundial, momento no qual a produção de alimentos no Terceiro Mundo superou a taxa de produção observada nos países desenvolvidos, contribuindo com a expansão populacional e redução das crises de fome, que se tornariam endêmicas a partir de 1970 e 1980, naquelas regiões. A industrialização também foi um fenômeno mundial, expandindo-se tanto no núcleo capitalista quanto na URSS e no chamado Terceiro Mundo.

A expansão manufatureira contribuiu com a internacionalização do comércio e redefinição do papel desempenhado pelas economias em desenvolvimento neste novo cenário. Antes exportadoras de matérias primas e produtos primários, como alimentos, muitos países ingressaram, de fato, no comércio de produtos industrializados (ainda que de processos menos tecnológicos, como a indústria têxtil, que se deslocou dos grandes centros do capitalismo europeu e norte americano para as terras do sul, subdesenvolvido e em desenvolvimento). A expansão na produção de alimentos viu-se às voltas com uma grande novidade: seu incremento não decorria apenas da expansão das terras cultivadas. Antes, devia-se ao aumento da produtividade agrícola. Mas, para tudo isso, havia um preço.

Os principais subprodutos indesejados dessa expansão econômica e produtiva foram poluição e degradação ecológica. O modelo industrial assentado sobre o uso de combustíveis fósseis, como carvão e petróleo, contribuiu com o desenvolvimento de uma indústria “suja”, cuja poluição atmosférica era o traço mais visível. A emissão de CO₂ e CFC (que só os britânicos foram capazes de reduzir) apresentava continuidade com o modelo industrial do século XIX, quando cidades envoltas à fumaça tóxica e escura eram sinônimo de industrialização. Contudo, embora continuasse a se desenvolver, esse modelo deu lugar, pouco a pouco, à crescente consciência ecológica, a partir de 1960, com o desenvolvimento de movimentos ambientalistas.

A década de 1960 também ficou marcada como a era da urbanização mais desastrosa na história humana. O crescimento exponencial das cidades, amparado pelo êxodo rural e falta de políticas urbanas somou-se à cultura do automóvel: o índice de prosperidade era a posse de veículos automotores. Os grandes meios de transporte naquela época eram os ônibus e caminhões, instrumentos capazes de transportar riquezas e elevar as taxas de desenvolvimento dos países. A um custo ambiental, evidentemente. A expansão agrícola também destruiu ecossistemas, invadindo o *habitat* de plantas e animais e exercendo crescente transformação do espaço, que seriam apontadas como problemas apenas posteriormente.



2. Frutos da guerra e mundo político pós-1945

Além das perdas humanas e materiais, grandes massacres e extermínios de comunidades étnicas e políticas, as guerras trouxeram avanços materiais à humanidade. Hobsbawm afirma que, nos anos do conflito, houve grande desenvolvimento tecnológico, posteriormente inserido no uso civil. As inovações farmacêuticas, químicas e físicas decorrem, em grande parte, desse fenômeno político (e, posteriormente, da competição militar associada à Guerra Fria, quando as indústrias bélicas e espaciais possibilitaram a emergência de grande contingente de subprodutos aplicados ao uso cotidiano).

Assim, o autor constata que a Era do Ouro foi baseada em pesquisa científica. A ciência engajada nos objetivos militares e espaciais gerou produtos e processos que transformaram o dia a dia das pessoas, de várias maneiras. Primeiro, a produção de alimentos foi diretamente atingida, resultando em processos de produção com maior rentabilidade e transformações nos transportes. É importante destacar esse ponto, visto que a rapidez dos deslocamentos foi capaz de modificar hábitos alimentares em escala global, uma vez que alimentos perecíveis tropicais poderiam chegar frescos à mesa da classe média dos países capitalistas desenvolvidos.

No plano da tecnologia doméstica, os hábitos também se transformavam. Objetos que, em décadas anteriores, eram considerados de luxo e possuídos apenas por uma pequena elite, tornavam-se bens de consumo de massa: telefones e aparelhos televisores foram grandes expoentes desse período, em popularização e disseminação, sobretudo na Europa e Estados Unidos. Outro aspecto foi a crescente miniaturização dos utensílios eletrônicos, tornados portáteis e disponíveis no mercado para grande parte da população europeia e americana. Tudo isso foi possível devido ao forte investimento em Pesquisa & Desenvolvimento (P&D), com vínculos com o mercado.

Por fim, esse período deu início a um processo que se tornaria o grande gargalo da sociedade capitalista na década de 1980: o desemprego estrutural. O crescimento do mercado de consumo só foi possível mediante a expansão concomitante do mercado de trabalho. O crescimento da oferta de empregos possibilitou a inclusão ativa de homens e mulheres na economia. Contudo, o desenvolvimento tecnológico acompanhou-se da mecanização da produção, que paulatinamente (após a reestruturação social e do pleno emprego) substituiu trabalhadores por máquinas. Os resultados desse processo foram negligenciados pelos observadores contemporâneos. Os homens passaram a ser integrados ao mercado de consumo na condição de consumidores, em detrimento de produtores. Mas, sem emprego, onde esse mercado iria chegar? Na década de 1980...

O grande objetivo das sociedades capitalistas do pós-guerra era alcançar níveis de crescimento e estabilidade social capazes de gerar paz social interna e manter o progresso técnico e econômico. Estabilidade social foi alcançada a partir do modelo de consumo de massa, subsidiado pelo pleno emprego, a ser expandido entre todas as classes sociais nações. Tratava-se de uma das premissas do Estado keynesiano, no qual o governo agia diretamente sobre a economia, em busca de seu planejamento, às vistas dos objetivos do Estado.

O padrão de vida e consumo dos Estados Unidos ainda era hegemônico e os demais países capitalistas buscavam equiparar-se a ele. Contudo, não se tratou de manter o capitalismo tal qual era no período anterior à Guerra: segundo Hobsbawm, houve reestruturação do capitalismo e internacionalização da econo-



nia. As principais inovações foram a industrialização orientada pelo Estado, com controle da economia e produção de mercado através de políticas sociais para formação de consumo de massas: tratava-se da Economia mista, em que Estado e iniciativa privada agiam em conjunto. Outro aspecto foi a sofisticação da divisão internacional do trabalho, entre Estados capitalistas, e a inclusão do Terceiro Mundo, dedicado à importação de industrializados e exportação de matérias primas, além de participar no novo concerto internacional através de comércio mais amplo de industrializados, produzidos por suas economias em desenvolvimento ou nas Zonas Francas, conforme abordaremos adiante.

A Era de Ouro representou a união entre liberalismo econômico e democracia social, aos moldes do *New Deal*, apresentado em 1933 pelo então presidente dos EUA, Franklin Delano Roosevelt, conforme vimos no Capítulo 3. Tratava-se do desenvolvimento do planejamento econômico pelo Estado, diante da necessidade de reformar o capitalismo após as consequências da Crise de 29, da guerra e das ameaças de expansão da URSS. Conforme Hobsbawm, a experiência histórica ensinou aos gestores mundiais que 1) o colapso do sistema financeiro e comercial global entre guerras se deveu às economias nacionalistas autárquicas; 2) o sistema global precisava de centralidade: antes exercida pela Inglaterra e libra esterlina, neste momento pelos EUA e dólar; 3) o mercado tinha que ser planejado pelo Estado, a partir de administração econômica; e 4) não se podia permitir o desemprego em massa, por motivos políticos (o avanço das teorias e inclinações comunistas) e sociais (o impacto era negativo na sociedade e desestabilizava o sistema econômico).

A Era de Ouro foi, portanto, um período de consenso acerca da necessidade de planejamento econômico do mercado, inspirado no modelo comunista – visto que a URSS foi a que melhor lidou com o período de crise econômica, a partir de 1929, mas transformado e adaptado às necessidades capitalistas. Tal modelo foi aplicado pelo governo francês, resultando em grande crescimento econômico e industrial daquela nação.

Após a Segunda Guerra, várias instituições internacionais foram criadas a partir das conferências realizadas nos anos iniciais da década de 1940. Entretanto, na prática, essas instituições criadas para controlar a economia internacional não deram certo e, neste cenário, prevaleceu o livre comércio e a dominação dos EUA e do dólar. Banco mundial e FMI tornaram-se instituições internacionais subordinadas à política americana, durante a Guerra Fria.

Após a Segunda Guerra, os EUA planejavam expansão agressiva, dominando os mercados mundiais e internacionalizando sua economia. Contudo, havia um elemento político a limitar-lhe essa inclinação: o medo do comunismo. Hobsbawm argumenta que foi o temor do comunismo na Europa que estimulou os EUA a ajudar seus futuros parceiros comerciais europeus, diante da possibilidade de expansão do regime soviético na Europa arrasada pela guerra. O processo de ascensão da sociedade de pleno emprego possibilitou o fortalecimento da doutrina capitalista sobre sua rival, comunista, reforçando as políticas econômicas que visavam à integração de diversas classes sociais e Estados no novo arranjo internacional.

Agente e resultado dessa política foi o Plano Marshall (1947), o *Programa de Recuperação Europeia*, cujo principal objetivo era auxiliar os países aliados europeus a se reconstruírem. Ademais, investimentos dos EUA foram fundamentais à economia japonesa, uma vez que o gigante norte americano fez do Japão sua base industrial para guerra da Coreia e do Vietnã, contribuindo com o desenvolvimento do parque industrial nipônico. Todas essas estratégias dos Estados



Unidos visavam à proteção do mundo capitalista, diante das possibilidades de desenvolvimento do comunismo. Diante disso, chegou-se a argumentar que a Guerra Fria foi o principal motor da Era de Ouro. Embora Hobsbawm não corrobore esta assertiva, o autor acredita que a Guerra Fria teve importante papel na produção econômica e social do segundo pós-guerra, ainda que a concorrência militar tenha desviado o crescimento econômico dos EUA e matado a URSS, nos anos 1980.

O principal motor da Era de Ouro foi a mão de obra de ex-desempregados, que, somada a migrações internas e êxodo de refugiados e expulsos pós-45 no leste europeu, formou um grande contingente populacional atuante nos setores de produção dos países capitalistas. Ainda, apesar das restrições à migração, produzidas por políticas nacionalistas, o número de imigrantes em países europeus desenvolvidos era alto, dada a atração que exerciam como polos de dinamização econômica.

Na Era de Ouro, a economia mundial era internacional, ou seja, entre Estados. Contudo, a expressividade dos mercados internos era notável, sobretudo nos países desenvolvidos. A partir da década de 1960, a economia tornava-se cada vez mais transnacional e com mais internacionalizações. O desenvolvimento transnacional diz respeito ao surgimento e expansão de empresas que operavam em vários países, modalidade produtiva possível a partir do desenvolvimento dos transportes e da flexibilização das economias nacionais no pós-guerra; à nova divisão internacional do trabalho, que agregou os países subdesenvolvidos na estrutura produtiva e consumidora mundial; ao aumento externo, ou seja, de financiamento *offshore*, que reduzia o controle dos Estados sobre a economia.

As empresas transnacionais buscavam Estados onde pudessem produzir com menos encargos de impostos e salários, tornando seus produtos mais rentáveis. Como o lugar de produção não determinava mais o público de consumo, vista a nova estrutura de transporte desenvolvida a partir da década de 1950, esse modelo tornara-se viável por meio da internacionalização das relações econômicas. Revoluções nas comunicações também contribuíram com esse fenômeno, uma vez que possibilitava à matriz de determinada empresa acompanhar e gerenciar os processos produtivos de suas filiais, espalhadas pelo mundo.

Além disso, centros *Offshore* e transações financeiras em paraísos fiscais tornavam-se mais comuns, uma vez que estes centros concentravam alta circulação de capital e baixos impostos ou necessidades burocráticas de controle monetário. O descontrole causado pela emergência destes centros, por parte dos Estados vinculados ao keynesianismo, causou transtornos internacionais, como alta especulação, inflação e a dispersão do eurodólar: capital solto, não repatriado e sem controle por parte dos Estados, que corria o mundo em busca de lucro. A escala abrangente das empresas transnacionais deveu-se à busca por autonomia do capital diante do Estado de bem estar social, que planejava e buscava exercer controle sobre a economia. Diante disso, Hobsbawm afirma que “a principal função dessas empresas era ‘internalizar mercados, ignorando fronteiras nacionais’, isto é, tornar-se independentes do Estado e seu território”³⁴.

Um dos instrumentos criados pelos Estados não industrializados para atrair financiamento externo a seus territórios foi a criação de Zonas Francas. Em plena floresta amazônica, na cidade de Manaus, foi criada a Zona Franca de Manaus, criada em 1967 para impulsionar o desenvolvimento econômico regional. Nessas zonas, as taxas de impostos e tarifas alfandegárias eram bastante reduzidas, tornando-as convidativas às empresas que ali se instalassem, com o fito



de produzir e exportar (ou abastecer os mercados internos dos países em que se encontravam). Além dessa instituição, viu-se a multiplicação de mini Estados como centros de economia *offshore*, incapazes de defender sua independência, mas dinâmicos e em florescimento. Vale destacar que a redução física e em capacidade gestora desses novos Estados representa as preocupações do capital, constantemente interessado na redução do Estado. Esse foi um dos motivos da fuga do capital do centro para Terceiro Mundo. Segundo Hobsbawm, um motivo convincente dos países núcleos da velha industrialização em favor das regiões periféricas era a “incomum combinação ‘keynesiana’ de crescimento econômico numa economia capitalista baseada no consumo de massa de uma força de trabalho plenamente empregada e cada vez mais bem paga e protegida”³⁵. Chegamos à análise dos Estados de bem estar social.

3. Estado de bem estar social e decadência da Era de Ouro

Na Era de Ouro, a organização econômica vigente era a economia mista, na qual imperava o consenso social entre Governo, Capitalistas e Trabalhadores. Após a Segunda Guerra Mundial, ainda na década de 1940 e, depois, na década de 1960, as esquerdas na Europa alcançaram o poder e produziram o Estado de bem estar social. Tratava-se uma coalizão que possibilitasse a governabilidade, aproximando esses governos dos interesses capitalistas e distanciando-os dos ideais socialistas e comunistas. Os partidos socialistas e trabalhistas, que antes defendiam a causa operária proletária fabril, tiveram que expandir seu escopo de ação, cooptando trabalhadores e excluídos em geral – trabalhadores rurais, desempregados, pobres. Para garantir os interesses do capital, era preciso manter o lucro dos empresários, ao mesmo tempo em que assegurar os direitos sociais dos trabalhadores.

Criou-se um estado de pleno emprego, com Estado crescente e fartas atribuições sociais (saúde, educação, moradia, transporte, previdência). Essa coalizão de centro-esquerda atendia aos interesses das massas operárias e pobres em geral, pois as integrava ao mercado de produção/consumo e garantia seus direitos básicos: férias, assistência social, plano de saúde, enfim. Contra isso, se levantaram as direitas, interessadas na manutenção dos privilégios das elites, e as esquerdas radicais, minoritárias entre a população e desejosas de abolir o capitalismo em favor do comunismo.

Os reformistas que alcançaram o poder em meados da década de 1940 logo saíram dessa posição. Nos anos 1950, sendo o consenso mantido por conservadores, pois “o clima da década de prosperidade era contra a esquerda. Não era tempo de mudança”³⁶. Já nos anos 1960, as esquerdas voltaram ao poder, atreladas ao desenvolvimento do Estado de bem estar social, no qual parte significativa dos orçamentos era gasta em seguridade, direitos trabalhistas e previdenciários. Entretanto, o Estado tornava-se cada vez mais pesado e, somando-se os esforços em manter garantir seguridade social e expandir lucros privados, chegou-se à situação na qual a manutenção de equilíbrio entre crescimento da produção, previdência e ganhos que garantiam lucro levava à inflação. A grande questão que se anunciava era: como evitar inflação? Pergunta que ficaria para as décadas de 1970 e 1980.

35 p.276

36 p.278.



As conquistas sociais das massas trabalhadoras inspiravam a luta por mais direitos, diante da consciência da pequenez dos resultados se comparados ao valor do lucro capitalista. Tratava-se de uma nova geração, nascida nos anos 1940 e 1950, que tinha experiências de vida associadas ao pós-guerra e à crescente ampliação dos direitos conquistados pelas massas trabalhadoras. Aos mais velhos, que vivenciaram os resultados da crise de 1929 e da Segunda Guerra, os Anos Dourados eram o melhor dos mundos, com emprego, inserção das camadas sociais mais baixas no mercado de trabalho/consumo, produção em alta e acesso a bens e serviços que, nos anos anteriores, eram produtos de luxo. Para essa nova geração, essas conquistas faziam parte da realidade vivenciada por ela. Era necessário ir além, como novas demandas, mais duras em favor da classe trabalhadora.

Nesse ínterim, os movimentos de trabalhadores foram mais importantes à modificação do cenário político e acentuação do Estado de bem estar social, até sua crise, que as rebeliões estudantis de 1968. Hobsbawm afirma que estas últimas estavam à margem da vida política e economia, integradas por uma juventude em formação acadêmica, que ainda não havia ingressado no mercado de trabalho, não possuía rendas próprias para consumir e não estava integrada à vida política. As mobilizações de 1968 tiveram significado cultural maior que político.

O “superaquecimento” do sistema econômico deu-se em decorrência do colapso do sistema financeiro internacional, forjado em Bretton Woods, nova crise de superprodução, em 1972-3 e a crise vivenciada pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo, em 1973. Novamente, os setores bancário e imobiliário eram os vértices da crise, que colocava fim à Era de Ouro. No auge da Guerra Fria, tema de nosso próximo capítulo.

Bibliografia Complementar

JUDT, Tony. *Pós-Guerra – Uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

PADRÓS, Enrique Serra. Capitalismo, prosperidade e Estado de bem-estar social. In: REIS FILHO, Daniel A, FERREIRA, Jorge & ZENHA, Celeste (orgs). *O século XX*. Vol. 2: O tempo das crises – Revoluções, fascismos e guerras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 227-266.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

A Guerra Fria

Texto de referência: MUNHOZ, Sidnei. *Guerra Fria: Um Debate Interpretativo*. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org.). *O Século Sombrio. Uma História Geral do Século XX*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 261-282.

Neste capítulo, faremos alguns apontamentos acerca do debate historiográfico e interpretativo interessado no entendimento da Guerra Fria. Esse tema foi analisado, a partir da década de 1950, sob diversas perspectivas. Algumas política e ideologicamente engajadas, outras se pretendendo neutras; umas em apoio à perspectiva soviética, outras americanistas. A tentativa de construir uma “terceira via” teve lugar após a queda do muro de Berlim e o esfacelamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), mas logo criticada por seu forte apego às ortodoxias americanas de outrora. Nessas poucas palavras, percebemos tratar-se de tema controverso, que já ocupou milhares de páginas e certamente continuará a fazê-lo nos próximos anos e décadas.

Nós não pretendemos lançar outra tese ou renovar os olhares sob o tema. Nosso interesse é compreender o debate interpretativo em torno do conceito e do fenômeno “Guerra Fria” – note que o conceito e o fenômeno não se reduzem necessariamente um ao outro – e sua mobilização política. Entender o que significa utilizar tal termo, sua abrangência ou caracterização é, necessariamente, apontar o lugar social e os interesses subjacentes à escrita da história. Contudo, não podemos perder de vista o fenômeno da realidade histórica vivenciado pelos Estados e indivíduos na segunda metade do século XX e, diante dos fatos, analisar o desencadeamento da “Guerra Fria” é etapa crucial na compreensão de sua produção conceitual e caracterizações intelectuais e políticas.

Nessa interessante jornada, nosso texto de referência é o capítulo intitulado “Guerra Fria: Um Debate Interpretativo”, de autoria de Sidnei Munhoz, presente no livro *O Século Sombrio: Uma História Geral do Século XX*, organizado por Francisco Carlos Teixeira da Silva. Munhoz é graduado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), mestre em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor associado na Universidade Estadual de Maringá, atuando na graduação e pós-graduação, além de professor no Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em suas pesquisas atuais, destacam-se os interesses nos temas referentes à História do Tempo Presente, Política Externa Estadunidense, Relações Internacionais e dos conflitos contemporâneos, Guerra Fria e Guerra Fria no Brasil, Movimentos Sociais e outros relacionados à política, defesa e esquerdas contemporâneas.

Passemos à Guerra Fria!



4. Guerra Fria: origem do conceito e posturas historiográficas

Sidnei Munhoz afirma que o termo Guerra Fria foi utilizado para designar a existência de um conflito bélico não declarado entre União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e Estados Unidos da América (EUA), pela primeira vez, em 1947. O termo fora utilizado antes por Don Juan Manuel, membro da família real castelhana, para denominar conflitos não declarados entre Cristãos e Muçulmanos. No referente à bipolaridade EUA x URSS, o termo Guerra Fria é atribuído, pela maioria dos historiadores, ao jornalista norte-americano Walter Lippmann. Através dos artigos de Lippmann, o termo foi universalizado e utilizado para qualificar os conflitos envolvendo as duas grandes potências na segunda metade do século XX.

Posteriormente, o conceito foi aplicado aos conflitos mais amplos que aqueles encabeçados pelas duas potências da época. De um lado, sob os auspícios dos Estados Unidos, organizava-se o bloco ocidental capitalista; de outro, sob o manto soviético, erguiam-se os países comunistas ligados à URSS. Além dessa caracterização conceitual, o termo Guerra Fria remete a um evento demarcado no tempo, entre aproximadamente 1947 e 1989/1991, quando caía o muro de Berlim e, posteriormente, o edifício soviético vinha a baixo, conforme discutiremos no tópico seguinte.

Na historiografia, o conceito/tema teve grandes repercussões, apaixonadas e politicamente engajadas. Munhoz destaca cinco correntes analíticas, quais sejam: a corrente da ortodoxia norte americana, a história oficial soviética, o revisionismo, o pós-revisionismo e o corporatismo. Vamos a elas.

As correntes da ortodoxia norte-americana e história oficial soviética opõem-se reciprocamente. A primeira, conhecida como tradicionalista ou ortodoxa, atribui a culpa pela Guerra Fria à URSS. Formada no seio da diplomacia estadunidense, os adeptos a essa corrente acreditam que a recusa soviética em sair dos territórios conquistados pela força foi o motivo que iniciou o conflito. Confiantes no projeto de dominação mundial supostamente atribuído aos comunistas, tais pesquisadores percebem os conflitos entre EUA e URSS como inevitáveis, diante da intransigência e agressividade soviética.

Já a história oficial ou ortodoxia soviética credita a culpa pela Guerra aos EUA, em decorrência do descumprimento, por parte deste, de acordos firmados no final da Segunda Guerra Mundial. Para os soviéticos, a Guerra Fria é resultado direto da luta de classes, pois se tratava da luta dos socialistas contra o imperialismo dos Estados Unidos. Após a Segunda Guerra, o ocidente teria, de acordo com esta perspectiva, tentado subverter a ordem socialista de todas as formas. Diante disso, a URSS buscou proteger o território sob seu controle, até se consolidar nesses espaços. Após essa etapa, teria havido tentativas soviéticas de coexistência pacífica com os países do ocidente, que, no entanto, não frutificou devido às políticas imperialistas dos EUA.

De acordo com Munhoz, a *Great Soviet Encyclopedia* define Guerra Fria como

(...) política reacionária e agressiva ocidental em relação à União Soviética, outras nações socialistas e às nações que lutavam pela paz, pela independência e pelo socialismo. Estabelecem ainda que a política da Guerra Fria tinha por objetivo exacerbar e manter a tensão internacional, com a criação de condições favoráveis à guerra. Além disso, essa política justificaria a corrida armamentista, o aumento dos orçamentos



militares, o crescimento da reação e a repressão às forças progressistas nos países capitalistas. Ainda segundo essa publicação oficial, a política da Guerra Fria havia criado um sistema militar e alianças políticas internacionais, como, por exemplo, a OTAN, estabelecendo uma rede de bases militares, estimulando a corrida armamentista, incluindo os artefatos nucleares, e outros meios de destruição de massa. Além disso, teriam sido empregadas inúmeras formas para influenciar a política externa de outras nações, indo desde a ameaça (diplomacia atômica), a pressão econômica (discriminações comerciais), a espionagem, o estímulo aos golpes de Estado, à propaganda anticomunista³⁷.

Diante do exposto, a *Great Soviet Encyclopedia* conclui que à União Soviética e aos demais países socialistas cabia lutar pela instalação da paz e do socialismo. Assim, a URSS é representada como principal elemento no cenário político a lutar pela redução dos armamentos, cooperação internacional e reconhecimento mútuo entre os blocos.

As teses revisionistas surgiram no final da década de 1950, criticando o oficialismo e consensos vigentes no tocante à História dos EUA. Para os historiadores engajados em tal processo, as influências da economia doméstica dos EUA foram fundamentais na formação de sua política externa e, por conseguinte, na delimitação do campo internacional do pós-guerra. Embora produzida por historiadores americanos, essa tese prega que a URSS não foi a responsável pelo início dos conflitos, na segunda metade da década de 1940, visto que este país estava arrasado pela guerra. O foco soviético era sua reconstrução, possível apenas por meio de estratégias defensivas, uma vez que a agressividade imperialista dos EUA fazia-se presente no leste europeu, em busca de maior influência política naquela parte do planeta.

A culpa, por assim dizer, da Guerra Fria, é atribuída, portanto, aos Estados Unidos, país cuja história da política externa não pode ser concebida sem a dimensão da expansão territorial, formativa de sua própria nacionalidade, conforme William Williams, um dos expoentes do pensamento revisionista. De acordo com este autor – conforme Munhoz – os Estados Unidos adotaram políticas expansionistas para além de suas fronteiras desde finais do século XIX, em busca de novos mercados para sua crescente produção e matérias primas para alimentarem suas fábricas. Após a Segunda Guerra, as necessidades da economia doméstica norte-americana e as questões ideológicas que opunham capitalistas e socialistas foram o pano de fundo da expansão dos EUA, que, por meio de política externa agressiva, buscou intervir sobre outras nações em defesa de seus interesses. Tais medidas tornaram-se mais evidentes a partir dos governos de Truman, entre 1945 e 1953.

Essa tese foi contraposta, nos anos 1980, pelos estudos pós-revisionistas. Sidnei Munhoz argumenta que os historiadores alinhados nesse programa buscavam estabelecer consensos na história e na memória oficial, após a desagregação da URSS, ao longo dos anos 1980, até 1991. Um dos expoentes desta linha é John Gaddis, que, através da busca por neutralidade e imparcialidade, acaba por aproximar-se das teses ortodoxas americanas dos primeiros tempos do conflito. Sua postura pró-ocidental na conformação do conceito e significados da Guerra Fria contribuíram com a construção de uma memória dominante, na qual aos Estados Unidos é atribuído o papel de defensor das democracias ocidentais que, a contragosto, aceitou sua missão redentora. Assim, a tese de Gaddis prega a

37 MUNHOZ, Sidnei. Guerra Fria: Um Debate Interpretativo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org.). *O Século Sombrio. Uma História Geral do Século XX*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p.265.



ameaça proferida pela URSS à Europa e Ásia, diante da qual os EUA exerceriam seu papel de defensor de seus aliados.

Esta tese foi bastante criticada e, dentre seus críticos, destaca-se a escola corporatista. Munhoz explica que

O termo corporatismo é empregado para descrever o sistema capitalista norte-americano, forjado ao longo do século XX, baseado no relacionamento entre grupos funcionais organizados, oficialmente reconhecidos, representando setores como os trabalhadores, o empresariado urbano e os agricultores. Nesse sistema, a regulação institucional e o desenvolvimento de mecanismos de controle procuram promover a integração dos diferentes setores em um único organismo³⁸.

Ao analisar o funcionamento integrado das esferas públicas e privadas na economia norte-americana, os corporatistas enfatizam os interesses dos setores internos na política externa dos EUA. Assim, o capitalismo neocorporativo dos Estados Unidos desenvolvido com a participação do Estado demandava sua expansão. A nova ordem mundial almejada pelos líderes dos estadunidenses buscava tornar este país e seu funcionamento institucional e econômico uma referência a ser seguida pelas demais nações. Para tanto, a aplicação do modelo na política externa e na agressividade em busca de assimilação pelos demais países fazia-se conjugada com os interesses locais. Tanto questões de política interna quanto externa eram elaboradas a partir das estratégias norte-americanas de expansão desse modelo e, junto com ele, sua participação no mundo capitalista do pós-guerra. Assim, medidas externas, como a criação do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, GATT e Plano Marshall decorriam das necessidades internas da economia dos EUA, diante do novo cenário internacional.

Finalizando sua abordagem historiográfica sobre o tema, Munhoz apresenta-nos o trabalho de Fred Halliday, que divide o período posterior à Segunda Guerra em quatro fases: a Guerra Fria (1946-1953), o período de antagonismo oscilatório (1953-1969), a *détente* (1969-1979) e a Segunda Guerra Fria (após 1979). Na perspectiva desse autor, a primeira Guerra Fria seria marcada por seis fatores: expansão militarista, intensificação da propaganda, ausência de negociação entre EUA e URSS, conflitos entre comunismo e capitalismo no Terceiro Mundo, fortalecimento dos sistemas de controle interno e repressão às oposições, e a subordinação dos conflitos no interior dos blocos ao conflito central. Após 1969, teria havido um relaxamento por parte das potências oponentes, através do restabelecimento de relações diplomáticas. Contudo, no final da década de 1970 os conflitos afloram novamente, nos moldes da primeira Guerra Fria, no período que Halliday caracteriza como Segunda Guerra Fria.

Feitos tais apontamentos conceituais, passemos à análise dos eventos que o conceito pretende caracterizar.

5. Guerra Fria: origem do conflito e posturas políticas

Munhoz inicia sua discussão sobre os conflitos ocorridos entre 1946-1991 apontando o complexo contexto em que se inseriam: interesses geopolíticos estadunidenses e soviéticos se chocavam, bem como de seus respectivos blocos. O interior de tais blocos apresentava rivalidades entre os países aliados, nos quais parceiros menores disputavam hegemonias regionais. Cada sociedade nacional

38 Ibid., p.267.



apresentava seus próprios conflitos intestinos. Guerras regionais, revoluções e golpes militares pipocaram mundo afora após a Segunda Guerra, como resultado dessa pluralidade de conflitos e interesses.

Durante a Segunda Guerra, a existência de um inimigo comum aos Estados Unidos e União Soviética possibilitou a formação de uma aliança estranha, na qual forças antagônicas encontravam-se unidas. Findado o conflito, cada bloco possuía suas próprias motivações e interesses no reordenamento do mundo, o que criou fortes dissidências entre as potências hegemônicas, com possibilidade de eclosão de um terceiro grande conflito que, entretanto, foi contido e não aconteceu *diretamente*.

Em junho de 1941, ainda nos tempos altos da Guerra, um acontecimento indispsôs a URSS e os EUA: após a invasão da União Soviética pela Alemanha, Stalin solicitou, em regime de urgência, a abertura de novo front de batalha, com o objetivo de dispersar as forças alemãs. Contudo, o Dia D veio a acontecer somente três anos depois, quando os russos já haviam reduzido significativamente o poderio alemão. Esse evento, por um lado, expôs a capacidade bélica e de resistência dos soviéticos, alimentando sentimento de que a vitória sobre o Eixo fora fruto majoritário de seus esforços. Por outro lado, a atitude dos Estados Unidos e Inglaterra em esperar para enviar reforços denotava a possibilidade de estarem esperando pelo esgotamento de ambas as partes e, assim, vencerem alemães e russos sem grandes dificuldades. Essa atitude gerou desconfiança nos russos que, diante da demora dos demais aliados, conquistaram grande parte do Leste europeu pelas armas e não estavam dispostos a se desfazer deles, na Conferência de Ialta, em fevereiro de 1945. Já do lado ocidental, o histórico da Rússia, com a Revolução Bolchevique e revogação dos débitos internacionais contraídos pela dinastia anterior e, em 1939, o Pacto Germano-Soviético, não inspirava confiança.

Diante dessas divergências, o final da guerra não foi consensual e Estados Unidos e União Soviética rivalizaram-se em busca da execução de seus projetos políticos. O mundo tornara-se bipolarizado e, embora a emergência de conflitos tenha tomado escala mundial, a Guerra Fria ofereceu certa estabilidade e previsibilidade de confrontos. EUA e URSS enfrentavam-se indiretamente e esforçavam-se para não permitir que conflitos regionais extrapolassem essa dimensão e tornassem-se mundiais. Por outro lado, a bipolaridade não significou submissão total dos demais países aos líderes de seus respectivos blocos. Munhoz afirma que atores coadjuvantes tiveram autonomia e fizeram uso dela, ainda que de forma frágil, diante do cenário internacional complexo, marcado por intervenção dos EUA e da URSS.

A noção de segurança é privilegiada por Sidnei Munhoz em sua análise, visto que tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética tinha exacerbada preocupação com este setor. Os EUA formaram-se sob bases continentais e, assim, pensavam sua segurança. O ataque a Pearl Harbor e a expansão bélico-industrial no pós-guerra deixou-lhes a sensação de estarem desprotegidos e, por isso, demandarem fortes investimentos em defesa. Já na URSS, o histórico de invasões sofridas pela Rússia, desde a expansão napoleônica, no início do século XIX, até a ocupação alemã, em 1941, serviu como base para o sentimento de insegurança. Diante disso, ambos os países desenvolveram políticas externas de viés intervencionista, uma vez que justificavam tal medida através do recurso à defesa de sua soberania interna.

Já na perspectiva interna, ambos os países utilizaram o contexto da Guerra Fria para justificar a expansão do aparelho repressor às dissidências internas. Nos



Estados Unidos, a “caça às bruxas” imposta pelo Macarthismo significou perseguição política e cisão de direitos civis de milhares de americanos, os quais se acreditava – baseando-se em investigações inclusivas e questionáveis – serem simpatizantes ou aliados dos comunistas. Já na URSS, o aparelho repressor stalinista, afrouxado durante a Segunda Guerra, voltara a vigorar. Nesta perspectiva, cenário externo e interno se associam a todo momento, visto que interação na concepção de defesa e formação de áreas de influência, que recobrem fronteiras, sobretudo no caso soviético.

Assim, em outubro de 1944, Moscou sediou um encontro entre Churchill e Stalin, no qual definiu-se que “90% da Polônia e da Romênia e 75% da Bulgária ficariam sob influência soviética; a Hungria e a Iugoslávia foram divididas em 50% para cada e a Grécia teria 50% de influência britânica”³⁹. No ano seguinte, a conferência de Ialta foi um importante marco da formação geopolítica emergente no pós-guerra, visto que nela a URSS conseguiu garantir sua área de influência no leste europeu, seu principal objetivo, tendo em vista a defesa de suas fronteiras, basicamente mantendo a divisão gerada em Moscou.

O cenário que se estabilizava sofreu grande transformação após a morte do presidente estadunidense Franklin Delano Roosevelt. Em seu lugar, assumiu Harry Truman, redirecionando a política externa daquele país. Com Truman, os americanos tornaram-se mais agressivos e impositivos, amparados pela novidade que somente eles possuíam, no momento: a bomba atômica. Desde esse governo, acredita Munhoz, acelerou-se o enfrentamento entre EUA e URSS, levantando suspeitas em Stalin acerca das pretensões do ocidente em eliminar sua área de influência no leste europeu. Diante dessa modificação, os soviéticos ainda buscaram dialogar por meio de relações diplomáticas, mas tal medida foi impossibilitada pelo crescimento progressivo das tensões no leste da Europa. Em março de 1946, Churchill pronunciou seu discurso que assinalava a imposição de uma “cortina de ferro” a várias capitais europeias submetidas ao comunismo. Iniciava-se a Guerra Fria.

Munhoz acredita que a justificativa americana para reforçar sua atuação bélica e tornar-se mais agressiva em relação ao mundo soviético seja insustentável. Para ele, embora não se possa negar a existência de tendência expansionista da URSS, ela não ameaçava a Europa, pois o país estava arrasado e sua principal tarefa era reconstruir-se. A única ameaça válida vinda do mundo comunista era a ideológica: os ideais socialistas e comunistas ganhavam terreno entre as classes trabalhadoras, oferecendo riscos à sustentação das elites políticas das democracias capitalistas. Para Munhoz, a Guerra Fria decorreu da ação dos Estados Unidos, uma vez que “a intensificação dos conflitos se deveu à tentativa norte-americana de consolidar a sua hegemonia global, impondo recuos à influência soviética na Europa”⁴⁰. Nesse contexto, importante papel foi desempenhado pela Doutrina Truman, de 1947.

Ao longo do tempo, a Guerra Fria foi percebida de diferentes maneiras por populações ao redor do mundo. Nos Estados Unidos, era representada na possibilidade de existência do comunismo infiltrado, subversivo, totalitário na hipótese de ataque nuclear. Para os soviéticos, o ataque nuclear estava no horizonte de expectativa, embora a ameaça imperialista dos EUA fosse mais presente no imaginário. Já na Europa, o cenário não se diferia muito daquele vivenciado no parceiro americano, com o agravante de as políticas públicas serem orientadas por governos estrangeiros, bem como processo em curso. Tais políticas eram o

39 Ibid., p.271.

40 Ibid., p.272.



alimento deste imaginário e dele se alimentavam, construindo um ciclo de medo e tensão crescente. O alinhamento aos blocos hegemônicos eram percebidos nos países do Terceiro mundo, na vida cotidiana. Naqueles lugares menos envolvidos, a percepção aguçada apontaria relações entre as políticas públicas locais e o sistema bipolarizado. Diante disso, o fato é que a Guerra Fria fez-se sentir em quase todo canto do mundo. Quando não diretamente, por meio da indústria cultural: imprensa, filmes, canções, histórias em quadrinhos... todos esses elementos eram portadores e transmissores e ideologias, o que justifica o interesse crescente da historiografia por estas fontes.

6. Política Externa estadunidense após a Guerra Fria

Durante os anos da guerra, uma matriz interpretativa conservadora, ligada às teorias ortodoxas americanas, pregava que a existência da URSS era um obstáculo à manutenção da paz mundial. Desse mito, surgiu a crença de que o “perigo soviético” inibiu o pleno desenvolvimento das democracias ocidentais, exigindo vultosos gastos militares em prol da defesa da liberdade dos cidadãos. Por conclusão lógica, cria-se que apenas a vitória dos Estados Unidos seria capaz de restaurar a prosperidade vivida pelo ocidente, garantindo a plena realização dos regimes democráticos e as condições de felicidade dos povos. A que serviu tal ideologia? A resposta é simples: à expansão da área de influência dos EUA na Nova Ordem Mundial.

Contudo, o mundo viu a derrocada da União Soviética em 1991 e, mesmo assim, os gastos com armamento e com a indústria bélica, na segunda metade dos anos 1990 foram superiores àqueles despendidos nos tempos da Guerra Fria. Por quê? Ora, o unilateralismo e a continuidade da postura imperialista dos Estados Unidos geraram crises diplomáticas e reforçaram o sentimento de insegurança de vários países ao redor do globo, do que decorre a expansão dos orçamentos militares, formando um efeito bola-de-neve. Ademais, a falta de um inimigo objetivo, como o terror comunista, pode ser observado na criação de novos objetos a serem combatidos pelos Estados Unidos e seus aliados ao redor do mundo. Munhoz cita “o fundamentalismo islâmico, o terrorismo no Oriente Médio, o narcotráfico hispano-americano e a instabilidade no chamado Terceiro Mundo”⁴¹.

A política intervencionista elaborada em Washington tem respaldo naquela oriunda de outros países europeus, como a França e suas incursões no norte da África. Além disso, cabe destacar a emergência da Doutrina Bush, que prega a guerra preventiva como forma de defesa de qualquer possível ameaça à segurança nacional. É nesse contexto que o Brasil tornou-se alvo da espionagem norte-americana, que, sob o pretexto de buscar riscos contra possíveis terroristas na América Latina, vasculhou informações confidenciais da Presidência da República e sua assessoria, além de importantes empresas estatais, como a Petrobras.

No contexto global, a política intervencionista dos Estados Unidos no Oriente Médio e norte da África é marcante. E justifica-se por algo mais que a geopolítica do petróleo – embora esta seja um elemento de grande importância. Conforme Munhoz, os EUA trabalham, desde a década de 1990, com a ideia de que a próxima Guerra Mundial será causada por choques de civilizações. As diferenças civilizacionais entre ocidente e oriente seguem, apesar da globalização, em crescimento e a possibilidade de integração sino-islâmica é um dos elementos centrais na atual política externa ianque. Afastar essa bomba-relógio de seu ter-

41 *ibid.*, p.262.



ritório é a medida tomada pelo governo dos EUA, sendo uma estratégia global de longo prazo que supera a pragmática comercial atual.

O mundo polarizado na Guerra Fria opunha leste e oeste, como antagonistas. Atualmente, uma nova organização mundial está em fase de elaboração, destoando desse regime de meridianos. Agora, parte da geopolítica global organiza-se entre norte e sul, em marcado conflito de classes: o Sul emergente, o Norte desenvolvido. O período posterior à Guerra Fria não conseguiu estabelecer uma política de consensos e cooperação internacional na escala almejada, mantendo a insegurança e a supremacia de interesses nacionais. Para compreender tal período é indispensável o entendimento do funcionamento da Guerra Fria e do restabelecimento do mundo após a derrota de Hitler.

No próximo capítulo, daremos continuidade ao recorte cronológico da *Cold War*, porém noutros espaços: vamos discutir as descolonizações e as lutas pela libertação nacional. Sigamos!

Bibliografia Complementar

FENELON, Déa Ribeiro. *A guerra fria*. São Paulo, Brasiliense, 1983. (Coleção Tudo é História 64).

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos*. O breve século XX. 1914-1991. 2ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

MAGNOLI, Demétrio. *Da Guerra Fria à détente: política internacional*. Campinas: Papyrus, 1988.

MUNHOZ, Sidnei. *Reverendo as origens da Guerra Fria*. Maringá: UEM, 1993. (memogr.)

THOMPSON, E. P. et ali. *Exterminismo e Guerra Fria*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Descolonização

Texto de referência: LINHARES, Maria Yedda Leite. *Descolonização e lutas de libertação nacional*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (org.). *O século XX. Vol. 03: O tempo das dúvidas. Do declínio das utopias às globalizações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 35-60.

No capítulo anterior, discutimos a formação do conceito Guerra Fria e o conjunto de fenômenos que ele caracteriza, no embate entre modelos políticos e econômicos entre o bloco ocidental – capitaneado pelos Estados Unidos da América (EUA) – e o bloco oriental – que contava com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) à frente. Neste cenário bipolarizado, emergiam novos atores no cenário internacional, a princípio descompromissados com o engajamento político ao lado dos blocos oponentes. Tratava-se do Terceiro mundo: os países não alinhados, muitos dos quais resultantes de recentes processos de independência, nos anos 1950 e 1960. Entrava em cena o processo das descolonizações.

Como discutimos no capítulo sobre a Segunda Guerra, um dos grandes medos das potências europeias em conflito era que as invasões alemãs e as transformações que aconteceriam na ordem mundial suscitassem desejos autonomistas e independentistas nos povos colonizados. De fato, este foi o saldo positivo de tão sangrento conflito: ao envolverem-se nas fileiras dos exércitos metropolitanos e ao presenciarem, em muitos casos, a derrota das metrópoles, os homens do mundo colonial colocaram e xeque a afirmativa acerca da superioridade e inviolabilidade do homem branco. Eles podiam vencê-lo, podiam senhorear-se a si mesmos, podiam construir suas próprias nações. É preciso destacar que a Segunda Guerra não gerou os nacionalismos no mundo nãoeuropeu, mas o alimentou ideologicamente. Desde a emergência do imperialismo havia resistência. Neste momento, contudo, ela tornava-se mais viva e atuante.

No presente capítulo, analisaremos, em linhas gerais, o processo de colonização europeia nas terras africanas e asiáticas para, em seguida, apontarmos o sentido das descolonizações, as conquistas de autonomia e o árduo percurso de construção dos Estados do então chamado Terceiro mundo. Nosso texto de referência é o capítulo “Descolonização e lutas de libertação nacional”, de Maria Yedda Leite Linhares, publicado no terceiro volume da coleção *O Século XX*, organizada por Daniel Aarão Reis Filho, Jorge Ferreira e Celeste Zenha. Maria Yedda Linhares foi professora titular de História Moderna e Contemporânea na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduada em licenciatura em História, em 1943, e em Geografia, em 1944, doutorou-se em História em 1954, conquistando todos os títulos na então Universidade do Brasil, posteriormente Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde atuou. Maria Yedda Linhares também se dedicou a cargos políticos referentes à educação, foi exilada nos tempos da ditadura civil-militar de 1964 e, ao retornar ao Brasil, continuou atuando no ensino superior. A autora faleceu em 2011.

Passemos à análise dos processos de colonização e descolonização.



1. Apogeu e crise da colonização

O processo de domínio europeu sobre outras partes do mundo externas ao seu continente iniciou-se no século XV, com as grandes navegações, que levaram as Coroas ibéricas, logo acompanhadas por holandeses, ingleses, franceses e outros, à costa atlântica africana, rumo às Índias. Neste processo, alcançaram-se as Américas e um novo circuito comercial desenvolver-se, a partir das políticas de exploração colonial. O modelo político e econômico vigente no Antigo Regime ruiu nos finais do século XVIII, com o advento do Iluminismo e, sobretudo, a Revolução Francesa, dando início a nova era nas relações entre Estados e no arranjo político internacional. A industrialização, o liberalismo e o nascimento do capitalismo viriam a ser, num futuro próximo, eixos centrais do novo sistema econômico em gestação.

No século XIX, os impactos da Revolução Francesa e da independência das Treze Colônias – a revolução Americana – forneceram subsídios ideológicos à transformação do mundo colonial, marcando o fim dos impérios mercantilistas de outrora. A América – seja inglesa, francesa, espanhola, portuguesa – tornava-se livre, contudo não o estatuto de igualdade entre os povos, pretendido no bojo das independências, ainda seria uma luta árdua. Se os objetivos missionários religiosos dos séculos anteriores já não eram capazes de justificar o predomínio do europeu, o culto à ciência, razão e civilização fazia as funções de mestre de cerimônia, legitimando a ideologia da *superioridade do homem branco*, visto como único capaz de gerenciar a vida política dos povos, possibilitando-lhes o alcance do nível de civilização em que este agente imperialista se encontrava.

O desenvolvimento técnico e econômico europeu também foram fatores primordiais no avanço das nações deste continente sobre a África e Ásia. Após dete-rem monopólio sobre novo saber científico-tecnológico proveniente da revolução industrial, estes povos colocaram-se à conquista direta de outros territórios, fazendo da experiência imperialista parte fundamental do cotidiano europeu, expressa, como percebeu Edward Said, na produção cultural engajada com a manutenção dos impérios e sua justificação.

No final do século XIX, os antigos impérios mercantilistas praticamente inexistiam, muito embora a Inglaterra continuasse a desempenhar o papel de grande potência marítima, pregando o livre comércio e inibindo qualquer tentativa intervencionista das demais nações europeias ao redor dos mares do globo. Isso até a crise de superprodução de 1874. Explica-se: até então, os interesses ingleses estavam seguros, visto sua hegemonia econômica decorrente do pioneirismo revolucionário industrial. Por isso, os ingleses defendiam o livre comércio e a possibilidade virtual de acessarem todos os mercados do globo. Contudo, o desenvolvimento econômico e industrial do jovem império alemão começava a ameaçar os interesses da Inglaterra.

Diante disso, a nação da rainha Vitória resolveu mudar sua postura, retomando seus interesses no sistema imperialista e na expansão, em busca do controle de mercados fornecedores de matérias primas e consumidores de produtos industrializados. A rainha da Inglaterra foi coroada imperatriz da Índia e, em nome da defesa deste território, adotou-se política de anexações, incluindo a Birmânia e Malásia no Sudeste Asiático controlado pelos ingleses. Quênia, Uganda, Sudão, Egito, Chipre e Somália, na África Oriental, além da Rodésia do Sul e do Norte, Transvaal e Orange foram anexados. Em 1910, o estatuto de Domínio inglês é outorgado ao Canadá, Austrália, Nova Zelândia e África do Sul. Destaca-se, portanto, a expressão do poderio econômico e político exercido pela Inglaterra, nos



anos anteriores à Primeira Guerra Mundial.

Já a França iniciara sua corrida colonial bem mais cedo. Após 1815, restava aos franceses apenas os territórios da Martinica, Guadalupe, Guiana, a Ilha da Reunião e cinco feitorias na Índia. Em 1830, ocupava a Argélia, no norte africano, e anexou Libreville, no Gabão. Este país debruçou-se sobre o mundo não europeu acentuadamente em finais do século XIX, quando a interferência na Tunísia marcou, de fato a inserção da França na rota imperial. No período que precedeu a Segunda Guerra Mundial, a França dominava a Argélia, Tunísia, Marrocos, Senegal, Costa do Marfim, Sudão Ocidental, Togo, Camarões, suas possessões antilhanas já citadas, Madagascar, Indochina, Nova Caledônia e algumas ilhas na Oceania.

Os franceses também se opunham à presença e expansão do Império Turco-Otomano no Oriente Médio e no Norte da África, que inibia as áreas de influência da Europa sob terras há séculos islamizadas. Diante do crescimento dos turco-otomanos, as potências europeias esforçaram-se para minar-lhes as bases, divulgando ideologias contrárias ao modo de governo e gestão territorial dos muçulmanos e fomentando a emergência de nacionalismos nestas regiões. No século XX, este Império entrou em colapso, formalmente liquidado após a Primeira Guerra, deixando uma constelação de nações na órbita europeia.

Quais os sentidos da expansão europeia? Segundo Linhares, os interesses das nações da Europa organizavam-se em torno do que era chamado de Equilíbrio de Poder: tratava-se de evitar que uma potência viesse a exercer predomínio sobre o continente através de alianças militares e expansão territorial, inviabilizando a paz entre Estados e o domínio inglês sobre os mares. Ademais, o desenvolvimento do capitalismo demandava cada vez mais mercados consumidores de produtos e fornecedores de matérias primas, o que fomentava a corrida imperial das nações em processo de industrialização, seja na Europa, seja o Japão (reveja os interesses do Japão na Segunda Guerra Mundial!). Tal Equilíbrio consistia, portanto, no controle da expansão dos Estados e no suprimento das necessidades geradas pelo capitalismo. Por trás deste modelo, “havia a crença de que o poder seria posto numa balança, que trataria de fazer uma distribuição razoavelmente equitativa entre aqueles que o monopolizavam, parte da missão civilizatória de que a Europa fora incumbida por algum desígnio da História”⁴². Por isso, a superioridade europeia ou, antes, do homem branco, era a grande ideologia que justificada e substancializava a expansão dos povos deste continente.

Concebido como fase superior do capitalismo por Lenin, o imperialismo logo foi visto por intelectuais de finais do século XIX e início do XX como uma nova etapa na história da humanidade, conforme percebido entre seus principais intérpretes, como Rosa Luxemburgo, J. A. Hobson, Rudolf Hilferding, Karl Kautsky e outros. Com otimismo no centro das monstruosas transformações sociais e políticas, Lenin acreditava que o imperialismo era o último passo antes da desagregação do capitalismo, etapa necessária ao desenvolvimento do socialismo, conforme teoria marxista.

Contudo, um dos resultados mais claros do imperialismo foi, conforme já discutimos no primeiro capítulo, a eclosão da Primeira Grande Guerra. Contudo, findado o conflito, a estrutura política econômica do mundo europeu e sua expansão global não foram modificadas, embora tenha havia alguns rearranjos

42 LINHARES, Maria Yedda Leite. Descolonização e lutas de libertação nacional. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (org.). *O século XX*. Vol. 03: O tempo das dúvidas. Do declínio das utopias às globalizações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.50.



de soberania. Linhares afirma que, “ao ter início a guerra na Europa, em 1939, o Império Britânico parecia tão sólido e saudável quanto em 1914”⁴³.

No entanto, a mundialização do conflito europeu na Segunda Guerra Mundial trouxe desestabilização ao regime imperialista. Embora as resistências locais tenham existido desde o início da presença europeia nas regiões exteriores ao seu continente, a Guerra cumpriu a função de realçar as nacionalidades periféricas ao sistema europeu, colocando em destaque o papel desempenhado pelos exércitos coloniais na defesa de suas metrópoles e, diante disso, a possibilidade de se verem livres delas, pelas armas, e tornarem-se Estados autônomos. Linhares afirma que a posição triunfal dos Estados Unidos no cenário mundial, em defesa do liberalismo e do fim dos impérios europeus uniu-se às agitações das esquerdas europeias e das populações das regiões imperializadas que, acompanhadas do engajamento dos intelectuais, criaram um cenário propício ao desenvolvimento das descolonizações.

Contudo, colocamo-nos a questão: o que foram essas “descolonizações”?

2. Descolonização: conceito e processo no pós-guerra

Primeiramente, vejamos as ponderações realizadas por Maria Yedda Linhares acerca do conceito “descolonização”. Conforme a autora:

No seu nascedouro, a palavra descolonização já vem carregada de ideologia, parecendo definir um destino histórico dos povos colonizados: depois de ter colonizado, o europeu descoloniza, estando, pois, implícita a *vontade* do país colonizador de abrir mão de pretensos direitos adquiridos em determinado momento. A generalização do termo implica, de certa forma, uma interpretação eurocêntrica da História, ou seja, a noção de que só a Europa possui uma História ou é capaz de elaborá-la. Os *outros* não têm História: nem passado a ser contado nem futuro a ser elaborado⁴⁴.

A autora destaca, portanto, o sentido ideológico e eurocêntrico aplicado ao conceito descolonização, uma vez que é concebido como opção dos países colonizadores de por fim a este regime político e econômico, abrindo mão de pretensos direitos que teriam conquistado. Contudo, o processo que tal conceito caracteriza precisa ser analisado como um conjunto de eventos ligados à crise do capitalismo na década de 1930 e à Segunda Guerra Mundial. Trata-se de um processo de longa duração que ainda não se encontra finalizado, nos dias atuais, complexo e muito diferenciado em cada lugar do globo submetido ao controle (direto ou indireto) das nações imperialistas.

O período entre-guerras foi rico em ideologias e posturas políticas, sendo marcante o crescimento das teorias socialistas e dos setores de esquerda política no cenário europeu. Com a vitória da Revolução Bolchevique e o desenvolvimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o socialismo tornou-se um horizonte de possibilidade na Europa e, portanto, uma alternativa de desenvolvimento aos povos que gravitavam em torno do sistema capitalista. A Segunda Guerra Mundial possibilitou o fortalecimento das esquerdas europeias, uma vez que estas se dedicaram, em muitos casos, à defesa de suas nações frente à expansão alemã, em detrimento das burguesias que se aliaram ao nazismo, atuando como facilitadoras de sua expansão. Deu-se o fortalecimento dos partidos

43 *ibid.* p.54.

44 p.41.



esquerdistas ligados aos movimentos de resistência e guerrilhas, como ocorrido na França, Bélgica, Holanda, Grécia e Iugoslávia.

Atrelado ao fortalecimento das esquerdas, emergia uma nova potência mundial, em decorrência do temporário eclipse vivido pelas potências europeias: os Estados Unidos. Este país defendia o livre comércio, o fim dos bloqueios econômicos e autonomia dos povos, posicionando-se claramente contra as pretensões imperialistas de sua grande aliada na Segunda Guerra: a Inglaterra. Grande vitorioso nas guerras, este país viu-se na condição de líder no novo arranjo capitalista, cujo único concorrente no cenário internacional era a URSS. Formava-se o sistema bipolar, no contexto do qual as descolonizações devem ser analisadas e compreendidas.

As imposições das forças militares alemãs levaram as demais nações europeias a buscarem ajuda nos braços dos exércitos coloniais, no esforço de manter a autonomia das metrópoles. Contudo, esses países europeus esperavam que a vitória na guerra fosse breve e possibilitasse que retomassem suas políticas imperialistas na Ásia e na África antes do desenvolvimento dos sentimentos nacionalistas, que afluíam com o conflito. Entretanto, ocorreu o justo oposto: a fraqueza das metrópoles europeias, a ascensão do Japão e a energia despendida pelas forças provenientes das colônias foram suficientes para colocar em dúvida a propalada ideologia que pregava a superioridade do homem branco. Ora, eles não invencíveis; nós não somos inferiores a eles e, como os japoneses, podemos vencê-los – era o pensamento que se formava nas mentes colonizadas.

A consciência acerca de suas capacidades formava-se nas lutas da Segunda Guerra, apontando a vulnerabilidade dos europeus e a possibilidade de recebimento de recompensas por parte dos colonizados. As potências europeias viam-se diante da possibilidade de perderem seu controle sobre os espaços periféricos e, por isso, aumentavam a oferta de “benefícios” no contexto de seus impérios às populações submetidas. Os ingleses, por exemplo, buscavam cooptar as burguesias e intelectuais coloniais, enfraquecendo os movimentos internos nas colônias e buscando integrá-las na área de influência da Grã-Bretanha. Já os franceses optaram por alterar as relações entre metrópoles e colônias, integrando as populações periféricas na comunidade francesa. Assim, as metrópoles apresentavam diretrizes gerais de integração, mas cada caso deve ser analisado em suas particularidades.

As relações desenvolvidas entre metrópoles e colônias foram bastante específicas, conforme destaca Linhares, devendo ser analisadas à luz de contextos históricos, geográficos, econômicos e estratégicos específicos. Ainda assim, as colaborações/resistências não devem ser analisadas como processos decorrentes apenas do pós-Segunda Guerra. Ao contrário, os Estados que adotaram resistência mais ativa, como a Índia, Indochina, Argélia, Marrocos e China eram, historicamente, formados por povos que não haviam aceitado passivamente a presença dos colonizadores. O que acontece é o fortalecimento desta tendência, atingindo parcela maior da população e transformando seus líderes em porta-vozes das aspirações populares contrárias à exploração colonial.

Diante deste quadro, Linhares afirma que:

É indiscutível que a tomada de consciência dos povos coloniais contra a dominação por parte do homem branco rico e poderoso (...) desenvolveu-se mais rapidamente nesse pós-guerra mundial, em parte graças à nova correlação de forças entre os países do mundo capitalista: de um lado, a própria transformação ocorrida no interior das velhas metrópoles e, de outro, a divisão entre os vencedores contra o fascismo⁴⁵.

45 *Ibid.*, p.46.



No contexto de bipolaridade da política mundial, o ocidente pregava a ideologia que opunha capitalismo e comunismo, tratando o primeiro como reino da democracia e da liberdade, em detrimento da tirania e opressão, resguardadas ao segundo. Entre os dois polos, novos conceitos foram criados, como a noção de Terceiro mundo e subdesenvolvimento. “Terceiro mundo” dizia respeito àqueles países que não se enquadravam nem no mundo capitalista nem no socialista, estando, por isso, numa espécie de limbo da História, onde o conceito subdesenvolvido é aplicado em oposição ao desenvolvimento encontrado nos dois primeiros mundos. Neste contexto, o subdesenvolvimento torna-se uma ideologia a ser explorada pelo capitalismo, no sentido de propor políticas de assistência a estas nações que se formavam, integrando novo contexto internacional na História da humanidade.

Os processos de descolonização decorreram da fragilização do poder colonial somado às condições internas das colônias que lutavam pela independência e, à longa data, eram resistentes às políticas imperialistas. Na conjunção entre fatores internos e externos, as relações entre Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas foram importantes, pois ambos os países agiram em busca de seus interesses e geração de áreas de influência no Terceiro mundo, fornecendo subsídios aos processos de independência. A bipolaridade formada a partir da integração do bloco capitalista e da formação do bloco comunista, com a adesão da China a este regime em 1949, encontrou respaldo em instituições internacionais, como o Plano Marshall e a Organização dos Tratados do Atlântico Norte, visando à ajuda econômica e aliança militar entre os capitalistas, e o Conselho de Assistência Econômica Mútua (Comecon) e o Pacto de Varsóvia, com os mesmos objetivos, respectivamente, no bloco comunista. Embora não tenham se enfrentado diretamente, os EUA e a URSS se fizeram presentes nas tramas do Terceiro mundo, que buscava sua autonomia e a construção de uma via alternativa.

Entre abril e junho de 1945 ocorreu a Conferência de São Francisco, na qual foi elaborada a Carta das Nações Unidas (ONU). Esta entidade logo cresceu em número de adeptos, agregando os novos países africanos e asiáticos. Contudo, os órgãos multilaterais como ONU, Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial agiram como atenuadores de conflitos e executores de objetivos do capitalismo, buscando fortalecê-lo. Contudo, em 1955, em Bandung, na Indonésia (recém-independente da colonização holandesa), reuniram-se 29 chefes de Estados africanos e asiáticos, que se apresentavam como terceiro mundo, em busca de uma forma autêntica de inserção no cenário internacional. Declarando-se neutros e favoráveis ao socialismo, contrários aos Estados Unidos e à União Soviética, foram responsáveis pela formação do “espírito de Bandung”, no qual se comprometiam com a ajuda mútua e libertação dos povos subjugados, oferecendo ao mundo uma década de esperança na democracia, até que as desilusões diante das dificuldades enfrentadas pelas novas nações superassem os otimismo e as utopias de outrora.

3. Tortuosos caminhos da liberdade

Apesar dos projetos nacionalistas, democráticos e socialistas,



a outorga da independência não significava, necessariamente, a conquista da felicidade para todos e, muito menos, o reconhecimento da autodeterminação do novo país no plano econômico, político e cultural. Os velhos interesses coloniais tinham raízes profundas, os elos de dependência eram resistentes e as bases das antigas culturas locais, com suas tradições tribais, haviam sido seriamente atingidas e, em muitos casos, destruídas pela ação do colonialismo⁴⁶.

No plano econômico internacional, o capitalismo se reestruturava, buscando novas formas de manter os laços de dependência econômica entre o mundo desenvolvido e o Terceiro mundo, subdesenvolvido, pobre e envolvido em sérios conflitos internos. Apesar dos sonhos igualitários relacionados ao processo de independência, a descolonização foi muito distinta entre as diversas novas nações europeias e asiáticas. Muitos movimentos emancipacionistas, como no Congo Belga ou em Uganda, eclodiram em intensas guerras civis, brutalidades, miséria e ditaduras.

A temporalidade das emancipações também foi bastante alargada. Índia e Paquistão viram-se independentes da Inglaterra em 1948, depois de muita resistência e modificações na política interna inglesa, com a ascensão do Partido Trabalhista e sua política de bem estar social. A Indonésia tornou-se independente da Holanda em 1949, após as guerras de libertação nacional, iniciadas em 1945, seguidas à rendição do Japão na Segunda Guerra. Já as ex-colônias portuguesas apenas venceriam sua metrópole após 1974, depois de muitos anos de guerras de independência que, concomitantemente, levaram ao fim do regime salazarista em Portugal, por meio da Revolução dos Cravos, em abril daquele ano.

Após as guerras de independência, Angola viu nascer uma intensa guerra civil, finalizada apenas em 2002. Após a emancipação frente a Portugal, o novo país viu-se envolto ao conflito político envolvendo os três grupos anticolonialistas que lutaram contra os portugueses e, naquele momento, lutavam entre si pela hegemonia nacional. Por um lado, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) tinha orientação multirracial e marxista e recebia suporta da URSS; a Frente de Libertação Nacional de Angola (FNLA) tinha caráter anticomunista e recebia apoio dos Estados Unidos e do Congo. Por fim, a União Nacional pela Independência Total de Angola (UNITA) inicialmente tinha orientação maoista e, posteriormente, tornou-se anticomunista, contando com o apoio da África do Sul. Como se nota, questões internas e externas caminharam juntas na formação do Estado angolano, destacado como exemplo vivenciado por várias outras jovens nações africanas e asiáticas.

Concluindo nossa explanação acerca do texto de Maria Yedda Linhares, podemos destacar que, na concepção da autora, os processos de descolonização devem ser analisados como conquistas dos povos, em detrimento de obras dadas pelas metrópoles ou alcançadas por meio de lideranças, apenas. Tratou-se, antes, da expansão da resistência popular ao regime opressor imperialista ao mesmo tempo em que as nações europeias esforçavam-se para manter sua hegemonia nas terras que viriam a ser o Terceiro mundo. Após a independência, novos e grandes problemas se formaram no horizonte dessas jovens nações, que devem empenhar-se na superação das adversidades em busca de seu próprio caminho no cenário internacional: cada processo tem suas especificidades, bem como as demandas de um país e outro variam diante de suas necessidades, formação histórica, localização geográfica, estratégia política...

São vários os problemas que eles ainda vivenciam e muitos deles decorrem

46 *Ibid.* p.58.



diretamente dos vestígios do período de dominação imperialista. Conforme a autora adverte, “a crise de identidade e a crise do sistema político vigente em alguns dos países africanos e asiáticos (violência, corrupção, nepotismo) fazem parte do que foi aqui apontado como heranças do colonialismo recente e não extinto de todo”⁴⁷. Estamos tratando de uma história em aberto, escrita a cada dia por homens e mulheres que constroem suas nações, num processo de descolonização que ainda não chegou ao fim.

Bibliografia Complementar

BRUIT, Hector. *O imperialismo*. Campinas: Atual/ Unicamp, 1987.
CANÊDO, Leticia. *A descolonização da Ásia e da África*. São Paulo: Atual, 1986.
FERRO, Marc. *História das colonizações: das conquistas às independências; séculos XIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
_____. *O livro negro do colonialismo*. São Paulo: Ediouro, 2008.
LINHARES, Maria Yedda. *A luta contra a metrópole (Ásia e África)*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
RIBEIRO, L. D. Descolonização Africana. In: *CIÊNCIAS & LETRAS. África contemporânea: história, política e cultura*. Porto Alegre: Fapa, 1998. pp. 51-72.
WESSELING, H. *Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)*. Rio de Janeiro: Ufrj/Revan, 2000.

47 *Ibid.* p.63.

Expansão e Crise do Socialismo

Textos de referência: Parte I: REIS FILHO, Daniel Aarão. *O socialismo realmente existente. In: As Revoluções Russas e o Socialismo Soviético. São Paulo: Editora da UNESP, 2003, p. 119-134. Parte II:* REIS FILHO, Daniel Aarão. *A perestroika e a desagregação da União Soviética. In: As Revoluções Russas e o Socialismo Soviético. São Paulo: Editora da UNESP, 2003, p. 135-156.*

Neste capítulo, analisaremos aspectos do socialismo na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas após 1953, ano em que Joseph Stalin faleceu. A Guerra Fria estava em curso e, no mundo socialista, transformações se operavam. Iniciava-se um período de expansão política, militar e econômica deste regime, alcançando reconhecimento internacional como grande potência no mundo daquela época, caracterizado como império ascendente, em contraposição aos Estados Unidos, visto como império decadente. Entretanto, em meio a ondas de modernização e dinamização econômica e política, velhas forças conservadoras lutavam pela manutenção de sua hegemonia. Assim, o jovem Nikita Kruchov, que substituiu Stalin à frente do mundo soviético foi deposto por meio de um golpe, em 1964. Nos anos seguintes, embora a URSS demonstrasse vigor e crescimento, forças retrógradas mantinham o atraso do país, contribuindo com seu enfraquecimento e posterior esfacelamento na década de 1980.

Se na década de 1970 o crescimento foi a tônica soviética, ele fez-se acompanhado do surgimento de novas demandas, seja dos intelectuais, dos trabalhadores e da juventude. O vigor econômico e prestígio político que o país apresentava era analisado às vistas das necessidades da população, que almejava melhoria na qualidade de vida, aumento do padrão de consumo e, sobretudo, liberdade. Pressões que foram reprimidas pelo governo dos velhos homens da revolução, que – perceptível na abordagem de Daniel Aarão Reis Filho – não acompanharam as transformações dos tempos, levando a conflitos de gerações no seio do regime comunista que, somado às decrescentes taxas de crescimento e expansão levaram à crise.

Em 1985, Mikhail Gorbatchov chegava ao poder no União Soviética, com propostas reformistas. Era dada a largada à *Perestroika* (reconstrução) e à *Glasnost* (transparência), como estratégias de modernização do mundo socialista. Grandes transformações sociais internas, como adensamento da população urbana, novas formas de sociabilidade e novas demandas populares no tocante ao padrão de vida e consumo somaram-se ao novo cenário internacional emergente nos anos 1980: a nova revolução científico-tecnológica que o mundo vivia forçava os soviéticos a tomarem duras decisões na superação da estagnação.

Novos rumos eram necessários e, diante do desafio, a política da *perestroika* consistiu num esforço de otimização dos recursos da economia de Estado e da economia de mercado. Paulatinamente, a URSS abria-se ao mundo capitalista e o golpe final veio de onde Gorbatchov menos esperava: os nacionalismos deixados de lado na concepção na União foram mais fortes que o elo que os unia. Em 1991 chegava-se ao insuspeitado fim: a União Soviética havia se desagregado.



Nosso trabalho será guiado por dois capítulos presentes no livro *As revoluções russas e o socialismo soviético*, de Daniel Aarão Reis Filho. O autor, como já apresentamos em nosso segundo capítulo, é graduado e mestre em História pela Universidade de Paris VII e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Atualmente, é professor titular de História Contemporânea na Universidade Federal Fluminense, onde estuda as relações entre literatura e história russa e História das Esquerdas no Brasil.

Passemos à análise do socialismo soviético da segunda metade do século XX.

Parte I

1. Expansão soviética: o tempo das reformas

Daniel Aarão Reis afirma que o período compreendido entre 1953 (morte de Stalin) e 1985 (início da *Perestroika*) pode ser dividido em dois momentos: um tempo de reformas, até 1964 – quando um golpe derrubou o primeiro secretário N. Kruchov – e, após essa data, um tempo de equilíbrios instáveis, formado por grande expansão e grandes contradições. Entendamos estes momentos.

A morte do líder Joseph Stalin, sem definir como deveria ser sucessão no regime soviético, causou clima de instabilidade e insegurança, reforçado pela emergência de teorias conspiratórias – como o complô das *jaquetas brancas*, desbaratado – acompanhadas de intensa repressão. Neste contexto, as ações empreendidas pelo regime disseram respeito ao esforço pelo esvaziamento do clima de medo que pairava sobre a URSS. Assim, os tribunais sumários foram suprimidos, o secretariado pessoal de Stálin – central de arbitrariedade no país – foi dissolvido, a instituição central de segurança foi rebaixada de ministério (MGB) para comitê (KGB), subordinando a polícia política aos comitês do Partido Comunista, dirigentes expurgados e desaparecidos foram reabilitados. Por fim, todos os condenados a menos de cinco anos de prisão foram anistiados e aqueles que tinham penas maiores a viram serem reduzidas à metade. Essas medidas marcavam transformações evidentes em relação ao “tempo de Stálin”, prezando pela *direção coletiva e legalidade socialista*.

Reis Filho informa que medidas de impacto social e democrático também foram anunciadas, como:

redução dos preços de produtos de uso corrente, aumento dos salários, suspensão de empréstimos compulsórios, perdão de dívidas, melhorias no abastecimento de gêneros básicos, nos transportes públicos, nos serviços de ampla demanda social e na construção de habitações populares⁴⁸.

Kruchov, que fora nomeado primeiro-secretário, empreendeu medidas que buscavam modernizar a agricultura soviética, grande entrave ao desenvolvimento econômico daquele país. Reconhecendo a excessiva burocratização dos organismos de controle, os altos custos, baixos preços e falta de estímulos gerados pela coletivização forçada, Kruchov percebeu as necessidades de se estimular o camponês a plantar, ampliando as superfícies cultivadas e estendendo créditos à economia agrária e levando a modernidade tecnológica a esse setor. Apesar disso, a atenção dada aos setores considerados estratégicos – como setor militar – continuavam prioritárias, conforme definido nos Planos Quinquenais.

48 REIS FILHO, Daniel Aarão. O socialismo realmente existente. In: *As Revoluções Russas e o Socialismo Soviético*. São Paulo: Editora da UNESP, 2003, p. 120.



Nas relações internacionais, a nova face da URSS trazia transformações. Uma política de coexistência pacífica foi desenhada, aos moldes das intenções de Lênin, na década de 1920. Assim, apoiou-se a suspensão de guerras na Ásia, através do armistício de Panmunjon, na Coreia (1953) e da Conferência de Genebra (1954) sobre o Vietnã. Em 1955, houve a primeira visita de um líder da Alemanha Ocidental a Moscou e foi assinado o Tratado de Neutralização da Áustria, acenando transformações na postura soviética em relação aos países capitalistas. O Terceiro Mundo entrava, de fato, na agenda soviética, através de acordos com a Argentina e a visita do primeiro-secretário à Índia. Ademais, o monolitismo soviético parecia ceder lugar à pluralidade dos socialismos existentes, desenvolvendo discussões com comunistas europeus e chineses.

No plano interno, houve afrouxamento do controle burocrático e repressivo, reconhecendo a existência das diferenças internas. O modo de governar de Kruchov e sua relação com a população eram distintos: o líder sabia dialogar com as multidões, mantinha-se em constantes viagens em contato com o povo soviético, levando sorriso fácil, otimismo e linguajar popular. Em seu governo, privilegiou-se o regime de transparência (*glasnost*, que discutiremos adiante) e, para tanto, passo fundamental foi a divulgação dos crimes de Stálin.

Os crimes cometidos por Stálin foram divulgados e, da noite para o dia, o mito endeusado transformava-se em demônio a ser superado. O informe sobre tais crimes foi feito numa reunião extraordinária, secreta, no XX Congresso do Partido Comunista da URSS, em fevereiro de 1956. É preciso perceber que, ao apresentar críticas ao regime anterior, Kruchov defendia a política que estava em implementação: à centralização stalinista sobrepunha-se a direção coletiva; as arbitrariedades cometidas pelo então secretário-geral (termo que caiu em desuso após Stálin) seriam superadas pelo regime de legalidade socialista.

A nova política proposta buscava acompanhar as transformações sociais e políticas vivenciadas pela URSS, ao longo do século XX e, para tanto, o dirigente fora bastante seletivo em suas denúncias ao governo anterior, destacando as arbitrariedades cometidas contra políticos do alto escalão soviético, calando-se em relação aos abusos cometidos contra a população em geral. Reis Filho argumenta que tais críticas omitiam eventos e não ajudavam a compreender o cenário político vivido e aquele que, naquele momento, se construía.

As medidas de Kruchov foram recebidas de modos distintos pelos vários públicos da União: os anistiados estavam eufóricos, os amantes de Stálin permaneciam atordoados, os responsáveis pelas arbitrariedades e aqueles que delas se beneficiaram estavam amedrontados, sem saber o que aconteceria com eles. Conforme Reis Filho, "muitos aprovavam Kruchov, mas pensavam que fora longe demais"⁴⁹.

A vida cultural soviética voltada a florir, caracterizando o que o autor chamou de *degelo*. Embora a censura continuasse a existir e os informes dados por Kruchov não pudessem ser impressos naquele país, aos intelectuais coube o papel de vanguarda, na elaboração e elocução de perguntas que perturbavam os soviéticos. O pensamento crítico que tomava corpo ia além dos limites impostos pelo Partido Comunista, apontando questões problemáticas estruturais na URSS, que excediam as limitações pessoais de um gestor, no caso Stálin. Assim, o livro *Dr. Jivago*, de Boris Pasternak, sugeria que o sistema criticado era fruto da revolução bolchevique, e não um estado de exceção.

Embora censurado, o livro foi contrabandeado e fez grande sucesso no exterior, relegando ao seu autor um prêmio Nobel de literatura, no mundo ocidental,

49 *Ibid.*, p.123.



e a expulsão da União dos Escritores, além da perda de regalias e queda no ostracismo. Este episódio é ilustrativo para dois elementos: por um lado, explicita os limites à atuação dos intelectuais soviéticos; por outro, deixa claro que a repressão do fuzil que existia noutros tempos não está mais em prática. Pasternak morreu deprimido, mas não fuzilado.

O modelo de democracias sociais em vigor na Europa trazia novas questões e movimentos sociais tomavam as ruas em nações da União Soviética. Polônia e Hungria foram palcos de grandes contestações, que demandavam democracia, reformas sociais e independência nacional. O braço forte do regime fez-se sentir, através de pressões e concessões, na Polônia, e ação militar na Hungria. No plano internacional, a intransigência na Hungria fora “compensada” com o apoio da URSS à libertação do Egito, invadido por tropas anglo-francesas e israelenses. Os soviéticos buscavam aproximar-se do Terceiro Mundo e reparar a imagem repressiva causada pela ação na Hungria com uma ação *libertadora*, no Egito.

Em 1957, o regime de Kruchov apresentava sinais de desgaste e enfrentou uma tentativa e golpe. No entanto, a manobra fracassou e suas lideranças, engajadas no governo, foram demitidas e não fuziladas, como outrora. Ao contrário, foram afastadas do centro do poder.

Após a vitória sobre a oposição, as medidas progressistas foram impulsionadas. Fortes estímulos foram direcionados à agricultura, com modernização dos campos e redução das restrições aos pequenos produtores. A economia vivia processo de descentralização, com a criação de 105 Conselhos Regionais de Economia. A política espacial dava sinais positivos, com o lançamento do satélite *Sputnik* e ida do primeiro homem ao espaço, Yuri Gagarin. Já a política externa também obtinha êxito, com a aproximação de Kruchov com os Estados Unidos. Apesar disso, na década de 1960, novos problemas assombrariam o mundo soviético.

Polifonias e discordâncias em relação à caracterização do socialismo opunham os países que haviam optado por este sistema político econômico. A coexistência pacífica e aproximação com os Estados Unidos eram mal vistas por setores do socialismo, que acusavam a URSS de ser conciliadora em detrimento de enfrentar as agressões imperialistas no Oriente Médio e na África. No plano interno, as reformas não funcionavam, por dificuldades próprias em sua implementação ou sabotagens deliberadas, visto que os poderes centrais resistiam às medidas descentralizadoras propostas por Kruchov.

As contradições que tomavam corpo levaram o primeiro-secretário a acelerar o processo de desestalinização e modernização da URSS. Para tanto, optou-se pelo processo de democratização do Partido Comunista, através do estabelecimento de limites para reeleição, votos secretos para eleição de dirigentes e candidaturas múltiplas. Contudo, as medidas encontravam resistência em sua operacionalização. Os altos escalões do governo aprovaram medidas que permitiam a concentração do poder no centro, através da recriação de ministérios e comitês estatais centrais. Já no Partido Comunista, as novas regras simplesmente eram ignoradas.

As forças centralizadoras conseguiram ampliar sua margem de atuação através da soma de três fatores: a exposição de críticas ao regime de Kruchov em jornais, a eclosão de protestos e movimentos sociais e fracassos na política externa. Mudanças conservadoras apareciam no horizonte político e, em 1964, nova tentativa de golpe ao primeiro-secretário acontecera. Dessa vez, o golpe foi vitorioso e Kruchov foi deposto. Iniciavam-se os tempos de equilíbrios instáveis.



2. Crescimento e equilíbrios instáveis

O período entre 1964-1985 é bastante controverso: para os soviéticos, representou o momento do socialismo desenvolvido. Para os países capitalistas, os conceitos de totalitarismo, comunismo e nazismo confundiam-se na defesa de políticas agressivas à URSS. Para a China, tratou-se do período de expansão do império soviético, concomitante à queda do império americano. Muitos socialistas e comunistas questionavam-se acerca do caráter socialista da URSS, por vezes criticando-o, noutras reconhecendo-o como socialismo realmente existente. Para o Terceiro Mundo, a URSS representava um contrapeso às demandas imperialistas dos Estados Unidos e da Europa. Já no tempo da *Perestroika* (a partir de 1985), o período foi visto como momento de estagnação. Diante de tantos olhares, Daniel Aarão Reis Filho conclui que, “o período, a rigor, foi marcado por ambiguidades”⁵⁰.

A expansão político-militar da URSS contribuiu com a disseminação do comunismo no Terceiro Mundo. Nos anos 1970, sobretudo a partir da segunda metade, partidos comunistas ou frentes de libertação com hegemonia de militantes do comunismo chegaram ao poder no Vietnã, Laos, Moçambique, Angola e outros empunhando armas soviéticas. Movimentos nacional-estatistas na América Latina, Ásia e África aproximavam vários países à área de influência comunista, soviética ou chinesa, em detrimento do capitalismo europeu e americano. Cuba, Nicarágua e Afeganistão aproximavam-se de Moscou e o império soviético expandia sua presença no mundo, com sua Marinha de Guerra no Mediterrâneo Oriental, Mar Vermelho, Oceano Atlântico, Índico e mais mares.

Na geopolítica mundial da Guerra Fria, as incursões soviéticas sobre a Europa central e a doutrina Brejnev da soberania limitada, que interditava mudanças de regime no centro europeu, eram vistas como contrapartida soviética às intervenções e invasões dos Estados Unidos e seus aliados na África e América Latina. A inação dos países capitalistas diante da invasão soviética à Checoslováquia, em 1968, deixou clara esta perspectiva externa, uma vez que não atrapalhou as relações entre França e Alemanha com a URSS, que se tornaram grandes parceiros econômicos. Além disso, as reivindicações da diplomacia soviética acerca da consagração das fronteiras definidas em lalta foram realizadas com o reconhecimento internacional da República Democrática Alemã e como acordo final da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE), em Helsinque.

No âmbito interno, modificações também ocorreram nesse tempo de equilíbrios instáveis. A população urbana cresceu, aumentando também o êxodo rural. No início da década de 1980, 66% da população deste país vivia em cidades. A mão de obra estava em pleno processo de modernização e escolarização, com número crescente de trabalhadores com diploma de segundo grau (equivalente ao atual ensino médio) ou universitário (ensino superior). A complexidade alcançada pela sociedade descentralizou as redes de sociabilidades, através do crescente número de organizações sociais que não eram controladas pelo alto, ou seja, pelo governo e Partido Comunista. A onipotência do Estado não era real e mesmo em instituições oficiais desenvolviam-se estruturas clientelísticas legais, paralelas à legalidade ou completamente ilegais, como as máfias, sobre as quais o Estado era inoperante.

Os avanços na economia e na organização da sociedade apenas inspiravam mais mudanças e melhorias gerais nos padrões de vida. A população já não se congratulava por ter melhores condições de vida que aquelas dos países do Ter-



ceiro Mundo. Antes, queriam os padrões europeus e americanos de consumo e liberdade. Nações não-ruínas reivindicavam autonomia, críticas e atitudes rebeldes diante da centralização do poder, autoritarismo e controle da economia pelo Estado eclodiam na população. Mudanças novamente anunciavam-se.

Embora o autor não utilize exatamente essas palavras, podemos interpretar sua análise das transformações vivenciadas pela União Soviética, na década de 1980, como fator resultante, dentre outros, de um conflito de gerações. Gerações mais novas, nascidas nos anos 1950 e 1960, estavam acostumadas à melhoria nos padrões de vida e não tinham em sua experiência os tempos da guerra e de dificuldades superados com o desenvolvimento do regime comunista. Antes, percebiam as possibilidades que este regime restringia, seja para soberania nacional não-ruínas, seja para a livre iniciativa dos cidadãos.

Causa direta deste conflito era o envelhecimento dos governantes: Reis Filho informa que, no início dos anos 1980, a média de idade dos membros do Comitê Central era de 71 anos. Ou seja, homens que tinham experiências históricas pessoais nascidos na década de 1910 eram aqueles que produziam as políticas públicas do momento. E muitos mantinham os modos de agir e governar de outrora, sustentados pela base conservadora que havia deposto o modernizador Kruchov.

Além do conflito de gerações, a economia era um fator sensível nos anos 1980. Nas décadas de 1960 e 1970 a média anual de crescimento da indústria soviética foi de 8,4%. Entre 1981-1985 este índice despencara para 3,5%. A agricultura se arrastava, com problemas na organização da produção, transporte e armazenamento, comprometendo o abastecimento de alimentos. Não fosse a exportação do petróleo, que garantia a importação de alimentos, o regime soviético poderia ter vivido forte escassez de víveres. Problemas econômicos, como inflação camuflada, poupanças forçadas e estoques de produtos invendáveis se multiplicavam.

A organização produtiva soviética não conseguia acompanhar o desenvolvimento na nova revolução industrial científico-tecnológica vivida pelas economias capitalistas. Forças conservadoras na economia e na política superavam os esforços modernizantes, configurando, novamente, o destaque dado por Reis Filho ao choque de gerações: “quando Brejnev morreu, em 1982, devastado pela senilidade, já era uma sombra do que fora em seus melhores dias. Os sucessores, I. Andropov e N. Tchernenko (...) pareciam mais esperar a morte do que governar”⁵¹.

A União Soviética chegava a um impasse: expansão ou estagnação? Modernização ou conservadorismo? O quadro se transformaria em 1985, com a ascensão de Mikhail Gorbatchov ao governo e implantação da *Perestroika* e da *Glasnost*.

Parte II

3. *Perestroika* e *Glasnost* na modernização da URSS

Mikhail Gorbatchov chegou ao poder soviético em 11 de março de 1985, sucedendo K. Tchernenko e exprimindo as pressões sociais por mudanças. Do ponto de vista interno, tais pressões decorriam de transformações sociais: desde a queda de Kruchov e a instalação de governos de base conservadora, a URSS mudara muito. As tradições centralistas e autoritárias do Estado soviético não

51 *Ibid.*, p.134.



agradavam à jovem população, impulsionada por valores mais flexíveis, em busca de liberdade e melhores condições de vida – leia-se comparáveis ao bloco capitalista. Da perspectiva externa, a nova revolução científico-tecnológica da década de 1980 criara novas fronteiras econômicas, exigindo transformações rápidas para evitar a alta defasagem proposta por aquele modelo acelerado e inovador, baseado na biotecnologia, informática e em novos materiais.

Neste cenário, surgia Gorbatchov, que logo se destacou no plano internacional, por sua personalidade carismática, proposições de diálogo e conciliação no âmbito das relações internacionais, como “moratória unilateral dos testes nucleares, redução imediata de 50% dos armamentos estratégicos e dos mísseis de alcance médio, liquidação, até o ano 2000, de todas as armas nucleares”, além de redução dos armamentos tradicionais⁵².

O complexo militar – um Estado dentro do Estado – era um gargalo ao desenvolvimento da URSS, visto que a economia deste país era bem menor que aquela dos Estados Unidos e, ainda assim, ambos competiam em pé de igualdade no setor bélico. Tais investimentos impediam o deslocamento de recursos – financeiros e humanos – a outros setores da produção nacional, comprometendo o desenvolvimento econômico.

Embora causasse boas impressões à opinião pública internacional e isso trouxesse dividendos internos a Gorbatchov, seu governo concentrava-se em políticas mais ideológicas, como a divulgação de valores morais e a condenação do alcoolismo, que pragmáticas, como medidas econômicas objetivas e eficazes. Até que, em outubro de 1985, surgiu uma medida bastante ambiciosa: a *perestroika*, palavra russa para reestruturação. Ao contrário das políticas de Kruchov, Gorbatchov não acreditava que o sistema soviético devesse ser acelerado: era preciso reestruturá-lo.

Diante desta nova política, o dirigente soviético escreveu um livro – um dos mais vendidos na URSS – no qual expunha um diagnóstico da URSS, afirmando que:

O país modernizara-se e se transformara numa superpotência, é verdade, mas havia problemas estruturais que se acumulavam: desperdícios colossais, excessivo centralismo, critérios de avaliação exclusivamente quantitativistas, privilégios inconcebíveis, negligência e mesmo desrespeito em relação às demandas sociais, doses elevadas de arbítrio e consequente fragilização do Estado de direito⁵³.

Apesar de seus propósitos nobres, como a melhoria na gestão e no progresso soviético, o texto de Gorbatchov limitava-se a diagnosticar e não propunha “cura”. No Partido Comunista, lideranças reformistas e conservadoras debatiam o tema das reformas em alto grau de abstração, deslocando-se da realidade vivida.

No ano de 1986, Gorbatchov propunha mudanças efetivas na economia, nas instituições políticas e na política externa, conforme defende Aarão Reis Filho. Anunciava-se, então, a *Glasnost*, cujo objetivo era promover a transparência na gestão do Estado soviético e submeter a administração pública ao controle da sociedade. Contudo, conforme o autor, é sintomático que decisões políticas não tenham sido tomadas no correr dos debates. As reformas com as quais todos aparentemente concordavam não haviam tomado corpo em resoluções práticas.

Na imprensa, as críticas às mazelas do regime se acumulavam, às quais se somou o incidente em Chernobyl, em abril de 1986. Ao contrário do esperado, as autoridades soviéticas lançaram holofotes sobre o caso, buscando explicitá-lo

52 REIS FILHO, Daniel Aarão. A perestroika e a desagregação da União Soviética. In: *As Revoluções Russas e o Socialismo Soviético*. São Paulo: Editora da UNESP, 2003, p. 136.

53 *Ibid.*, p.137



como síntese da problemática modernidade inacabada soviética, que necessitava de novos rumos. Por este recurso, buscou-se justificar os avanços necessários, a partir da *Perestroika*.

Como o objetivo de inserir aspectos da economia de mercado naquela gerenciada pelo Estado, a nova política oficializou, a partir de novembro de 1986, 1) o trabalho individual privado, 2) a existência de cooperativas autônomas, 3) a autonomia das empresas. Os planos centrais, que antes controlavam a iniciativa empresarial, aos poucos se tornariam medidas indicativas, e não regras a serem cumpridas. Contudo, outras medidas necessárias não foram realizadas, como uma reforma bancária e financeira para maior viabilização de crédito, reforma geral dos preços e dos subsídios tradicionais, uma lei geral de falências, proposta para reinserção do pessoal vinculado às empresas que viessem a falir... A inexistência dessas medidas fez com que aquelas que foram realizadas ficassem no papel, sem muito amadurecimento para virar realidade.

Além das dificuldades de operacionalização da *Perestroika*, a modernização soviética passou a receber duras críticas. Do ponto de vista ecológico, as atitudes industriais e econômicas da URSS tinham perfil predatório, legando à sociedade rios e lagos intensamente poluídos, mares ressecados e iniciativas com pouquíssima preocupação com impactos ambientais. Problemas morais, como prostituição e machismo, além de serviços públicos inoperantes, como os sistemas de educação e saúde, eram duramente criticados. Além disso, escândalos de corrupção, como o desvio de dinheiro através contrabando de algodão ocorrido no Usbequistão, a informalidade na gestão das instituições públicas e várias denúncias de privilégios legados às elites políticas e burocráticas colocavam em causa a credibilidade do Estado comunista. Essas críticas ancoravam-se na imprensa e na sociedade e possuíam um eco comum: reformas eram necessárias, a despeito da resistência dos setores conservadores que defendiam as tradições soviéticas e temiam o rumo e ritmo das propostas reformistas.

Reformistas e conservadores debatiam através da imprensa, acompanhado de perto pela sociedade através de jornais e revistas. O processo de democratização das instituições ganhava fôlego com a criação do Congresso dos Deputados do Povo, cuja representabilidade seria: um terço dos deputados seria eleito diretamente pelos cidadãos, em suas circunscrições territoriais; um terço representaria, proporcionalmente, as várias nações soviéticas; e um terço representaria instituições, como o Partido Comunista, sindicatos, universidades, organizações populares... Esta nova instituição eram autônoma diante do Partido Comunista e representava esforço de Gorbachov e seus aliados em estabelecer um regime de transparência (*glasnost*) através do qual a reconstrução soviética (*perestroika*) deveria acontecer.

Nos anos de 1988 e 1989, aconteceram eleições que mobilizaram o país, diante da pluralidade de ideais e propostas políticas, fato pouco comum no regime soviético até então. Neste momento, o socialismo era o foco dos debates e seu futuro dependia dos frutos desses fóruns de discussão.

4. Socialismo em questão e desagregação da URSS

Desde a revolução russa, o socialismo soviético era objeto de análise e crítica. Partindo da social democracia ocidental, Kautsky tinha grande dificuldade em compreender aquela experiência na URSS: "socialismo de quartel, capitalismo de Estado, contrarrevolução termidoriana, bonapartismo, fascismo,... Aquela expe-



riência original, herética, podia ser tudo, menos socialismo”⁵⁴. Para os socialistas radicais, a experiência de ditadura do proletário soviético era inaceitável, decorrente da usurpação do poder pelos bolcheviques em favor do estabelecimento de capitalismo de Estado. Para Trotsky, antes de sua expulsão, a URSS vivia um processo de degeneração burocrática, sendo necessária outra revolução para levá-la de volta aos rumos.

Nos Estados Unidos, o nascimento de uma *sovietologia* acadêmica demarcava o papel central ocupado pelo Estado soviético opressor da sociedade e inibidor da economia. Tecnoburocracia é outro conceito utilizado para representar a experiência soviética, em oposição aos conceitos de capitalismo e socialismo. Por fim, havia a tese de que a URSS era, de fato, a representação do socialismo realmente existente. Era uma modernidade alternativa ao padrão capitalista que, ainda que diferente do teorizado pelos estudiosos em seus gabinetes, era real e era socialista. Esse conjunto de ideias tomava jornais, ruas e bocas em Moscou, nas principais cidades e nos recônditos das nações soviéticas, no processo eleitoral de 1988-89.

Entre 1986-88, a URSS viveu um período de crise, com queda nos indicadores de crescimento e na produtividade agrícola, que levou várias repúblicas e regiões da confederação russa a racionalizarem o consumo de alimentos, como a carne. Prateleiras e geladeiras esvaziavam-se, ao passo que as manifestações populares tomavam vulto e desenvolviam-se em demandas nacionalistas. Gorbachov não relegara grande importância aos nacionalismos no seio soviético que, desde a proposta inicial do período da revolução, foram dados à preservação da pluralidade. Contudo, o centralismo estabelecido logo desenvolveu tendências à russificação, sobretudo no plano político. Estes fatos nublaram as análises acerca das contradições nacionais no interior da União Soviética, por longo tempo subestimadas e que tomavam corpo em finais dos anos 1980.

Gorbachov seguia convicto diante dos objetivos da *Perestroika* que, ao acentuar a autonomia das instituições estatais e avançar em medidas democratizantes, enfraquecia a atuação política do Partido Comunista. Na Europa central e do leste, reivindicações nacionalistas também tomavam fôlego, como a vitória do Solidariedade, na Polônia, e a ascensão de K. Groz, na Hungria, operando reformas descentralizadoras e de desestatização da economia. Na Alemanha, o Muro de Berlim foi posto a baixo em 09 de novembro de 1989, após movimentos sociais enfraquecerem o governo comunista, substituído, em 1990, por coalizão anticomunista. A Checoslováquia se livrou do comunismo através de processo pacífico conhecido como Revolução de Veludo. Na Romênia, a transição foi mais difícil, ocorrida através de manifestações sociais e repressão do governo comunista, até sua queda. Outros países passaram por processos semelhantes e:

entre 1988 e 1990, em pouco mais de dois anos, à exceção da Albânia [que saiu do regime socialista em 1992], todo o chamado Leste Europeu, considerado por muitos como área destinada indefinidamente ao domínio soviético, não apenas saíra da órbita de Moscou, como abandonara o socialismo como projeto de sociedade. E a URSS nada fizera para detê-lo⁵⁵.

Era o fim da Guerra Fria.

Gorbachov tornara-se personalidade popular nos países capitalistas e recebera o prêmio Nobel da Paz. Entretanto, “dentro de casa”, a conversa era outra. Na

54 *Ibid.*, p.144.

55 *Ibid.*, p.149.



URSS, as tensões sociais se multiplicavam. Houve um importante movimento grevista entre os mineiros do carvão na Ucrânia, muitas categorias profissionais estavam insatisfeitas com os resultados da *Perestroika*, muito aquém do pretendido.

Os ânimos chegavam a momentos críticos e a sociedade sofria uma crise de referência. Continuar ou não as reformas? Qual a natureza da sociedade transformada? Quais seus impactos? Estas questões assombravam a população e núcleos conservadores começaram a ganhar força. Entre os mais velhos, as tendências conservadoras eram maiores, defendendo o legado soviético e socialista; entre os trabalhadores de empresas deficitárias o medo do desemprego lhes oferecia o lado calmo da tranquilidade da gestão do Estado soviético ante a iniciativa privada e sua racionalidade econômica. Por outro lado, a juventude dentro e fora dos aparelhos políticos, simpatizava-se com reformismos cada vez mais radicais, chegando a questionar as próprias bases do socialismo.

O governo, por sua vez, mostrava-se desorientado, trocando constantemente os responsáveis pela economia, buscando apoio em diferentes plataformas reformistas. Gorbatchov, ao longo de sua atuação, mostrara-se capaz de lidar com o cenário internacional multifacetado, de concentrar poderes e realizar diagnósticos. Contudo, sua atuação prática, efetiva e realmente transformadora deixava a desejar. O colapso se anunciava.

Os nacionalismos na União Soviética cresciam e as nações requeriam autonomia diante do poder centralizado da URSS. Diante do risco de secessão e desintegração do regime, novo pacto foi firmado em 1990, constituindo a União das Repúblicas Soberanas – nome que não traz os termos socialista e soviética. Elas demandavam a primazia de suas leis nacionais em detrimento das leis soviéticas, além de autonomia cultural e política.

Gorbatchov parecia contraditório: por um lado, defendia o socialismo, por outro, elogiava as economias de mercado; por um lado, era a favor das reformas, por outro, nomeara um governo conservador, em detrimento dos reformistas ligados aos objetivos da *Perestroika*. Concomitante a este processo, as nações que integravam a URSS adotavam vias democráticas em sua gestão política: os lituanos aprovaram a independência de seu país, em fevereiro de 1991, logo seguidos pela Geórgia e Ucrânia. Na Rússia, Boris Ieltsin foi eleito presidente da República em 12 de junho de 1991 e outros países seguiram os mesmos rumos. O fato é que outros poderes paralelos ao governo soviético se articulavam, amparados por eleições democráticas.

No cenário da desagregação política, atmosfera golpista invadia o terreno da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, fomentada por conservadores que objetivavam fazer uso da força para conter as dispersões que se realizavam. Imprensa e lideranças reformistas, por seu turno, faziam as vezes de arautos e denunciavam conspirações, gerando clima de insegurança no país. Como último recurso, Mikhail Gorbatchov buscou auxílio econômico de emergência junto aos países membros do G-7, para socorrer a economia soviética. No entanto, o recurso foi negado, obrigando o líder soviético a voltar para casa humilhado e enfraquecido. Veio o golpe anunciado, gerido pelos setores conservadores em busca da manutenção da União que se esfacelava.

A URSS dava seus últimos suspiros: o presidente da Rússia, Ieltsin, não reconheceu o governo golpista e liderou um movimento em defesa da legalidade. Diante disso, o esquema do golpe desintegrou-se, sem encontrar respaldo noutras forças políticas. Na sequência da confusão, várias repúblicas não-russas proclamaram suas independências. Ieltsin consolidou seu poder através da dissolução da KGB e Partido Comunista, posto na ilegalidade. Em nome da Rússia, o



presidente apossou-se do Ministério das Relações Exteriores e do Kremlin, sede do governo da URSS, que passou a sediar o governo russo. Em 1991, com o apoio da Bielo-Rússia e da Ucrânia, Gorbatchov criou a Comunidade dos Estados Independentes – CEI – logo integrada por outras 11 repúblicas ex-soviéticas.

Não havia mais o que fazer: Gorbatchov renunciou e, conforme o Daniel Aarão Reis Filho, “o inacreditável aconteceu: a União Soviética simplesmente deixou de existir”⁵⁶.

Bibliografia Complementar

ASH, Timothy Garton. *Nós, o povo: a revolução de 1989 em Varsóvia, Budapeste, Berlim e Praga*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

BLACKBURN, Richard James. *O vampiro da razão*. São Paulo: Edunesp, 1992.

BLACKBURN, Robin. *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. 2ª. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda*. Razões e significados de uma distinção política. São Paulo: UNESP, 1995.

GORBACHEV, Mikail. *Perestroika*. São Paulo, Best Seller, 1987.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos*. O breve século XX. 1914-1991. 2ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Construção do Socialismo na China*. São Paulo: Brasiliense, 1981 (Coleção Tudo é História 27).

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução Chinesa*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção tudo é História 5).

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Rússia (1917-1921): anos vermelhos*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Tudo é História).

Globalização e o fim das utopias

Texto de referência: SEVECENKO, Nicolau. *Aceleração tecnológica, mudanças econômicas e desequilíbrios*. In: *A corrida para o século XXI: No loop da montanha-russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 23-54.

Chegamos ao último capítulo de nossa apostila! Até aqui, discutimos eventos marcantes do século XX, desde a emergência da Primeira Guerra Mundial até o colapso da União Soviética. Contudo, há um elemento importante que marcou este século e, certamente, toda a história da humanidade: a revolução científico-tecnológica em curso desde as décadas de 1970 e 1980, as transformações nas comunicações e informação e a Nova Ordem resultante deste processo: a globalização e o rearranjo das relações econômicas e sociais.

Neste capítulo, fecharemos nosso curso apontando o marco divisório na história da humanidade que se conformou a partir da Segunda Guerra Mundial. Os avanços da indústria bélica subsidiaram as transformações tecnológicas posteriores ao conflito e, acentuadamente, durante a Guerra Fria. A este processo associaram-se ideologias velhas com novas roupagens, como o neoliberalismo, criando condições para a dispersão do capital financeiro e nova forma de integração global, entre economias, processos e pessoas. As décadas de 1970 e 1980 deram lugar às transformações tecnológicas e seu impacto na organização do trabalho e da produção mundial, acarretando competição entre os países por investimentos de capital financeiro que, desimpedido por limitações estruturais e nacionais, passou a correr o mundo em busca de maiores fontes de lucro. O liberalismo ganhava força, substituindo as democracias sociais e transformando o cenário socioeconômico mundial.

Nosso texto de referência é o artigo “Aceleração tecnológica, mudanças econômicas e desequilíbrios”, de Nicolau Sevcenko, publicado no livro *A corrida para o século XXI – no loop da montanha russa*. O autor é graduado e doutor em História pela Universidade de São Paulo, onde atua como professor titular. É pós-doutor em História pela Universidade de Londres. Seus temas de interesse dizem respeito à história dos anos 1920, estudos culturais e literatura. No texto que nos guia, Sevcenko analisa as mudanças econômicas e desequilíbrios emergentes da aceleração tecnológica vivenciada pela sociedade capitalista ocidental e seu impacto no reordenamento do mundo. O aumento do impacto humano sobre os recursos do planeta e o funcionamento da sociedade causaram um redimensionamento da gestão e concepção do tempo que, por um lado, centra-se no presente através da publicidade e do consumo e, por outro, ocupa-se com as condições de produção do futuro, diante da possível escassez de recursos e do impacto de longo prazo das ações humanas.

Estamos entrando na história do presente. E este presente, como bem destaca Sevcenko, só pode ser compreendido historicamente. Vamos a ele!



1. Tecnologias, globalização e neoliberalismo

Nicolau Sevcenko afirma que a grande diferença apresentada pelo século XX diante dos demais períodos da história foi a tendência contínua e acelerada de mudanças tecnológicas, que repercutiram sobre praticamente todos os campos da experiência humana. Este século, de acordo com o autor, pode ser dividido em dois momentos, tendo a Segunda Guerra Mundial como marco fundamental. Antes do conflito, o desenvolvimento científico e tecnológico dava-se como desmembramento dos processos de progresso técnico de finais do século XIX. Após 1945, houve uma intensificação das mudanças, com impacto expressivo sobre os setores de serviços, comunicações e informações.

Contabilizando as produções e invenções humanas, o autor percebe que 80% de tudo que foi criado pelo homem aconteceu no século XX. Deste total, dois terços se deram após 1945. Os homens e mulheres cientistas, engenheiros, pesquisadores e técnicos ainda responsáveis por tais empreendimentos correspondem a 70% de todos aqueles dedicados a tais atividades na história da humanidade. São elevadíssimas as taxas de crescimento intelectual e inovações que ocorreram no século XX e continuam a se desdobrar no século XXI, correspondendo a 13% ao ano, ao longo do XX, podendo chegar a 40% ao ano, no início do XXI.

A Segunda Guerra Mundial foi o grande motor propulsor do processo tecnológico subsequente. Neste período, os lados oponentes logo perceberam que a superioridade tecnológica seria vantagem decisiva no arranjo das forças políticas e econômicas, durante e após o conflito. Em 1945, os Estados Unidos encontravam-se na posição de liderança do sistema capitalista, com forte desenvolvimento tecnológico, armamentos militares de alta capacidade destrutiva e balança comercial altamente favorável. Esta condição permitiu a este país norte-americano oferecer sua moeda como unidade básica ao mercado internacional, em busca da estabilidade da economia, e patrocinar tratados multilaterais, buscando aberturas econômicas, queda de protecionismos e consolidação hegemônica.

Entre as décadas de 1950 e 1970, a taxa de produção industrial dos Estados Unidos cresceu em média 6% ao ano, mantendo-se próxima de 2,5% ao ano entre 1973 e 1980, em decorrência da crise do petróleo. Em ambos os casos, trata-se de valores notáveis de expansão industrial. Após 1990, o crescimento se manteve, desta vez associado às dinâmicas da tecnologia microeletrônica no mercado internacional. O mais expressivo, contudo, foi o crescimento do setor de serviços, que chegou a corresponder a 70% do Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos. Entre 1945 e o início do século XXI, a economia mundial cresceu como nunca antes na história, com a quadruplicação do PIB mundial.

Durante a crise do petróleo, na década de 1970, os Estados Unidos remodelaram sua política econômica, abandonando o padrão-ouro como mecanismo de sustentação cambial, liberando o controle cambial. Tal medida logo se multiplicou entre outros países com economias desenvolvidas, gerando fluxos de capitais livres do controle dos Bancos Centrais, em busca de oportunidades de investimento no mercado internacional. Neste processo, o capital financeiro e as empresas transnacionais foram beneficiados com a possibilidade especulativa além das fronteiras nacionais e realocação de sua base produtiva em busca de menores controles e menos tributos.

Sevcenko informa que empresas que atuavam em diversas partes do mundo existiam desde finais do século XIX, mas começaram a se multiplicar com os investimentos do Plano Marshall no pós-1945 e com as políticas de investimento



do período da Guerra Fria. Contudo, na década de 1970, as liberalizações cambiais e o fortalecimento do liberalismo criaram o contexto ideal para sua ampliação e difusão por todo o mundo. Iniciava-se, de fato, a era da globalização.

No plano da economia mundial, a liberalização cambial e perda de controle dos bancos centrais sobre as economias internas causou um fenômeno relativamente novo, no qual os capitais fugiam das regiões onde os controles e impostos eram maiores em busca de locais onde as taxas de lucros fossem mais promissoras. Paralelo a este processo, houve o desenvolvimento de novas tecnologias e, aqui, as ferramentas de comunicação e informação foram fundamentais ao controle do capital por parte dos investidores. Centrais de empresas multinacionais poderiam operar em países nos quais as taxas e impostos fossem mais baixas, produzir em lugares onde mão de obra e matéria prima fossem mais baratas e ser administradas por executivos que vivessem em países nos quais a qualidade de vida fosse melhor. Tudo isso graças às ferramentas de comunicação instantânea, que permitiam ampla divulgação de informações e controle sobre processos gerenciais.

Tanto quanto favorecendo a produção, liberalização e novas tecnologias foram fundamentais ao crescimento da dimensão especulativa da economia. A interligação mundial através de computadores, satélites, fibras óticas e instrumentos eletrônicos fez com que transações eletrônicas ocorressem 24h por dia, em todo o mundo, acompanhando os fusos horários locais. Volumes imensos de valores são deslocados a cada momento através dessas transações, sempre em busca de melhores oportunidades de rentabilidade, o que faz com que 90% das transações que ocorrem na economia mundial correspondam a especulação, em detrimento de processos produtivos.

O fato lógico decorrente destas atividades das empresas foi a redução das arrecadações do Estado, que buscava tornar-se menor e mais atrativo, do ponto de vista tributário, para atrair empresas e gerar empregos. A evolução da economia através das migrações do capital foi vivenciada sem a participação efetiva do Estado ou da sociedade, criando uma situação na qual nem os três poderes do Estado nem a opinião pública através da mídia eram capazes de controlar o poder econômico. Chegava o fim da era do Estado de bem estar social.

O Estado de bem estar social caracterizou-se, conforme define Sevcenko, como uma associação entre Estado e sociedade em busca do controle do poder econômico. A ascensão do comunismo motivou o desenvolvimento de negociações entre Estado e trabalhadores, em busca de melhores condições de vida, nas democracias capitalistas. Afastando o perigo vermelho, o Estado exercia seu papel de mediador entre a sociedade e a economia, de forma distributiva e garantindo amparo e proteção às parcelas sociais menos favorecidas. Da mesma forma, a atuação da sociedade civil era fundamental ao reconhecimento de seus direitos perante as empresas, em busca de uma “partilha mais equilibrada dos benefícios da prosperidade industrial”, conforme palavras do autor⁵⁷. Contudo, na era da globalização o capital tem mais mobilidade e torna-se capaz de dominar o Estado e a sociedade, uma vez que a rigidez das regras, impostos e controle o fazem migrar, deixando atrás de si um rastro de desemprego e estagnação econômica. Este novo contexto representou a quebra do tripé das socialdemocracias.

Citando Ulrich Beck, Sevcenko afirma que os impostos coletado pelo Estado entre 1989 e 1993sofreram uma queda de cerca de 18,6%, reduzindo-se a cerca

57 SEVECENKO, Nicolau. Aceleração tecnológica, mudanças econômicas e desequilíbrios. In: *A corrida para o século XXI: No loop da montanha-russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.31.



da metade da renda fiscal dos Estados. Em contrapartida, desde 1979 o lucro das empresas na Alemanha cresceu cerca de 90%, em oposição a míseros 6% dos salários. As fragilidades apresentadas pelo comunismo, decorrentes do esgotamento soviético na corrida armamentista e tecnológica, somadas ao centralismo rígido, corrupção e intolerância de oposições, como discutimos no capítulo anterior, fizeram-no decair diante das populações. O declínio do comunismo acompanhava-se da ascensão do neoliberalismo, encabeçado pelos Estados Unidos e Inglaterra, através do presidente Ronald Reagan e da primeira-ministra Margaret Thatcher, respectivamente.

Defensores ferrenhos do individualismo e do liberalismo, esses líderes mobilizaram dimensões religiosas e culturais do puritanismo e da cultura anglo-saxônica, reconfigurando o debate político ao definir o predomínio do indivíduo sobre a sociedade e do crescimento através do esforço pessoal como sinônimo de sucesso construído apenas com as próprias mãos. Além disso, a Revolução Microeletrônica possibilitou transformações significativas no processo tecnológico, imensamente acelerado.

Através de Reagan e Thatcher, conseguiu-se a consolidação de uma agenda política conservadora, na qual o Estado é minimizado diante da ação do capital e à sociedade (inexistente, nas palavras da Dama de Ferro, pois a única realidade são os indivíduos) cabem conquistar seus objetivos a partir do esforço individual, conceito que opera desconsiderando a desigualdade inicial de condições às quais os homens e mulheres são iniciados na vida. Este processo também reorientou a educação formal, uma vez que o domínio da tecnologia era o que diferiria um país de outro, transformando as relações internacionais. Internamente, tal tecnologia necessitava ser operada por mão de obra qualificada, o que seria possível apenas através da formação escolar específica. Assim, a educação passou, objetivamente, a atender às necessidades do mercado, formando mão de obra qualificada que, por seu turno, seria melhor remunerada que aquela oferecida por homens e mulheres sem qualificação. Do processo educativo dependeria a soberania nacional, mediada pela autonomia tecnológica.

Mesmo para as esquerdas emergentes no período, como o Partido Trabalhista inglês, a ideia em voga não era mais valorizar a solidariedade social e o apoio mútuo no seio da sociedade. Antes, tratava-se de estimular a competição, no sentido de orientar os indivíduos a serem os mais aptos a ocupar os melhores postos de trabalho. A educação dedicava-se ao mercado, ao mesmo tempo em que a prática política deslocava-se da preocupação em assegurar à população o acesso aos bens e recursos fundamentais à vida para omissão do Estado, abrindo espaço para que as forças do mercado agissem de forma autônoma, seguindo sua própria racionalidade: a busca pelo lucro.

Sob a justificativa de operar “a difusão das ideias e informações, a atualização e transferência das tecnologias, o rebaixamento dos custos das mercadorias e dos serviços e a ampliação das opções para os consumidores”, este regime fazia crescer o fosso entre as classes sociais e as nações ricas e pobres. Neste lado oculto, escondiam-se os efeitos negativos do liberalismo, como o desemprego em massa, exploração e mortalidade infantil, difusão da miséria desamparada, tráfico de drogas, criminalidade e violência, além da instabilidade financeira e da crescente concentração de renda.



2. Relações entre economia, sociedade, política e novas responsabilidades

Os efeitos do neoliberalismo são muitos e de longo prazo. Do ponto de vista geográfico, há um custo social altíssimo para o desempenho deste processo, pago pelas nações em desenvolvimento e suas populações, submetidas a horários de trabalho extenuantes, miséria e fragilidades educacionais que condicionam à perpetuação de seu estado subalterno. Do ponto de vista temporal, os efeitos deste processo têm longa duração, uma vez que a pobreza gerada tende à multiplicação, a degradação ambiental será sentida ao curso de gerações... Apresentando o pensamento do filósofo Hans Jonas, Sevcenko afirma que, do ponto de vista ético, os beneficiados pela globalização devem refletir sobre os efeitos de seus atos sobre a sociedade e o meio ambiente, uma vez que os resultados deste processo possivelmente serão vivenciados num futuro (próximo ou não) no qual muito dos agentes atuantes hoje não estarão mais vivos.

O alto potencial transformador da atividade humana pós-1945 e as possibilidades de previsões de fenômenos do futuro (como o degelo das calotas polares, aquecimento global e outros) geraram um deslocamento no sentido da ética, até então atuante na concepção das relações humanas no presente de sua prática. Neste novo cenário, é preciso perceber o encadeamento histórico das ações humanas, pois a intensidade da transformação operada faz com que seus resultados se ampliem através dos tempos.

Na política, este fenômeno tem o efeito de orientar ações no sentido de atender a demandas de grupos de suporte dos representantes eleitos. Por exemplo: ao se eleger, um deputado inicia seu trabalho defendendo os interesses dos lobbies que financiaram sua candidatura e do grupo social que o elegeu. Contudo, as demandas desses grupos são geradas no presente com potencial impacto sobre o futuro (como o consumo intensivo de combustíveis fósseis). Este, por sua vez, é relegado a segundo plano, sem a necessária reflexão sobre as ações tomadas agora e seu efeito posterior.

A busca pela maximização dos lucros e redução dos custos inverteu a lógica de funcionamento das grandes empresas. Antes da década de 1970, as ações representavam meios para capitalização das empresas e execução de seus projetos. Hoje, as ações representam objetivos em si mesmas, visto que mais que a produção, os recursos, finalidades dos produtos ou modos de produzir, o que está em jogo é a valorização dos títulos, ainda que, na realidade, estejam vazios – como na crise econômica decorrente da quebra do setor imobiliário dos Estados Unidos, no início dos anos 2000.

Para fazer este sistema funcionar, dois fatores são fundamentais: publicidade e propaganda. Produzir desejos e transformá-los em necessidades é a ferramenta fundamental às empresas contemporâneas, a fim de expandir e fidelizar seu mercado consumidor. Estimula-se, então, o consumo desenfreado, fazendo de suas forças o motor a multiplicar os anseios consumistas – ou seja, a satisfação de necessidades centralizadas no momento, sem considerar seus impactos futuros. Deste modo, a sociedade civil passa a ser percebida pelas empresas e por grupos políticos como mercado consumidor, apenas.

A doutrina liberal prega a valorização do trabalho individual e o sucesso como recompensa pelo trabalho bem feito. Dessa forma, o fracasso na inserção no mercado de consumo é sentido pelo indivíduo como seu fracasso como pessoa, uma vez que foi incapaz de realizar aquilo que dele se esperava: que consumisse e enriquecesse os detentores do poder econômico.



O vício fatal do liberalismo é considerar o presente vivido como ponto inicial geral de suas operações, fazendo tabula rasa do passado. Contudo, a sociedade tem uma história que a permite estar no estágio em que se encontra. Ainda que os homens nasçam todos iguais, assim que chegam à vida eles passam a ocupar diferentes posições sociais, em decorrência de seu meio social de origem. Ademais, embora o sujeito possa estar no início de uma etapa da configuração tecnológica, como afirma Sevcenko, o mundo não começou naquele momento e muitas foram as condições históricas e sociais que culminaram em tal processo.

O Estado de bem estar social desenvolvido na Europa foi fruto de intensas disputas políticas por poder entre Estado, capital e trabalhadores que, desde pelo menos o século XIV, quando das grandes navegações e reorientação das relações espaço-sociais, vem se articulando. As socialdemocracias foram fruto das conquistas das classes trabalhadoras somadas ao medo da ideologia socialista que se desenvolvia no mundo capitalista europeu. Já no Terceiro mundo, cujos processos de constituição histórica passaram a caminhar concomitante ao europeu a partir do colonialismo, os rumos foram distintos.

A saída dos países europeus dos espaços externos ao seu continente, como discutimos no capítulo 08, foi um processo traumático de lutas militares e ideológicas. A construção de muitas nações africanas encontra-se em processo de elaboração e, para tanto, por vezes optou-se pelo modelo fornecido pelas ex-metrópoles, no qual a exploração da população é etapa fundamental ao processo. Diante da aliança entre setores do governo e burguesias nacionais nos países do Terceiro mundo e o capital estrangeiro, nota-se que “o colonialismo de fato nunca foi extinto, só passou de mãos estrangeiras para o domínio local, continuando a servir aos mesmos propósitos de exploração econômica e expropriação predatória de recursos naturais⁵⁸”. Assim, a força de trabalho e os recursos naturais das ex-colônias são trocados por valores cada vez mais baixos, através de métodos predatórios, em favorecimento da rentabilidade das grandes empresas.

Finalizando nossa discussão, cabe apontar as duas instituições internacionais diretamente ligadas à gestão do neoliberalismo: o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Criadas em 1944, essas instituições objetivavam ajudar na reconstrução dos países europeus arrasados pela guerra e apoiar as nações em desenvolvimento ou aquelas recém-emancipadas. O primeiro objetivo foi realizado, já o segundo tornou-se uma intensa via de endividamento de países sul-americanos, africanos e asiáticos.

Na crise inflacionária decorrente da alta do petróleo, nas décadas de 1970 e 1980, países em desenvolvimento recorreram a essas instituições em busca de financiamento para sustentação de suas economias, ao que foram recebidos com um receituário neoliberal a ser seguido. Os reajustes estruturais exigidos para ter acesso ao auxílio financeiro diziam respeito à

desregulamentação da economia e das finanças, a derrubada das barreiras alfandegárias e comerciais, a drástica redução dos gastos públicos e serviços sociais, a privatização das empresas estatais e a eliminação de garantias e direitos trabalhistas, inclusive como enfraquecimento dos sindicatos, de modo a permitir demissões em massa e tonar o mercado de mão de obra mais barato, mais dócil e flexível⁵⁹.

Através de tais medidas, não se pretendia promover o desenvolvimento no países pobres. Antes, tratou-se de medidas espoliativas que, através de juros e

58 *Ibid.*, p.51.

59 *Ibid.* p.53.



do domínio de recursos naturais e da força de trabalho, fariam as riquezas dessas regiões dirigirem-se às nações ricas, ex-metrópoles que ainda as colonizam. O caso da Tanzânia é claro ao apontar a degradação social causada pelo receituário liberal: o PIB caiu de 309 para 210 dólares *per capita*, a taxa de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza subiu 51% e o índice de analfabetismo cresceu 20%. A redução do financiamento público à saúde fez com que a frequência das pessoas aos hospitais – agora pagos – caísse 53%, deixando 1,4 milhão de pessoas à espera da morte, sem tratamento.

No Brasil e na América Latina em geral viveu-se processo semelhante até os anos finais do século XX, quando vigoraram políticas neoliberais na maioria dos países da região. Aqui, houve queda acentuada nos indicadores econômicos e intensa concentração de renda. Resultados das políticas neoliberais que, a partir da década de 2000, governos esquerdistas que se aproximam do modelo social-democrata vem conseguindo aplacar, através de políticas sociais efetivas, como o Programa Bolsa Família, no Brasil.

Finalizando nossa discussão, percebemos que o processo de globalização em curso teve seu momento de forte desenvolvimento ao longo dos anos 1970 e 1980, na fusão entre transformações tecnológicas, crises econômicas e novas articulações empresariais. A queda da URSS e do regime socialista pretendido por parte das esquerdas mundiais deu-se após o desencanto mundial com este modelo, em decorrência da publicidade dada aos crimes de Stálin, até então grande modelo do comunismo internacional. O fim das utopias, portanto, reflete este estado de ânimo, no qual a supremacia do capitalismo parece sufocar qualquer forma de resistência ao domínio econômico ou alternativa de vida.

Contudo, estamos vivendo o curso da História e, ao longo de nossos estudos, o que fica mais claro é a mudança permanente pela qual as sociedades humanas são atravessadas. Essas transformações partem de dentro, de estímulos dos homens e mulheres para modificar seu modo de vida, sua relação com a sociedade e com o meio ambiente. A crise de 1929 despertou novas formas de organização econômica. A Revolução Russa e instalação da União Soviética mostraram que há outros meios de se organizar o poder político e a sociedade. As transformações do capitalismo mostram como é possível e preciso se transformar sempre.

Esta história está em curso, é nossa contemporânea! Entendendo que a sociedade não nasceu no último final de semana, e que os sistemas produtivos são resultados de processos intensos e vontades engajadas, espero que sejamos capazes de nos fazer ouvir e lutar pelo que acreditamos. A História serve à vida. Façamos dela nossa ferramenta para transformação da realidade!

Bibliografia Complementar

CHOMSKY, Noam. *Novas e velhas ordens mundiais*. São Paulo: Scritta, 1996.

COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *História e Crise Contemporânea*. São Paulo: Pulsar, 1994.

HOGAN, Daniel Joseph e VIEIRA, Paulo Freire (Org.) *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

KURZ, Robert. *O Colapso da modernização*. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LEIS, Héctor Ricardo. *O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização*, São Paulo: Gaia, 1996.

NÓVOA, Jorge (Org.). *A História à deriva: um balanço de fim de século*. Salvador: UFUBA, 1993.

Sugestões de filmes sobre temas do século XX

Abaixo, apresentamos uma lista com vários filmes que tratam de temas referentes aos estudados em nosso curso. Os filmes são outro meio de representar a História, bem como fonte para concebê-la a partir do olhar de outra época. Sugerimos que aliem diversão e aprendizado, dedicando-se a conhecer essas obras e expandir sua formação geral no tocante às experiências do século XX!

A Grande ilusão (Jean Renoir, 1937)

Dirigido por Jean Renoir, no ano de 1937, o filme francês conta a história de soldados franceses e ingleses, feitos prisioneiros pelo exército alemão no início da Primeira Grande Guerra. Dois soldados franceses buscam meios de fugir do território inimigo.

Feliz Natal (Christian Carrion, 2005)

Lançado em 2005, é parcialmente baseado em fatos reais e retrata a trégua entre os soldados franceses, escoceses e alemães nas trincheiras da Primeira Guerra Mundial, em 1914. Dirigido por Christian Carrion, o filme tem como países de “origem” a França, Alemanha, Reino Unido, Bélgica e Romênia.

Glória Feita de Sangue (Stanley Kubrick, 1957)

Em 1916, durante a Primeira Guerra Mundial, Mireau (George Meeker), um general francês, ordena um ataque suicida e como nem todos os seus soldados puderam se lançar ao ataque ele exige que sua artilharia ataque as próprias trincheiras. Mas não é obedecido neste pedido absurdo, então resolve pedir o julgamento e a execução de todo o regimento por se comportar covardemente no campo de batalha e assim justificar o fracasso de sua estratégia militar. Depois concorda que sejam cem soldados e finalmente é decidido que três soldados serão escolhidos para servirem de exemplo, mas o coronel Dax (Kirk Douglas) não concorda e decide interceder de todas as formas para tentar suspender esta insana decisão.

Doutor Jivago (David Lean, 1965)

O filme trata dos anos que antecederam, durante e após a Revolução Russa pela ótica de Yuri Zhivago (Omar Sharif), um médico e poeta. Yuri fica órfão ainda criança e vai para Moscou, onde é criado. Já adulto se casa com a aristocrática Tonya (Geraldine Chaplin), mas tem um envolvimento com Lara (Julie Christie), uma enfermeira que se torna a grande paixão da sua vida. Lara antes da revolução tinha sido estuprada por Victor Komarovsky (Rod Steiger), um político sem escrúpulos que já tinha se envolvido com sua mãe, e havia se casado com Pasha Strelnikoff (Tom Courtenay), que se torna um vingativo revolucionário. A história é narrada em flashback por Yevgraf de Zhivago (Alec Guinness), o meio-irmão de Yuri que procura a sua sobrinha, que seria filha de Jivago com Lara. Enquanto Strelnikoff representa o “mal”, Yevgraf representa o “bom” elemento da Revolução Bolchevique.

**O Encouraçado Potemkin** (Sergei Einsestein, 1925)

Em 1905, na Rússia czarista, aconteceu um levante que pressagiu a Revolução de 1917. Tudo começou no navio de guerra Potemkin quando os marinheiros estavam cansados de serem maltratados, sendo que até carne estragada lhes era dada com o médico de bordo insistindo que ela era perfeitamente comestível. Alguns marinheiros se recusam em comer esta carne, então os oficiais do navio ordenam a execução deles. A tensão aumenta e, gradativamente, a situação sai cada vez mais do controle. Logo depois dos gatilhos serem apertados Vakulinchuk (Aleksandr Antonov), um marinheiro, grita para os soldados e pede para eles pensarem e decidirem se estão com os oficiais ou com os marinheiros. Os soldados hesitam e então abaixam suas armas. Louco de ódio, um oficial tenta agarrar um dos rifles e provoca uma revolta no navio, na qual o marinheiro é morto. Mas isto seria apenas o início de uma grande tragédia.

Outubro (Sergei Einsestein, 1926)

O intenso processo revolucionário da Rússia desde 1917 até a tomada do poder pelos bolcheviques. O país passou do governo provisório de Kerensky, instaurado depois do regime czarista, para as primeiras vitórias de Lênin e seus seguidores, até quando ele foi preso em julho. No final de outubro, os bolcheviques entraram em cena, em dez dias que abalaram o mundo.

O círculo do Poder (Andrei Konchalovsky, 1991)

Ivan Sanchin (Tom Hulce), um humilde projetorista do clube da KGB, é requisitado para projetar filmes para Stalin, ocupando função no período entre 1939 até a morte do ditador, em 1953. Frequentando o círculo do poder, ele se torna ao mesmo tempo um privilegiado e uma marionete nas mãos de assessores do líder, arriscando o futuro seu e de sua esposa. Baseado em história verídica.

A rosa púrpura do Cairo (Woody Allen, 1985)

Em área pobre de Nova Jersey, durante a Depressão, uma garçonete (Mia Farrow) que sustenta o marido bêbado e desempregado, que só sabe ser violento e grosseiro, foge da sua triste realidade assistindo filmes. Mas ao ver pela quinta vez "A Rosa Púrpura do Cairo" acontece o impossível! Quando o herói da fita sai da tela para declarar seu amor por ela, isto provoca um tumulto nos outros atores do filme e logo o ator que encarna o herói viaja para lá, tentando contornar a situação. Assim, ela se divide entre o ator e o personagem.

Loucura Americana (Frank Capra, 1934)

História de um homem correto, presidente de um banco, que sofre enorme pressão da diretoria após a quebra da bolsa e a gigantesca crise financeira que assola o país naquele momento. Após o roubo de uma grande quantia de dinheiro no banco, o homem se vê afundado, num beco sem saída, cercado de loucura por todos os lados.

As vinhas da Ira (John Ford, 1940)

Oklahoma, Grande Depressão. Tom (Henry Fonda), filho mais velho de uma pobre família de trabalhadores rurais, retorna para casa após cumprir pena por homicídio involuntário. Ele planeja levar os parentes até a Califórnia, onde dizem que trabalho não falta. Durante a viagem eles passam por diversos tipos de provocações e quando finalmente chegam na "Terra Prometida" descobrem que é um lugar bem pior do que aquele que deixaram.



A Onda (Denis Gansel, 2008)

Em uma escola da Alemanha, alunos tem de escolher entre duas disciplinas eletivas, uma sobre anarquia e a outra sobre autocracia. O professor Rainer Wenger é colocado para dar aulas sobre autocracia, mesmo sendo contra sua vontade. Após alguns minutos da primeira aula, ele decide, para exemplificar melhor aos alunos, formar um governo fascista dentro da sala de aula. Eles dão o nome de “A Onda” ao movimento, e escolhem um uniforme e até mesmo uma saudação. Só que o professor acaba perdendo o controle da situação, e os alunos começam a propagar “A Onda” pela cidade, tornando o projeto da escola um movimento real. Quando as coisas começam a ficar sérias e fanáticas demais, Wenger tenta acabar com “A Onda”, mas aí já é tarde demais.

O Grande Ditador (Charles Chaplin, 1936)

Adenoid Hynkel (Charles Chaplin) assume o governo de Tomainia. Ele acredita em uma nação puramente ariana e passa a discriminar os judeus locais. Esta situação é desconhecida por um barbeiro judeu (Charles Chaplin), que está hospitalizado devido à participação em uma batalha na 1ª Guerra Mundial. Ele recebe alta, mesmo sofrendo de amnésia sobre o que aconteceu na guerra. Por ser judeu, passa a ser perseguido e precisa viver no gueto. Lá conhece a lavadora Hannah (Paulette Goddard), por quem se apaixona. A vida dos judeus é monitorizada pela guarda de Hynkel, que tem planos de dominar o mundo. Seu próximo passo é invadir Osterlich, um país vizinho, e para tanto negocia um acordo com Benzino Napaloni (Jack Oakie), ditador da Bacteria.

O triunfo da vontade (Leni Riefenstahl, 1934)

Um registro grandioso do sexto Congresso do Partido Nazista, que aconteceu em Nuremberg no ano de 1934. No início Hitler chega de avião, e é ovacionado por multidões, que saúdam o *Führer* totalmente hipnotizadas. Tudo é mostrado de forma gigantesca, as paradas, os desfiles militares e os jovens que louvam a suástica parecendo em total estado de catarse.

Casablanca (Michael Curtiz, 1943)

Durante a Segunda Guerra Mundial, muitos fugitivos tentavam escapar dos nazistas por uma rota que passava pela cidade de Casablanca. O exilado americano Rick Blaine (Humphrey Bogart) encontrou refúgio na cidade, dirigindo uma das principais casas noturnas da região. Clandestinamente, tentando despistar o Capitão Renault (Claude Rains), ele ajuda refugiados, possibilitando que eles fujam para os Estados Unidos. Quando um casal pede sua ajuda para deixar o país, ele reencontra uma grande paixão do passado, a bela Ilsa (Ingrid Bergman). Este amor vai encontrar uma nova vida e eles vão lutar para fugir juntos.

Cartas de Iwo Jima (Clint Eastwood, 2006)

Junho de 1944. Tadamichi Kuribayashi (Ken Watanabe), o tenente-general do exército imperial japonês, chega na ilha de Iwo Jima. Muito respeitado por ser um hábil estrategista, Kuribayashi estudara nos Estados Unidos, onde fizera grandes amigos e conhecia o exército ocidental e sua capacidade tecnológica. Por isso o Japão colocou em suas mãos o destino de Iwo Jima, considerada a última linha de defesa do país. Ao contrário dos outros comandantes Kuribayashi moderniza o modo de agir, alterando a estratégia que era usada. Kuribayashi e outros escrevem várias cartas, que dariam vozes e rostos para aqueles que ali estavam e o relato dos meses que antecederam a batalha e o combate propriamente dito, sobre a ótica dos japoneses.

**O Leitor** (Stephen Daldry, 2008)

Na Alemanha pós-2ª Guerra Mundial o adolescente Michael Berg (David Kross) se envolve, por acaso, com Hanna Schmitz (Kate Winslet), uma mulher que tem o dobro de sua idade. Apesar das diferenças de classe, os dois se apaixonam e vivem uma bonita história de amor. Até que um dia Hanna desaparece misteriosamente. Oito anos se passam e Berg, então um interessado estudante de Direito, se surpreende ao reencontrar seu passado de adolescente quando acompanhava um polêmico julgamento por crimes de guerra cometidos pelos nazistas.

Olga (Jayme Monjardim, 2004)

Berlim, início do século XX. Olga Benário (Camila Morgado) é uma jovem judia alemã. Militante comunista, é perseguida pela polícia e foge para Moscou, onde recebe treinamento militar e é encarregada de acompanhar Luís Carlos Prestes (Caco Ciocler) de volta ao Brasil. Na viagem, enquanto planejam a Inten- tona Comunista contra o presidente Getúlio Vargas, os dois acabam apaixonan- do-se. Parceiros na vida e na política, Olga e Prestes terão de lutar pelo amor, pelo comunismo e, principalmente, pela sobrevivência.

Dr. Fantástico (Stanley Kubrick, 1964)

Um general americano acredita que os soviéticos estão sabotando os reser- vatórios de água dos Estados Unidos e resolve fazer um ataque anticomunista, bombardeando a União Soviética para se livrar dos “vermelhos”. Com as comuni- cações interrompidas, ele é o único que possui os códigos para parar as bombas e evitar o que provavelmente seria o início da Terceira Guerra Mundial.

Apollo 13 (Ron Howard, 1995)

Três astronautas americanos a caminho de uma missão na Lua sobrevivem à uma explosão, mas precisam retornar rapidamente à Terra para poderem so- breviver, pois correm o risco de ficarem sem oxigênio. Além disto existe o risco de, mesmo retornando, a nave ficar seriamente danificada, por não suportar o imenso calor na reentrada da órbita terrestre.

13 dias que abalaram o mundo (Roger Donaldson, 2000)

Em outubro de 1962 um avião U-2, que fazia vigilância de rotina, tira fotos fotográficas que revelam que a União Soviética está em processo de colocar uma plataforma de lançamento de armas nucleares em Cuba. Estas armas terão a ca- pacidade de destruir em minutos a maior parte do leste e sul dos Estados Unidos quando ficarem operacionais. O presidente John F. Kennedy (Bruce Greenwood) e seus assessores têm de pôr um plano de ação contra os soviéticos. Kennedy está determinado em mostrar que ele é forte o bastante para resistir a amea- ça e o Pentágono aconselha o exército dos Estados Unidos a contra-golpear, o que poderia levar a uma outra invasão norte-americana em Cuba. Entretanto, Kennedy está receoso em levar a cabo esta operação, pois uma invasão norte- americana poderia fazer com que os soviéticos partissem para a retaliação na Europa. Por treze dias o destino da humanidade esteve nas mãos de um grupo reunido no salão oval na Casa Branca, pois a possibilidade de uma guerra nuclear era real e navios soviéticos rumavam para Cuba levando o material que falta- va para terminar a plataforma de lançamento, que estava sendo construída em ritmo acelerado. Com a situação cada vez mais tensa, qualquer ato impensado poderia provocar um conflito armado de consequências atras.



Preto e Branco (James Toback, 1999)

Quando Charlie (Bijou Phillips) e seus amigos, brancos, começam a andar com o aspirante a cantor de rap oriundo do Harlem Rich Bower (Power) e seu grupo, o American Cream Team, negros, as facções de cada raça começam a questionar quais são suas reais motivações. Fascinados com esta mescla de culturas, um documentarista de cinema e uma jovem rica (Brooke Shields) resolvem capturar o fenômeno através das câmeras, com a ajuda de seu desengonçado marido Terry (Robert Downey Jr.). Enquanto isso, o policial Mark Clear (Ben Stiller) deseja se vingar de sua ex-namorada Greta (Claudia Schiffer), que o trocou por um astro de basquete negro e amigo de Rich Bower. Diferentes mundos - ricos e pobres, brancos e negros - se encontram apenas para descobrir que ninguém é quem realmente parece ser.

Hotel Ruanda (Terry George, 2004)

Em 1994 um conflito político em Ruanda levou à morte de quase um milhão de pessoas em apenas cem dias. Sem apoio dos demais países, os ruandenses tiveram que buscar saídas em seu próprio cotidiano para sobreviver. Uma delas foi oferecida por Paul Rusesabagina (Don Cheadle), que era gerente do hotel Milles Collines, localizado na capital do país. Contando apenas com sua coragem, Paul abrigou no hotel mais de 1200 pessoas durante o conflito.

O Senhor das Armas (Andrew Niccol, 2005)

Yuri Orlov (Nicolas Cage) é um traficante de armas que realiza negócios nos mais variados locais do planeta. Estando constantemente em perigosas zonas de guerra, Yuri tenta sempre se manter um passo a frente de Jack Valentine (Ethan Hawke), um agente da Interpol, e também de seus concorrentes e até mesmo clientes, entre os quais estão alguns dos mais famosos ditadores do planeta.

O Jardineiro fiel (Fernando Meirelles, 2005)

Uma ativista (Rachel Weisz) é encontrada assassinada em uma área remota do Quênia. O principal suspeito do crime é seu sócio, um médico que encontra-se atualmente foragido. Perturbado pelas infidelidades da esposa, Justin Quayle (Ralph Fiennes) decide partir para descobrir o que realmente aconteceu com sua esposa, iniciando uma viagem que o levará por três continentes.

Gandhi (Richard Attenborough, 1982)

África do Sul, 1893. Após ser expulso da 1ª classe de um trem, o jovem e idealista advogado indiano Mohandas Karamchand Gandhi (Ben Kingsley) inicia um processo de auto-avaliação da condição da Índia, que na época era uma colônia britânica, e seus súditos ao redor do planeta. Já na Índia, através de manifestações enérgicas, mas não-violentas, atraiu para si a atenção do mundo ao se colocar como líder espiritual de hindus e muçulmanos.

Adeus, Lênin! (Wolfgang Becker, 2002)

Em 1989, pouco antes da queda do muro de Berlim, a Sra. Kerner (Katrin Sab) passa mal, entra em coma e fica desacordada durante os dias que marcaram o triunfo do regime capitalista. Quando ela desperta, em meados de 1990, sua cidade, Berlim Oriental, está sensivelmente modificada. Seu filho Alexander (Daniel Brühl), temendo que a excitação causada pelas drásticas mudanças possa lhe prejudicar a saúde, decide esconder-lhe os acontecimentos. Enquanto a Sra. Kerner permanece acamada, Alex não tem muitos problemas, mas quando ela



deseja assistir à televisão ele precisa contar com a ajuda de um amigo diretor de vídeos.

Che (Steven Soderbergh, 2009)

26 de novembro de 1956. Fidel Castro (Demián Bichir) viaja do México para Cuba com oito rebeldes, entre eles Ernesto “Che” Guevara (Benicio Del Toro) e seu irmão Raul (Rodrigo Santoro). Guevara era um médico argentino, que tinha por objetivo ajudar Castro a derrubar o governo de Fulgêncio Batista. Ao chegar ele logo se integra à guerrilha, participando da luta armada mas também cuidando dos doentes. Aos poucos ele ganha o respeito de seus companheiros, torna-se um dos líderes da revolução que está por vir.

Memória Cubana (Alice de Andrade, Ivám Nápoles, 2010)

Retrato dos acontecimentos mais marcantes da segunda metade do século XX vistos pelas lentes de documentaristas cubanos. Todos os fatos foram registrados em cinejornais semanais, com uma abordagem irônica e desafiadora.

Perestroika (Slava Tsukerman, 2009)

Moscou, 1992, Sasha Greenberg, um astrofísico, volta para sua cidade natal depois de 17 anos de exílio nos EUA, para falar num Congresso de Cosmologia em Moscou. Antes tratado como traidor, é recebido agora como um herói. O período de “Perestroika” (reestruturação) virou tudo de cabeça para baixo. Ninguém, salve alguns oportunistas, parece preparado para esta nova Rússia. O capitalismo arruinou o sistema comunista. A vodca é racionada. Pessoas estão dizendo coisas em público que antigamente os teria enviado à prisão. Trata-se de um tema interessante e que envolve vários acontecimentos importantes do século 20, desde a Revolução Russa de 1.917 até a dissolução da URSS, em 1.985, passando por Stálin, Gorbatchov e Boris Yeltsin. Há imagens de época e cenas que mostram a belíssima arquitetura de Moscou.

O Herói (Zezé Gamboa, 2004)

O filme trata da vida da população média angolana depois da Guerra Civil de Angola (1975-2002). A narrativa acompanha a vida de três indivíduos: Vitório, um veterano da guerra que teve a perna amputada em decorrência de uma mina subterrânea e retorna a Luanda; Manu, um garoto em busca de seu pai soldado, e Joana, uma professora que orienta o garoto e inicia um relacionamento com Vitório. Dirigido por Zezé Gamboa, O Herói ganhou o Grande Prêmio de Juri em 2005, no Sundance World Dramatic Cinema. É uma produção angolana, portuguesa e francesa, mas foi completamente filmado em Angola.